



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS

Área de Concentração: Estudos Comparados sobre as Américas

Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Políticas nas Américas.

50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO CHILE: A operação condor como instrumento de
conexão transnacional do terrorismo de Estado no Cone Sul

JOSÉ RAFAEL ROJAS LEMUS

Brasília
2026

JOSÉ RAFAEL ROJAS LEMUS

**50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO CHILE: A operação condor como instrumento de
conexão transnacional do terrorismo de Estado no Cone Sul**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Estudos
Comparados sobre as Américas como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Martín León Jacques
Ibáñez de Novion

BRASÍLIA - DF

2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martín León Jacques Ibañez de Novión

(Presidente)

Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas – UnB

Prof. Dr. Rogério Gimenes Giugliano

(Membro Interno)

Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas – UnB

Prof. Dr. Luis Claudio Rocha Henriques de Moura

(Membro Externo)

Instituto Federal de Goiás (IFG) Campus Formosa

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao final deste trabalho de pesquisa, agradeço a Deus pela dádiva da vida e por ter-me sustentado até aqui. Sei que não sou merecedor de tudo quanto o Senhor provee para mim. Agradeço a meus pais dona Cruz e seu Rafael (*In memoriam*) quem me deram a oportunidade de estudar (e que eu não aproveitei, aqui explicarei isso) assim como também me inculcaram os valores éticos e morais que atesouro com grande estima.

Ainda ecoam nos meus ouvidos as palavras de minha querida mãe: *Ese muchacho, tan inteligente (para las madres siempre seremos lo mejor), en vez de estar en una universidad, está aquí vendiendo pescado!* Ela, provavelmente tinha razão, ainda não me envergonha ter sido vendedor de peixes e seguidamente assumido outras responsabilidades ao lado do meu saudoso pai, nos pequenos negócios da família. No entanto, tendo a oportunidade de conciliar o trabalho com os estudos, prolonguei por longos anos a minha volta aos livros. Peço-lhes perdão (a meus pais) por não ter valorado seu esforço a tempo.

Mãe, hoje eu aqui, longe da minha terra, creio ter conseguido cumprir o desejo da senhora. Pai, nenhuma conquista acadêmica poderá pagar tudo o amor e o esforço do senhor por me ensinar a enfrentar a vida e moldar meu caráter como ser humano.

Agradeço a minha esposa, Simone, a mais linda de todas as brasileiras, pelo amor, cuidado, compreensão e força antes e durante esta jornada. À família da minha esposa, pelo apoio e ajuda constante.

Sou muito grato a Universidade de Brasília, especialmente ao Departamento de Estudos Latino-americanos e ao PPGECSA, a todo o pessoal administrativo e docente, meus agradecimentos. À meus colegas de turma, mesmo sendo imigrante, nunca deixaram que me sentisse estrangeiro. E é que o ELA é esse espaço para vivenciar em primeira mão a nossa riquíssima diversidade multicultural. Laís, Mercedes, Igor, Brenda, Letícia, Danilo, Millena, Renata, Zaq, Cleimenne, Felicia. Inesquecíveis serão os momentos de profundas e construtivas discussões, companheirismo e amizade que construímos. *Muchas Gracias!*

À professora Dra. Luciana Nogueira da Silva, quem me incentivou a dar continuidade a minha formação acadêmica, tendo-a como referência de superação e excelência intelectual. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço imensamente à Me. Poliana Tavares, a sua oportuna participação nas revisões e demais aspectos técnicos deste trabalho foram de grande ajuda.

Muito importante para minha permanência no programa, foi a bolsa por demanda social (DS) fornecida pela CAPES, essa ajuda chegou oportunamente.

À meus irmãos, na Venezuela e fora da Venezuela: Eucaris, Cruz José, Eleazar, Anabel, Omar (*In memoriam*), Lenys, Jesús, Carlos e Alí. Sei que sempre torceram por mim. Abraço-os fraternalmente na distância.

Agradeço ao Marconi, Evânia e a pequena Mariah, pelo incentivo e o apoio em todo momento.

Ao meu professor orientador, Dr. Jacques de Novión, por ter assumido a responsabilidade de me guiar nesta pesquisa.

Propositamente quis mencionar por último e jamais sendo menos importantes a meus filhos: Mauricio e Camila. A distância e a saudade continuam sendo a força que me impulsiona cada dia a lutar por um futuro melhor para vocês. Nós vamos conseguir!

Em fim, não caberiam aqui os nomes de todas as pessoas que de uma ou outra maneira contribuíram para levar a cabo com êxito esta longa e produtiva experiência. Aquí devo me referir ao Diego e a Isabella. Eles me receberam e abriram as portas de seu lar. Sem ter onde ficar em Brasília eu não teria conseguido atingir meus objetivos.

Afinal, em nome de todos os imigrantes neste país, especialmente de meus compatriotas venezuelanos, expresso a minha gratitude a esta pátria brasileira que ainda sem sermos filhos deste solo, tem nos acolhido como mãe gentil. Obrigado, Brasil!

RESUMO

Por ocasião do quinquagésimo aniversário do cruento golpe militar no Chile, (1973-2023), liderado pelo general Augusto Pinochet, que derrubou o primeiro projeto socialista a escala mundial de um governo democraticamente eleito, representado na figura do presidente Salvador Allende Gossens; este trabalho pretende investigar os assassinatos do General Carlos Prats Gonzalez e do ex-chanceler, Orlando Letelier, dentro do marco da Operação Condor, a qual se consolidou como um mecanismo de conexão transnacional do terrorismo de Estado durante as ditaduras militares no Cone Sul. Esses episódios ocorridos durante o período de fortalecimento desses governos autoritários, marcam um paradigma do que seria o acionar sistematizado e complexo desta corporação do terror. Por conseguinte, mediante uma perspectiva multidisciplinar advinda dos princípios metodológicos presentes nos Estudos Latino-americanos, o trabalho pretende analisar, em perspectiva comparada, os assassinatos destes dois importantes líderes chilenos, no contexto da anteriormente mencionada operação, e em consequência comprovar se o General Prats e o ex-chanceler Letelier representavam realmente algum risco político para o regime de Pinochet. Por outra parte, o golpe militar contra o presidente Allende e a imediata instalação do regime de Augusto Pinochet, constituem elementos de primeira ordem dentro da historiografia latino-americana, os quais encontram-se diretamente ligados as ações decorrentes da Operação Condor. Por fim, a necessidade de revisitar estes acontecimentos históricos, o alerta para evitar retrocessos democráticos e a preservação do estado de direito e reparação as vítimas de violações de direitos humanos, alicerçam a intencionalidade deste trabalho, na expectativa no só de construir conhecimento como contribuição acadêmica, mais sim, na esperança da transformação de nossa realidade política e social, esperando auxiliar na construção de novas epistemologias acordes aos novos tempos e as novas conjunturas latino-americanas.

Palavras-Chave: Operação Condor. Ditadura. Terrorismo de Estado. Direitos Humanos. América Latina. Golpe de Estado.

ABSTRACT

On the occasion of the fiftieth anniversary of the bloody military coup in Chile (1973-2023), led by General Augusto Pinochet, which overthrew the first socialist project on a global scale of a democratically elected government, represented by President Salvador Allende Gossens, this work aims to investigate the murders of General Carlos Prats Gonzalez and former Foreign Minister Orlando Letelier, within the framework of Operation Condor, which was consolidated as a mechanism for transnational connection of State terrorism during the military dictatorships in the Southern Cone. These episodes, which occurred during the period of strengthening of these authoritarian governments, mark a paradigm of what would be the systematic and complex operation of this terror corporation. Therefore, through a multidisciplinary perspective stemming from the methodological principles of Latin American Studies, this work aims to analyze, from a comparative perspective, the assassinations of these two important Chilean leaders within the context of the aforementioned operation, and consequently, to determine whether General Prats and former Foreign Minister Letelier actually posed any political risk to the Pinochet regime. Furthermore, the military coup against President Allende and the immediate establishment of the Augusto Pinochet regime constitute primary elements within Latin American historiography, directly linked to the actions resulting from Operation Condor. Finally, the need to revisit these historical events, the warning to avoid democratic setbacks and the preservation of the rule of law and reparations to victims of human rights violations, underpin the intention of this work, in the expectation not only of building knowledge as an academic contribution, but also in the hope of transforming our political and social reality, hoping to assist in the construction of new epistemologies in line with the new times and new Latin American circumstances.

Keywords: Operation Condor. Dictatorship. State terrorism. Human rights. Latin America. Coup d'état.

RESUMEN

Con motivo del cincuentenario del sangriento golpe militar en Chile (1973-2023), liderado por el general Augusto Pinochet, que derrocó al primer proyecto socialista global de un gobierno democráticamente electo, representado por el presidente Salvador Allende Gossens, este trabajo busca investigar los asesinatos del general Carlos Prats González y del excanciller Orlando Letelier, en el marco de la Operación Cóndor, que se consolidó como un mecanismo de terrorismo de Estado transnacional durante las dictaduras militares en el Cono Sur. Estos episodios, ocurridos durante el período de fortalecimiento de estos gobiernos autoritarios, marcan un paradigma de lo que sería el despliegue sistemático y complejo de esta corporación terrorista. Por lo tanto, a través de una perspectiva multidisciplinaria basada en los principios metodológicos de los Estudios Latinoamericanos, este trabajo busca analizar, desde una perspectiva comparada, los asesinatos de estos dos importantes líderes chilenos en el contexto de la mencionada operación. En consecuencia, busca determinar si el general Prats y el excanciller Letelier realmente representaban algún riesgo político para el régimen de Pinochet. Además, el golpe militar contra el presidente Allende y el inmediato establecimiento del régimen de Augusto Pinochet constituyen elementos clave de la historiografía latinoamericana, directamente vinculados con las acciones derivadas del Plan Cóndor. Finalmente, la necesidad de revisitar estos acontecimientos históricos, la advertencia para evitar retrocesos democráticos y la preservación del Estado de derecho y la reparación a las víctimas de violaciones de derechos humanos, fundamentan la intención de este trabajo, con la expectativa no solo de generar conocimiento como contribución académica, sino también de transformar nuestra realidad política y social, con la esperanza de contribuir a la construcción de nuevas epistemologías acordes con los nuevos tiempos y las nuevas circunstancias latinoamericanas.

Palabras clave: Plan Cóndor. Dictadura. Terrorismo de Estado. Derechos humanos. América Latina. Golpe de Estado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA (ou Triple A): *Alianza Anticomunista Argentina* - (AR).
ALN: Ação Libertadora Nacional – (BR).
API: Ação Popular Independente - (CH)
APSI: Agencia Publicitaria de Servicios Informativos - (CH)
CCD: Centros Clandestinos de Detenção.
CIA: Agência Central de Inteligência - (EUA)
CIE: Centro de Informações do Exército - (BR)
CIEX: Centro de Informação do Exterior - (BR)
CNI: *Central Nacional de Informaciones* - (CH)
CNV: Comissão Nacional da Verdade – (BR)
CNVR: *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* – (CH)
CONADEP: *Comisión Nacional sobre el Desaparecimiento de Personas* - (AR)
DINA: *Dirección de Inteligencia Nacional* - (CH)
DIPA: *Departamento de Investigaciones de la Policía de Asunción* – (PY)
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social - (BR)
DSN: Doutrina de Segurança Nacional
ENU: *Escuela Nacional Unificada* – (CH)
ERP: *Ejército Revolucionario del Pueblo* - (AR)
ESG: Escola Superior de Guerra- (BR)
ESMA: *Escuela de Mecánica de la Armada* - (AR)
EUA: Estados Unidos da América – (US)
FBI: Departamento Federal de Investigações - (EUA)
FECH: *Federación de Estudiantes de Chile*- (CH)
IPS: *Instituto de Estudios Políticos* – (US)
ITT: *International Telephone and Telegraph*
JCR: *Junta Coordinadora Revolucionária*
MAPU: *Movimiento de Acción Popular Unitária* - (CH)
MAPU-Operário-Camponês (MAPU-OC) - (CH)
MIR: *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* - (CH)
MJDH: Movimento de Justiça e Direitos Humanos - (BR)
MLN (ou MLN-T): *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros* - (UY)
MNC: *Movimiento Nacionalista Cubano* - (US)

NN: *Nacht und Nebel* (Noite e Nevoeiro) - (Alemanha Nazista). Também: *Ningún nombre* (corpo sem identificação)

NSC: *National Security Council* (Conselho de Segurança Nacional) - (EUA)

NSA: *National Security Archive* (Arquivo de Segurança Nacional) – (EUA)

ONU: Organização das Nações Unidas

Pcdob: Partido Comunista do Brasil- (BR)

PCCh: *Partido Comunista de Chile*- (CH)

PSCH: *Partido Socialista de Chile*- (CH)

PDC: *Partido Demócrata Cristiano* - (CH)

PR: Partido Radical – (CH)

PRN: *Proceso de Reorganización Nacional* – (AR)

PSD: *Partido Social Demócrata* – (CH)

RDA: República Democrática Alemã – (DE)

SENDET: *Secretaría Ejecutiva Nacional de Detenidos* – (CH)

SERPAJ: *Servicio Paz y Justicia* - (UY)

SIDE: *Secretaría de Inteligencia del Estado* – (AR)

SNI: Serviço Nacional de Informação - (BR)

SOPS: Seção de Ordem Político e Social - (BR)

TDE: Terrorismo de Estado

UC: *Universidad de Chile* – (CH)

UP: *Unidad Popular*- (CH)

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VPR: Vanguarda Popular Revolucionaria - (BR)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Junta Militar de Governo, Chile 1973.....	30
Figura 2: Salvador Allende, presidente do Chile (1970-1973).....	33
Figura 3: La Nueva Canción Chilena.....	34
Figura 4: Palácio de la Moneda logo após ser atacado pelas forças armadas.....	36
Figura 5: Documento referente as Cover Action in Chile 1963-1973.....	39
Figura 6: Carlos Prats, José Tohá e Augusto Pinochet durante o levantamento do Tanquetazo.....	43
Figura 7: Carta manuscrita do almirante Merino.....	44
Figura 8: Cadáver de Salvador Allende.....	46
Figura 9: Helicóptero Puma, utilizado durante a Caravana da Morte.....	49
Figura 10: Gral. Sergio Arellano Stark.....	51
Figura 11: Trecho Relatório CIA encaminhado ao Secretário de Estado. Henry Kissinger.....	52
Figura 12: Escudo símbolo da DINA.....	62
Figura 13: Videla explica ante a imprensa o tema dos desaparecidos.....	65
Figura 14: Skyvan PA-51, avión utilizado durante la dictadura cívico militar para los llamados “vuelos de la muerte” de la ESMA.....	67
Figura 15: Descoberta dos Arquivos do Terror. Em primeiro plano, Martín Almada, preso e torturado durante a ditadura de Stroessner e principal figura na descoberta dos documentos.....	75
Figura 16: Centro Clandestino de Detenção Automotores Orletti.....	76
Figura 17: Ronda de las Madres de Plaza de Mayo.....	79
Figura 18: Entrada principal de Villa Grimaldi.....	81
Figura 19: Escola de Mecânica da Armada (ESMA).....	82
Figura 20: Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo.....	85
Figura 21: Orlando Letelier e Carlos Prats.....	90
Figura 22: Documento CIA sobre planos de assassinato de Schneider.....	95
Figura 23: O carro Fiat 125 do casal Prats logo a explosão da bomba.....	96
Figura 24: Documento Missão Arellano Stark na Argentina.....	97
Figura 25: Michael e Mariana Townley.....	99
Figura 26: Prisioneiros Políticos na Ilha Dawson.....	101
Figura 27: Letelier's Memorial. Sheridan Circle, Washington DC.....	103

Figura 28: Foto do auto Chevrolet Chevelle de Letelier.....	105
Figura 29: General Contreras saindo do julgamento à caminho da prisão.....	116
Figura 30: Corpo do general Pinochet no velatório na Escola Militar em Santiago.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fases da Operação Condor.....	56
Quadro 2: Comparativo de alguns Centros Clandestinos de Detenção.....	83
Quadro 3: Organograma dos Implicados no Atentado contra Orlando Letelier.....	114

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA	15
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	25
3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	28
CAPITULO 1	30
1. 50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO CHILE (1973-2023).....	30
1.1 O GOVERNO DE ALLENDE E A UNIDADE POPULAR (UP).....	31
1.2 A FORMULA PARA DERRUBAR ALLENDE	36
1.3 O GOLPE DO 11 DE SETEMBRO DE 1973.....	39
1.4 O REGIME DE PINOCHET	46
1.5 A CARAVANA DA MORTE	48
CAPITULO 2	52
2. A OPERAÇÃO CONDOR: A Integração do Terror	52
2.1 ANTECEDENTES DO PACTO DE SANTIAGO.....	56
2.2 A DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA NACIONAL (DINA).....	60
2.3 OS DETIDOS DESAPARECIDOS.....	63
2.4 O CONDOR NA EUROPA	69
CAPITULO 3	74
3. A TRANSNACIONALIDADE DO TERRORISMO DE ESTADO	74
3.1 TERRORISMO DE ESTADO E REPRESSÃO POLÍTICA NO CONE SUL....	77
3.2 OS CENTROS CLANDESTINOS DE DETENÇÃO	80
3.3 AS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS E A VIOLAÇÃO DA SOBERANIA DOS ESTADOS.....	84
CAPITULO 4	90
4.1 OS ASSASSINATOS DE PRATS E LETELIER	90
4.1 CARLOS PRATS: UM GENERAL CONSTITUCIONALISTA	91
4.2 MORTE NA RUA MALABIA 3315	94
4.3 ORLANDO LETELIER, O PRIMEIRO DETIDO DA DITADURA CHILENA..	99
4.4 EXÍLIO E PERDA DA NACIONALIDADE.....	103
4.5 ASSASSINATO NA CAPITAL DO IMPÉRIO.....	104
4.6 CONDENAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E REPARAÇÃO AOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS	114
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	122
DOCUMENTOS E MATERIAIS AUDIOVISUAIS	125

1. INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TEMA

O fim da Segunda Guerra Mundial gerou uma lacuna no tabuleiro da geopolítica europeia, a qual não conseguiu sustentar-se mais como eixo de poder. Dessa maneira, verifica-se uma transição no exercício da liderança global, que passa a ser desempenhada pelas potências vitoriosas do conflito, *i.e.*; os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹ assumem, a partir de então, um papel central na condução da nova ordem mundial, moldando as dinâmicas geopolíticas e estabelecendo diretrizes que influenciariam o cenário internacional nas décadas seguintes.

Deste modo, estes novos atores, dão lugar ao nascimento de um novo padrão de poder, estabelecido pela bipolaridade de forças ideologicamente antagônicas e que modificará totalmente o sistema internacional. Por isso, segundo Hobsbawm, (1995), começa a se forjar um constante confronto entre estas duas superpotências, emergidas da segunda guerra mundial, dando lugar ao aparecimento da chamada Guerra Fria².

Em consequência, estes confrontos Inter ideológicos, abrangeram indubitavelmente as zonas de influência das superpotências anteriormente mencionadas, desde o sudeste asiático, leste europeu até América Latina e o Caribe, passando pelo continente africano, especificamente pelas antigas colônias europeias.

É precisamente neste contexto da Guerra Fria que os Estados Unidos, baseado em sua política de ingerência e protagonismo hegemônico, começam a entender que os conflitos dirimidos na América Latina não tinham origem nas disputas territoriais entre os países e sim nos inimigos internos dentro dos governos regionais, logo, para manter seu caráter imperialista de dominação, emerge a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)³ inicialmente exportada para o Brasil por meio da Escola Superior de Guerra (ESG)⁴, e disseminada progressivamente ao resto do continente como elemento de contenção dos ideais comunistas soviéticos e a latente

¹ Denominação dada para a antiga União de Republicas Socialista Soviética.

² A Guerra Fria foi um período marcado por um conflito político-ideológico travado entre Estados Unidos e a ex-União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. Esse período polarizou o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo e outro alinhado ao comunismo.

³ A Doutrina de Segurança Nacional foi um conceito e um conjunto de políticas adotadas por regimes militares na América Latina, especialmente durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, no contexto da Guerra Fria. Esta doutrina foi profundamente influenciada pelas ideias e apoio dos Estados Unidos, que, preocupados com a expansão do comunismo no hemisfério ocidental, incentivaram e apoiaram governos militares na região para combater o que era percebido como uma ameaça comunista interna e externa.

⁴ A Escola Superior de Guerra, criada em 20 agosto de 1949 pela Lei 785/49, é o Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, integrante do Ministério da Defesa do Brasil.

ameaça da “contaminação” ideológica que a Revolução Cubana⁵ de 1959 poderia causar no resto dos países da região.

Entre o 31 de março e o 01 de abril de 1964, o Brasil abre o caminho do que seria uma sequência de regimes autoritários que se espalharam pelo sul do continente, deixando um rastro de dor e morte, assim como implicações, sociais, econômicas e culturais que ainda reverberam nas sociedades desses países. O caso brasileiro chama a atenção pela rapidez com a qual a Casa Branca⁶ atuou na logística do golpe militar e a eficácia no exercício diplomático do embaixador estadunidense Lincoln Gordon. A chegada ao poder de João Goulart⁷ à presidência do Brasil em 1961, alertou ao governo Kennedy sobre a possibilidade da transição para um governo de corte socialista num país geopoliticamente importante para os interesses dos Estados Unidos na região.

Apenas tinham transcorridos dois anos do governo do presidente João Goulart, quando Lyndon Johnson, que assumiu a presidência dos Estados Unidos após o assassinato de John Kennedy no final de 1963, autorizou a execução da chamada “Operação Brother Sam⁸”. Dita operação envolveu a mobilização da frota da Marinha dos Estados Unidos, originalmente posicionada no Caribe (Aruba), em direção à costa brasileira. Esse suporte logístico em favor dos militares insurgentes foi solicitado pelo embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, anteriormente citado, que já mantinha articulações com os golpistas para garantir o respaldo de Washington à deposição de Goulart.

Para isso, o governo dos Estados Unidos havia autorizado o envio de cem toneladas de armamentos leves e munições, além de uma frota composta por navios petroleiros, uma esquadrilha de caças, um navio de transporte de helicópteros carregado com 50 unidades totalmente equipadas, um porta-aviões, seis destroieres, um navio de guerra, um navio de

⁵ Movimento que derrotou o governo de Fulgêncio Batista e encerrou a interferência norte-americana na ilha, aproximando-a da União Soviética.

⁶ Residência oficial e o principal local de trabalho do presidente dos Estados Unidos. Localizada na 1600 Pennsylvania Avenue NW, em Washington, D.C., a Casa Branca é um dos edifícios mais icônicos do mundo, simbolizando o poder executivo do governo dos Estados Unidos e, por extensão, o papel global do país.

⁷ João Goulart, conhecido como Jango, foi o 24º presidente do Brasil, exercendo seu mandato de 1961 a 1964. Ele é uma figura central na história política brasileira, especialmente devido à sua deposição pelo golpe militar de 1964, que deu início à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Goulart foi um líder associado ao trabalhismo, seguindo a linha política de Getúlio Vargas, e suas políticas voltadas para a reforma agrária e trabalhista foram pontos de grande tensão política no início dos anos 1960.

⁸ "Foi uma operação naval que o governo dos EUA montou para ajudar na derrubada de João Goulart. Montaram uma frota com navios de guerra, porta-aviões, cargueiros trazendo petróleo e munições", resume o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). "Eram provisões para ajudar o lado dos golpistas. Se ocorresse uma guerra civil no Brasil provavelmente haveria intervenção norte-americana. Eles não estavam mandando uma frota aqui à toa. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-foi-a-opera%C3%A7%C3%A3o-brother-sam-apoio-dos-eua-ao-golpe-de-64/a-68692686>. Acesso em: 04 Jan. 2025.

transporte de tropas e 25 aeronaves destinadas ao deslocamento de equipamentos militares. Esta logística, estava destinada a dar suporte aos golpistas, no entanto, não houve necessidade de sua aplicação, haja vista que as tropas leais ao presidente Goulart, não ofereceram resistência aos sublevados.

Esta demonstração de força por parte do governo estadunidense, dava continuidade às políticas que já vinham sendo aplicadas na América latina ao longo da história. Por conseguinte, é pertinente salientar aqui o caráter hegemônico exercido pelos Estados Unidos na construção das relações internacionais para à América Latina, e que encontra sua máxima representatividade mediante o binômio Integração/Seguridade, o qual alavanca a consolidação da hegemonia estadunidense fazendo uso de diferentes políticas a serem aplicadas em distintos momentos, com doutrinas específicas, todas em diálogo com as realidades das épocas em que estas acontecem.

Na formulação do supracitado binômio (Integração/Seguridade)⁹, podem ser observados dois momentos diferentes que deixam claro a presença de elementos próprios da construção hegemônica em nosso continente. O primeiro deles encontra-se ligado aos processos independentistas, marcados pela construção dos territórios nacionais, de suas fronteiras e de sus elementos culturais e idiossincráticos (Anderson, 1989; Hobsbawm, 1996), acompanhado da preservação das práticas coloniais e de suas estruturas de poder (Quijano, 2000). O segundo momento, corresponde a construção da hegemonia estadunidense nas Américas (Boesner, 1996), isto é, o desenvolvimento do binômio através de diferentes políticas e doutrinas de segurança (Novion, 2011; 2014).

Para entender o surgimento do binômio Integração/Segurança, devemos observar a realidade planetária de finais do século XIX, marcada pela disputa hegemônica multipolar anteriormente explicada. Partindo da realização da I Conferência Pan-americana em 1899¹⁰, até a atualidade (2025), constatassem cinco expressões binomiais: 1. Panamericanismo - Big Stick (Diplomacia do Dólar e Política do Garrote); 2. Inter americanismo - Boa Vizinhança; 3. Inter americanismo - Contra insurgência; 4. Aliança para o Progresso - Anticomunismo; 5.

⁹ A ideia do Binômio, encontra-se desenvolvida na tese de doutorado do Prof. Dr. Jacques Ibañez de Novion. *Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía, Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonía y el futuro en cuestión*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) 21/02/2011.

¹⁰ As conferencias Pan-Americanas, também denominadas Conferências Internacionais Americanas, foram grandes fóruns de discussão de 1899-1948 entre vários países do norte ao sul do hemisfério, com a participação de representantes diplomáticos, funcionários de governo, cientistas, técnicos, especialistas de múltiplos campos de conhecimento, além de ministros e presidentes. Em 1889, os Estados Unidos, envolvidos pelos princípios da Doutrina Monroe, propuseram a criação das Conferências Internacionais Americanas com a finalidade de obter supremacia no plano econômico e político. Dessa forma, as várias definições sobre o pan-americanismo vão estar, de alguma forma, relacionadas a proposta hegemônica do governo norte-americano frente às jovens repúblicas.

Neoliberalismo - Nova Agenda de Segurança (Narcotráfico, Meio Ambiente, Imigração e Terrorismo) (Novion, 2011; 2014).

Dessa forma, o tema abordado nesta pesquisa encontra sua base fundamental no quarto estágio dessas relações binárias, ou seja, Aliança para o Progresso-Anticomunismo. Esse binômio, em conjunto com a dupla Inter americanismo-Contra-insurgência, impulsionou uma onda de instauração e fortalecimento de regimes autoritários na região, comandados por militares treinados na Escola das Américas¹¹ (1946), um centro de instrução e doutrinação norte-americano localizado no Panamá.

O objetivo desta escola, e em consequência, do recurso humano que nesta se formava, era a contenção de uma suposta “onda comunista” intensificada pela Revolução Cubana no continente, assim, os EUA intensificam a importância de dito centro de formação, que passa a consolidar entre os quadros militares do continente uma nova escalada de governos ditatoriais, com a deflagração de Ditaduras Empresarial-Militares estabelecidas no Cone Sul. Assim sendo, no Paraguai Alfredo Stroessner (1954); no Brasil, Humberto Castelo Branco (1964); na Bolívia, Hugo Banzer (1971); na Argentina, Juan Onganía (1966); e Jorge Rafael Videla (1976), no Uruguai, Juan María Bordaberry (1973); e no Chile Augusto Pinochet (1973); fecham o cerco no Cone Sul¹² dentro de um complexo sistema de governos gerenciados desde Washington e que consequentemente irão se articular num macabro aparato supranacional do terror, funestamente conhecido como Plano Condor.

De tal sorte, que as décadas compreendidas entre 1950 e 1970, constituíram um período historicamente marcante no cenário político latino-americano ante a consolidação e estabelecimento destes regimes autoritários, fomentados pela paranoia estadunidense da presença e vigilância ao inimigo interno, conforme citado anteriormente. Esta conjuntura foi muito bem aproveitada pelo governo estadunidense, segundo nos explica Padrós (2005) ao afirmar que: Os Estados Unidos se servirão do pretexto anticomunista, no intuito de influenciar

¹¹Conhecida por promover técnicas de tortura e uma formação para a guerra interna nos países, a Escola das Américas ficou marcada por treinar militares para confrontos contra grupos que eram chamados de “insurgentes”, ou seja, a esquerda. Ao longo de todo esse período, mais de 66 mil estudantes passaram pela Escola das Américas. Alguns deles se tornaram ditadores como Leopoldo Galtieri e Roberto Viola na Argentina e Juan Velasco Alvarado no Peru. Integrantes do “esquadrão da morte” que mataram 6 jesuítas em El Salvador também passaram pela unidade de ensino. O grupo Tortura Nunca Mais indica que 21 soldados e oficiais brasileiros que foram acusados de torturar durante a Ditadura Militar no Brasil estudaram na unidade estadunidense.

¹² O "Cone Sul" refere-se à região mais ao sul da América do Sul, abrangendo os países de Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e, em alguns contextos, o sul do Brasil. Essa área é caracterizada por sua proximidade geográfica, laços históricos e culturais, e uma economia relativamente desenvolvida em comparação com outras regiões da América Latina. O termo é frequentemente utilizado em discussões sobre políticas regionais, economia, cultura, e também no contexto de eventos históricos, como a Operação Condor, que envolveu a cooperação entre regimes militares desses países.

aos militares latino americanos e torna-los hostis ante qualquer proposta de mudança da sociedade, reformista ou revolucionária (Padrós, 2005, p. 120).

Dentro desta escalada de governos militares, a vivência da ditadura no Chile possui uma característica singular e distinta quando comparada às demais experiências na América Latina, especialmente no que se refere à violência associada à toma do poder. Em Santiago, nas primeiras horas do dia 11 de setembro de 1973, a mais longa e consolidada democracia da América Latina foi abruptamente derrubada, mediante ataques aéreos e terrestres contra o palácio presidencial e a residência oficial de Tomás Moro¹³, respectivamente. O general Augusto Pinochet¹⁴, comandante geral do exército e líder da junta militar que assumiu o controle, depôs o presidente Salvador Allende¹⁵, que, cercado, perdeu a vida no Palácio de *La Moneda*¹⁶.

O Chile, ao eleger Salvador Allende para a presidência da República, se tornou pioneiro ao escolher democraticamente o primeiro marxista a governar um país ocidental por meio de eleições (Steinke, 2022).

Allende tinha conseguido o triunfo nos comícios de 1970 em representação da *Unidad Popular*¹⁷, coalizão política formada pelo partido comunista e socialista, mas que estava composta também por radicais (PR), Socialdemocratas (PSD), a Ação Popular Independente (API) e parte da esquerda católica, assim como pelo Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU) (Aggio, 2002).

Defensor da preservação das instituições democráticas e dos valores que sustentavam a república, Salvador Allende buscava uma transformação social pacífica, mas seu governo foi marcado por intensas tensões internas e externas, as quais foram um ponto de inflexão determinante na queda do projeto Allendista e sua *via chilena al socialismo*¹⁸.

Conforme citado anteriormente, a eleição de Salvador Allende em 1970 representa a primeira vitória democrática de um projeto socialista a escala global, um marco que acirrou as

¹³ Residência oficial dos presidentes em exercício da República de Chile.

¹⁴ Augusto Pinochet (1915-2006) foi um general do Exército chileno que governou o Chile de 1973 a 1990 após liderar um golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende. Seu regime é amplamente conhecido por sua natureza autoritária e pelas graves violações dos direitos humanos cometidas durante seu governo.

¹⁵ Salvador Guillermo Allende Gossens foi um médico e político chileno. Fundador do partido socialista local, governou seu país de 1970 a 1973.

¹⁶ O Palácio de *La Moneda*, é a sede da Presidência da República do Chile. Também abriga o Ministério do Interior, a Secretaria Geral da Presidência e a Secretaria Geral do Governo.

¹⁷ A "*Unidad Popular*" (Unidade Popular) foi uma coalizão política de esquerda no Chile que desempenhou um papel crucial na eleição e governo de Salvador Allende. Formada em 1969, a *Unidad Popular* reuniu vários partidos e grupos de esquerda com o objetivo comum de promover uma agenda socialista e transformar o Chile através de um governo eleito democraticamente.

¹⁸ Projeto político, de acesso ao socialismo por meio do sufrágio e o respeito às instituições democráticas.

preocupações das elites empresariais e militares. Para essas elites, que já viam com apreensão a revolução socialista armada, como exemplificado pela experiência cubana, ainda mais inaceitável era a possibilidade de uma revolução democrática, que, através do voto, viabilizasse a ascensão de um projeto socialista. O golpe empresarial-militar no Chile tinha como objetivo não apenas aniquilar essa experiência inédita e derrotar o projeto socialista democrático de Allende e a *Unidad Popular*, mas também abrir caminho para a implementação de um modelo econômico que, anos mais tarde, se consolidaria como a fórmula predominante nas economias pós-ditadura: o Neoliberalismo (Novion, 2011; 2014).

Após o golpe no Chile, apenas a Argentina restava como o último país com um governo democrático na região, sendo também um refúgio para muitos exilados de diversos países latino-americanos. A repressão e o terrorismo de Estado nesse país não apenas resultaram na morte de milhares de jovens, mas também atingiram exilados e figuras políticas dos governos derrubados. A luta histórica das organizações de Direitos Humanos, como as *Madres de Plaza de Mayo*, *Abuelas de Plaza de Mayo* e a organização *Hijos e Hijas*, é um reflexo do emudecimento e aniquilamento de uma geração inteira de latino-americanos. O simples fato de ter pensamentos divergentes e desejar um futuro coletivo diferente foi motivo suficiente para ameaças, perseguições, prisões, torturas e desaparecimentos. Por outra parte, segundo arquivos desclassificados pelo governo dos Estados Unidos, as estratégias e o planejamento que deram fim ao governo do presidente Allende, foram realizadas pela Central de Inteligência Americana (CIA)¹⁹, ao mesmo tempo em que se encarregava do fornecimento de armas e dinheiro que seriam utilizados para executar seus planos assassinos dentro e fora do território chileno, cujos casos mais icônicos foram o do comandante geral do exército, René Schneider em 1970, o general Carlos Prats em 1974, o ex-presidente boliviano, general Juan José Torres²⁰ (1976) e do ex-chanceler Orlando Letelier e sua secretária Ronni Moffit²¹ em 1976, este último, acontecido em pleno centro da capital estadunidense.

[...] plan secreto de la CIA para impedir la llegada de Salvador Allende a la presidencia de Chile en otoño de 1970; el asesinato del comandante en jefe chileno René Schneider; la estrategia y las operaciones llevadas a cabo por Estados Unidos

¹⁹ A Central Intelligence Agency (CIA) é a principal agência de inteligência dos Estados Unidos, responsável por coletar, analisar e disseminar informações relacionadas à segurança nacional. Fundada em 1947 pelo *National Security Act*, a CIA desempenha um papel crucial na política externa e na segurança nacional dos EUA.

²⁰ Juan José Torres González (5 de março de 1920 - 2 de junho de 1976) foi um político socialista boliviano e líder militar que serviu como o 50º presidente da Bolívia de 1970 a 1971, quando foi deposto em um golpe que resultou na ditadura de Hugo Banzer.

²¹ Ronni Moffitt foi uma assistente de Orlando Letelier e uma das vítimas do atentado bombista que matou Letelier em Washington, D.C., em 21 de setembro de 1976. Sua morte, junto com a de Letelier, destacou a brutalidade do regime de Augusto Pinochet e teve um impacto significativo na política e nas relações internacionais.

para desestabilizar el gobierno de Allende; la implicación de los estadounidense en el golpe de estado; las ejecuciones de ciudadanos norteamericanos tras el golpe; los orígenes y operaciones de la DINA; [...] la muerte de Orlando Letelier y Ronnie Moffit en um acto terrorista perpetrado con coche bomba en Washington DC (Kornbluh, 2003, p.23).

Assim sendo, uma vez instalada a junta militar de governo, deu-se início a uma feroz perseguição de indivíduos pertencentes ao governo deposto, assim como a todo aquele que fora adverso ao novo regime. O Estádio Nacional²², inicialmente serviu como campo de reclusão, tortura e extermínio nos primeiros dias do governo de Pinochet.

É neste cenário previamente descrito, que tem suas origens a Operação Condor, como um sistema de inteligência interconectado entre os governos ditatoriais do Cone Sul, que serviu como instrumento para a “caça”, perseguição e posterior eliminação de elementos considerados adversos ideologicamente aos regimes militares, estendendo os seus domínios, para além das fronteiras nacionais, regionais e intercontinentais. Logo, a formação dessa temível "maquinaria do terror" possui uma relação direta com a ditadura chilena, uma vez que foi no país austral, durante a Conferência Regional de Inteligência Nacional²³ realizada em 1975, que se definiram as operações, os objetivos e o próprio nome da organização. Esse evento marcou a legitimação de práticas ilegais que violavam o Direito Internacional, consolidando uma rede transnacional de repressão.

A Operação Condor, criada em 1975, no Chile de Pinochet, foi iniciada com a Conferência Regional de Inteligência Nacional. Consistia, inicialmente, em um sistema integrado de troca de informações entre os países da América do Sul, em que os principais atores eram adidos militares (Dinges, 2004, p. 21).

Em síntese, a unificação dos sistemas de inteligência dos governos participantes desta operação, permitiu localizar, identificar, deter e mediante severas torturas, liquidar aos elementos considerados como subversivos. Nota-se que mediante estes exercícios, as fronteiras dos países membros eram de livre acesso e o intercâmbio de informações constituíam um fator chave para o cumprimento das missões.

Deste modo, esta corporação do terror, consolidou-se como o elemento complementar do terrorismo de Estado exercido pelos governos ditatoriais de forma

²² O Estádio Nacional foi um centro esportivo chileno usado como campo de concentração para prisioneiros políticos, em setembro de 1973, durante os primeiros dias do golpe de estado liderado por Augusto Pinochet. Aqui dezenas de vítimas eram confinadas e selecionadas para envio a outros centros de detenção espalhados pela geografia chilena. Muitos foram assassinados ainda no interior do estádio, entre eles o famoso cantor popular Victor Jara, nome com o qual foi rebatizado o antigo Estádio Nacional.

²³ Acta Final - O acordo assinado pelos representantes do Chile, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai, pelo qual o "Sistema Cóndor" é criado (novembro 28,1975). (Dinges, 2009).

coordenada e eficaz. Cabe destacar que, neste trabalho, o entendimento é do protagonismo do Chile, na perspectiva das práticas executadas através da “Operação Condor”, antes e após o golpe de 11 de setembro de 1973. No entanto, levando em consideração o caráter transnacional de tal operação, abordaram-se os casos e espaços territoriais onde o “Condor” também caçou suas vítimas.

No tocante a participação brasileira na “Operação Condor”, existem inúmeros debates nos quais se exime ou se condena a participação do governo militar (1964-1985). Documentos divulgados sob o Projeto de Desclassificação Especial do Chile, durante o governo Clinton, revelam, em um extrato datado de 12 de agosto de 1976 dos arquivos secretos da CIA, a ausência do Brasil em operações de perseguição fora do continente. O trecho a seguir, composto por três páginas, não inclui as páginas 1 e 3, e as partes indicadas por reticências (...) correspondem a seções censuradas no documento original da agência norte-americana.

Enquanto o Brasil tinha aderido ao acordo original entre a Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai para cooperar em trocar informação sobre terrorismo e subversão, ainda não tinha concordado em participar de operações de campo do Condor na Europa, e limitaria sua contribuição por enquanto à provisão de equipamentos de comunicações para a Condortel, a rede de comunicações estabelecida pelos países do Condor. (...) os países do Condor que operariam na Europa eram o Chile, Argentina e Uruguai. Os países do Condor decidiram agora suspender seus planos para operar na Europa e manter um curso de treinamento em Buenos Aires para aqueles oficiais do Condor que operariam na Europa até que o Brasil decidisse participar com os outros das operações na Europa, a serem centradas na França. (Carta da CIA sobre o papel do Brasil na operação Condor em 12 de agosto de 1976. *CIA Cable, [Brazil's Role in Operation Condor], Excerpt, August 12, 1976, 1 p.* Ver, <https://nsarchive2.gwu.edu/news/20010306/>.)

Naquele período, o cenário no Brasil era amplamente favorável ao regime, uma vez que os grupos revolucionários haviam sido praticamente aniquilados, e não havia lideranças expressivas dessas organizações atuando no exterior. Diante disso, pode-se inferir a falta de interesse do Brasil em se envolver nessa etapa da Operação Condor.

Segundo o jornalista John Dinges²⁴, o Brasil não esteve envolvido em assassinatos além de suas fronteiras, etapa conhecida como fase 3 da Operação Condor, pelo menos com base na documentação analisada para seu livro *Os Anos do Condor – Uma Década de Terrorismo Internacional no Cone Sul*. Essa perspectiva também é defendida por Márcia Guena (USP), autora da dissertação de mestrado *Operação Condor: uma conexão entre as polícias*

²⁴ John Dinges viveu no Chile entre 1972 e 1978 e trabalhou como correspondente do jornal norte-americano *Washington Post*. Dinges pesquisou 24 mil relatórios sobre o Chile e 4 mil sobre a Argentina escolhidos dentre os documentos desclassificados na administração do presidente norte-americano Bill Clinton e que estavam em poder da agência de inteligência daquele país, correspondências entre a CIA e a Dina, o “Arquivo do Terror” do Paraguai, dois mil páginas liberadas a pedido do jornalista, respaldado pela Lei de Liberdade e Informação norte-americana.

políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. Em sua pesquisa, Guena não encontrou evidências diretas da participação brasileira nos assassinatos promovidos pela Operação Condor, embora destaque o papel do país no fornecimento de informações (De Souza, 2011).

Ainda com referência nos estudos de Dinges (2004), documentos aos quais teve acesso confirmam que a rede de resistência formada pelos principais movimentos de esquerda, conhecida como Junta Coordinadora Revolucionária (JCR), desempenhou um papel central na justificativa para a criação da Operação Condor. Embora a JCR tenha representado uma tentativa de contraofensiva contra os regimes militares, sua atuação não obteve êxito, mas forneceu um pretexto para a articulação da aliança repressiva internacional. A organização era composta pelo *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros*, do Uruguai, pelo *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), da Argentina, e pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), do Chile. Segundo Dinges, havia a intenção de incorporar grupos aliados no Brasil, porém essa cooptação não se concretizou.

Quando a JCR começava a se organizar no Cone Sul, o cenário político brasileiro diferia do restante da região. O país já havia passado pelo período mais intenso de repressão, e os movimentos de esquerda estavam praticamente desmantelados. A Guerrilha do Araguaia, liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no norte do Brasil, foi completamente eliminada em 1975, assim como outras organizações opositoras. Paralelamente, o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) iniciava um processo de abertura política, descrito como “lento, gradual e seguro”. A partir de 1974, o Brasil começou a vivenciar o afrouxamento da censura prévia, mobilizações pela anistia, a defesa do retorno de exilados, a libertação de presos políticos e o ressurgimento de greves (Quadrat, 2008, p.2, *apud*, De Souza, 2011).

Esse contexto de relativa flexibilização da ditadura transformou o Brasil em um ponto de passagem para refugiados estrangeiros que fugiam da repressão em seus países. No entanto, por meio da Operação Condor, o país desempenhou um papel ativo na captura de opositores, facilitando diversas prisões em território nacional, especialmente nas zonas fronteiriças com Argentina (Uruguaiana, /*Paso de los libres*,) e Uruguai (Santana de Livramento/Rivera).

De acordo com Valente (2007), a participação do Brasil na Operação Condor foi mais limitada, embora sua real extensão permaneça desconhecida devido ao sigilo imposto sobre documentos militares no país. Esse envolvimento restrito esteve ligado à política de "distensão" conduzida pelo governo do general Ernesto Geisel, bem como à desconfiança que os militares brasileiros tinham em relação aos serviços de inteligência das demais nações.

Com tudo, uma longa lista de ações perpetradas (detenção, tortura e desaparecimento) pelo regime brasileiro durante a citada operação, ainda aguardam comprovação ante a opinião pública e a devida reparação as vítimas e familiares. A morte dos ex-presidentes João Goulart e Jusélio Kubisheck, do ex-governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, o sequestro de Lilian Celiberti e Universindo Díaz, o sequestro e desaparecimento do jornalista Edmur Péricles Camargo, a detenção e morte do deputado Rubens Paiva, a tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, apenas por citar alguns, constituem os casos de maior alcance na opinião pública. Outros, que ainda permanecem ocultos ou desapareceram da memória coletiva, devem servir como motivação para novas investigações e busca por entregar a sociedade brasileira a verdade, conjuntamente com a identificação e responsabilização dos seus executores, pertencentes a um momento histórico e nefasto de uma época que ainda hoje muitos, infelizmente, se propõem incentivar a sua volta.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Sustentada no projeto fundacional dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), esta pesquisa encontra sua estrutura nos princípios metodológicos derivados dos Estudos Latino-americanos, os quais oferecem uma base teórica rica, composta por ideias e conceitos que permitem a análise de uma trajetória histórica singular do continente americano. Essa trajetória é marcada por momentos distintos, com períodos específicos e características espaciais e temporais próprias, as quais influenciam de maneiras diversas as realidades presentes nos diferentes países da região.

Essa originalidade reflete a missão da UnB e os projetos de seus idealizadores: das ciências sociais latino-americanas que apontem à não reprodução ou incorporação de ideias e teses de forma acrítica e sem questionamentos, e a proposta de produzir conhecimento autônomo e crítico, pretender a novas perspectivas, dialogar de forma multidisciplinar, promover novas abordagens, apontar novas sínteses e propor alternativas. Neste sentido, a UnB recobra sua vocação fundacional, que é a mesma que inspiraram e marcaram as preocupações dos *Estudios Latinoamericanos* (Novion, Costilla & Ayala, 2014).

A proposta é adotar as quatro abordagens metodológicas fundamentais dos Estudos Latino-americanos, *i.e.*: realizar novas observações sócio históricas, empregar a comparação como ferramenta analítica, incentivar o diálogo entre diferentes disciplinas e, por fim, buscar transformar as realidades sociais e culturais da região (Novion, Costilla e Ayala, 2014).

A primeira proposta – gerar novas observações sócio históricas – busca reconstruir os processos históricos e sociais de nossos povos e de nosso continente, com o objetivo de abrir caminhos para novas interpretações e debates sobre nossas realidades. Isto é, reconhecer a necessidade de produzir conhecimento desde e sobre nós mesmos, tomando como referência nosso passado, presente e futuro. O seja, construir novas epistemologias a partir de nossas próprias experiências e perspectivas, em contraste com as narrativas geradas nos centros tradicionais de produção de conhecimento, localizados principalmente na América do Norte e na Europa. Assim, trata-se de construir relatos e análises que surgem de nossa própria história e contexto, contribuindo para uma compreensão mais integral (Novion, 2018).

A segunda proposta – adotar a comparação como método – convida à construção de conhecimento a partir da análise comparativa, permitindo perspectivas mais amplas que conectem as particularidades locais com dinâmicas comunitárias em nível continental e global. Esta abordagem facilita o desenvolvimento de estudos e observações em espaços macrorregionais, transcendendo os limites das fronteiras nacionais. As diferenças e

diversidades que caracterizam o continente, com suas especificidades locais, nacionais e regionais, conformam um conjunto de experiências que se estendem para dimensões macrorregionais, continentais e globais (Novion, 2018).

Além disso, esta proposta enfatiza a importância do diálogo entre as perspectivas distintas sobre a comparação como método em diversas disciplinas, como a sociologia, a história, a ciência política, as relações internacionais, e a antropologia. Não se trata de reduzir a comparação a uma mera generalização, nem de buscar apenas semelhanças para diferenças óbvias, nem de incorrer em palestras superficiais que ocultem ou distorçam realidades. Pelo contrário, a análise comparativa nos permite compreender como os projetos hegemônicos impõem sua visão e interesses sobre uma macrorregião específica (neste caso a ingerência estadunidense na América Latina e o Caribe), ao mesmo tempo que reconhece a riqueza de sua diversidade. Nesse sentido, a comparação se converte em uma ferramenta chave para visibilizar e compreender a heterogeneidade.

A terceira proposta – diálogos multi e interdisciplinares – enfatiza a importância da interação entre os diferentes campos do conhecimento que abordam temas comuns e transversais. A convergência de diversas perspectivas e metodologias provenientes de múltiplas disciplinas não apenas enriquece a análise, mas também permite alcançar uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos estudados. Nesse sentido, o conhecimento pode ser abordado a partir de abordagens a-uni-multi-pluri-inter-trans- pandisciplinares, onde a diversidade de métodos e miradas favorecem um entendimento mais complexo e matizado da realidade (Novion, 2018).

A quarta proposta – transformação da realidade – nos levará a refletir sobre o propósito do conhecimento. Para que investigamos? Alguns produzem conhecimento como um fim em si mesmo, trazendo contribuições valiosas que enriquecem a produção acadêmica e abrem novas linhas de estudo. Outros, em mudança, buscam compreender a realidade com a intenção de incidir nela, enfrentando problemas sociais e propondo alternativas capazes de gerar mudanças. Ambas as perspectivas são fundamentais, mas está no compromisso com a transformação, onde o conhecimento adquire um papel ativo na construção de sociedades mais justas e equitativas (Novion, 2018).

Baseado nas propostas anteriormente explicitadas, este trabalho de pesquisa pretende fundamentar sua teses metodológica, a partir da seguinte estrutura: a) a aplicação de uma perspectiva que resgata a historicidade própria do continente, analisando desde a sócio-história os processos de construção e implantação de governos ditatoriais e a implementação de mecanismos repressivos (Plano Condor) e as dinâmicas de inter-relação entre seus signatarios;

b) a exploração de ideias chaves que podem abrir novas vias para o conhecimento de nossas realidades, em particular aquelas relacionada ao exercício do terrorismo de Estado durante os regimes autoritários no Cone Sul; c) a comparação de práticas autoritárias em diferentes tempos e espaços de nossa região, evidenciando como elas impõem sentidos comunitários de vida sobre realidades diversas; e d) a construção de miradas mais amplas e complexas que favorecem novas formas de relacionamento e análise, capazes de produzir novos enfoques para a preservação da democracia, ao mesmo tempo que impeçam o retrocesso a épocas já superadas.

Destarte, para explorar os caminhos que possam nos conduzir à desvendar as interrogantes desta pesquisa, será realizado uma análise comparativo, dos assassinatos do general Carlos Prats e do ex-chanceler Orlando Letelier, ambos executados sob mesmo *modus operandi*, e concomitantemente dentro da fase de caça e extermínio no exterior, das principais figuras políticas adversas ao regime chileno. Assim, Prats assassinado na Argentina e Letelier eliminado em Washington, a escassos metros do centro do poder do império, demonstram a perfeita sincronia e a capacidade do Estado terrorista chileno, capaz de vulnerar a soberania de qualquer país sem importar as consequências.

Por conseguinte, resulta evidente nos perguntar: quais eram os riscos políticos que estes dois importantes líderes da resistência, no exílio, poderiam representar para o regime de Pinochet? Eis a questão que esta pesquisa pretende responder.

Em tal sentido, será realizada uma profunda pesquisa de caráter bibliográfica destacando a consulta aos diversos arquivos disponíveis tanto de forma física como de forma digital nos diversos órgãos públicos e particulares, encarregados da preservação e divulgação de dados e memórias que conduzam a clareza e reivindicação das vítimas das ditaduras militares no Cone Sul.

3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta pesquisa se encontra estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo se discute desde uma perspectiva socio-histórica, os 50 anos do golpe militar no Chile e suas implicações na historiografia mundial. As seções subsequentes explicam o breve governo de Salvador Allende, as ações nacionais e internacionais encaminhadas para evitar a sua posse, assim como a derrubada do governo da Unidade Popular. Seguidamente se analisa o golpe militar de 11 de setembro de 1973, a instalação da ditadura pinochetista e finalmente se discute o tema do caso da Caravana da Morte, como um das primeiras ações de perseguição e eliminação de elementos adversos ao regime militar recém instalado.

O capítulo de número dois, constitui um dos eixos principais deste trabalho. Aqui será abordado o tema da Operação Condor, discriminado a partir dos antecedentes do pacto de Santiago que deu origem a operação, a criação da DINA²⁵ como aparato repressor do Estado, a integração dos Estados membros dentro da máquina do terror, o surgimento da figura do detido desaparecido como marca dos regimes autoritários e por fim a execução da terceira fase do Condor com a expansão hacia Europa em busca de novas vítimas.

A transnacionalidade do Terrorismo de Estado intitula o capítulo de número três desta pesquisa, abordando esta prática característica dos governos autoritários da região contra as organizações políticas, movimentos e indivíduos que lutavam pela defesa dos direitos humanos e a volta da democracia. Tais práticas se caracterizavam pela violação da soberania dos Estados e a instalação de centros clandestinos de detenção, os quais funcionavam como sucursales dos governos militares para o envio e intercambio de prisioneiros entre os membros dessa corporação do terror chamada de Operação Condor.

No quarto capítulo, a pesquisa se aprofunda em relação aos assassinatos de dois das mais importantes figuras da resistência chilena no exílio durante o regime de Pinochet: o general Carlos Prats González e o exchancellor do governo Allende, Orlando Letelier. Neste capítulo, reside a interrogante que este trabalho pretende investigar, isto é: representavam algum risco político ao regime chileno o general Pratts e o diplomático Orlando Letelier para serem eliminados, ambos os dois, inclusive sob o mesmo *modus operandis*?

Assim sendo, o desdobramento do capítulo pormenoriza sobre o comportamento patriótico e apego aos preceptos constitucionais do general Prats, e a sua morte, conjuntamente com sua esposa, fato acontecido quando ambos encontravam-se exilados em Buenos Aires. Na

²⁵A DINA (*Dirección de Inteligencia Nacional*) foi a principal agência de inteligência e repressão do governo militar chileno liderado por Augusto Pinochet.

próxima seção, se analisa a figura de Orlando Letelier como o primeiro detido do regime chileno, seguidamente sua saída ao exílio e a perda da sua nacionalidade, logo tratamos do seu brutal assassinato a poucos metros da sede do poder executivo dos Estados Unidos, no qual também morreu sua assistente Ronnie Moffit, cidadã estadunidense, por fim trazemos à tona os eventos que desembocaram na captura e condenação dos responsáveis por tais eventos, tanto como as medidas para a reparação aos familiares das vítimas, concluindo com as considerações finais decorrentes dos temas apresentados neste trabalho.

CAPÍTULO 1

1. 50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO CHILE (1973-2023)

Setembro é um mês marcante dentro da historiografia nacional chilena. A história da conta, dos diversos acontecimentos que tem com referência o nono mês do calendário ocidental, enmarcados dentro do complexo cenário político da nação austral, os quais têm se suscitado com suas nuances e significados particulares. Sem lugar a dúvidas, entre tantos setembros, o de 1973 representa o mais emblemático tanto pelo seu carácter histórico tanto pelo sua marca deixada na sociedade chilena e nas páginas da historiografia mundial.

A interrupção do primeiro governo socialista chegado ao poder pela via democrática por meio de um nefasto golpe militar, deu início a um governo de facto encabeçado pelo general do exército Augusto Pinochet Ugarte, acompanhado pelo almirante José Toribio Merino Castro, comandante da marinha, o general do ar Gustavo Leigh Guzmán, comandante da força aérea e pelo general César Mendoza Durán, auto-nomeado diretor geral de carabineiros, o qual se consolidou no poder por longos dezessete anos (1973-1990).

Figura 1: Junta Militar de Governo, Chile 1973.



Fonte: <https://www.laizquierdadiario.cl/Fake-news-y-montajes-en-dictadura-Memorias-para-el-periodismo>.

Neste contexto, os recentemente comemorados cinquenta anos do golpe militar chileno, carrega consigo experiências e opiniões diversas, levando em consideração desde qual perspectiva os protagonistas deste evento possam lembrar a data de 11 de setembro de 1973. Por outra parte, diversos estudos têm sido desenvolvidos com o intuito de compreender a figura do Salvador Allende e sua truncada experiência de levar a cabo a instauração do socialismo

pela via democrática, num projeto nomeado por ele mesmo como: *Una Revolución con empanadas y vino tinto*.²⁶

Da mesma forma, são inúmeros os debates entorno de Allende e a forma como entregou sua própria vida defendendo a institucionalidade democrática da nação. Mediante seus discursos, o presidente se apresentava apenas como um ator representante dos desejos de justiça das classes menos abastadas da sociedade e defensor dos ideais democráticos pelo qual o Chile era exemplo para os demais países da região.

Outrossim, o marco temporal dos 50 anos do golpe militar no Chile, reforça a importância de revisitar este evento histórico e suas consequências. A instauração da ditadura de Augusto Pinochet não apenas modificou profundamente a estrutura política, econômica e social chilena, mas também teve impacto significativo no contexto latino-americano, conectando-se a outros regimes autoritários do Cone Sul.

1.1 O GOVERNO DE ALLENDE E A UNIDADE POPULAR (UP)

Os sufrágios de 1970 foram a quarta tentativa de Salvador Allende de chegar a primeira magistratura chilena. Sua trajetória política começou em 1929, quando atuou como vice-presidente da Federação de Estudantes do Chile (FECH), uma organização de grande destaque na política do país. Nessa época, ele participou de manifestações contra a ditadura de Carlos Ibáñez Del Campo²⁷ (1927-1931) e apoiou a instalação da República Socialista em 1932, liderado pelo general Arturo Puga Osorio²⁸. Por causa disso, foi preso duas vezes e julgado por três cortes marciais, mas acabou sendo absolvido. Em 1933, participou da fundação do Partido Socialista do Chile (PSCh). Em 1937, foi eleito deputado por Valparaíso e Quillota. Durante o governo de Pedro Aguirre Cerda, entre 1939 e 1942, atuou como ministro da Saúde, Previdência e Assistência Social. Entre 1945 e 1970, foi eleito senador por quatro mandatos.

Em 1970, Salvador Allende saiu vitorioso nas eleições presidenciais com 1.070.334 votos, correspondentes a 36,6% do eleitorado. A diferença em relação ao resultado obtido por ele em 1964 foi de menos de 100 mil votos, apesar do aumento de 416.731 eleitores entre os

²⁶ Via chilena para o socialismo com empadas e vinho tinto, era uma frase que Allende usava para apresentar de forma prática sua revolução por vias democrática burguesas e eleitorais.

²⁷ Carlos Ibáñez del Campo (nascido em 3 de novembro de 1877 em Chillán, Chile — falecido em 28 de abril de 1960, Santiago) foi um presidente chileno de 1927 a 1931 e de 1952 a 1958. Embora Ibáñez estivesse preferencialmente alinhado com reacionários estrangeiros, ele fez muitas reformas internas construtivas.

²⁸ Nascido em Santiago em 1879, foi um militar e político da primeira metade do século XX. Em 4 de junho de 1932, tornou-se presidente da junta de governo estabelecida após a renúncia do presidente Juan Esteban Montero. Puga faleceu em Santiago em 28 de abril de 1970)

dois pleitos. Nesse mesmo período, o candidato conservador Jorge Alessandri recebeu 125.233 votos, o que levou analistas como Valenzuela (1991) a sustentar que a direita teria sido a principal beneficiária da expansão do eleitorado, já que a votação no candidato democrata-cristão caiu de forma acentuada. Esse contexto reforça o chamado “paradigma dos três terços” (Scully, 1995), no qual esquerda, centro e direita se mantinham em equilíbrio eleitoral, situando-se em posições bem delimitadas no espectro ideológico (Negri, 2012).

Embora essa divisão tenha limitado a base de apoio de Allende e representado um desafio à sua governabilidade, não se pode explicar a instabilidade do período apenas por essa fragmentação política. Diferentemente de outras conjunturas em que a coexistência entre forças rivais não comprometeu a estabilidade democrática, o que se acentuou após 1970 foi o conteúdo do programa da Unidade Popular. Suas propostas, de caráter transformador e fortemente orientadas por uma perspectiva ideológica contrária aos interesses das elites políticas e econômicas, tornaram-se o principal ponto de conflito. Assim, a crise que culminou no golpe de 1973 não resulta apenas da dificuldade de negociação entre os três blocos, mas da incompatibilidade entre o projeto de mudança defendido pelo governo e os limites impostos pelas estruturas de poder tradicionais.

A eleição de Salvador Allende Gossens, em 3 de novembro de 1970, marcou um ponto de inflexão na trajetória política do Chile, inaugurando um período de profundas transformações sociais, econômicas e institucionais. Representando a coalizão da Unidade Popular, Allende assumiu o governo com a proposta de implementar um projeto inédito: a construção do socialismo por meio da democracia, sem ruptura violenta da ordem estabelecida. Essa experiência, conhecida como “via chilena para o socialismo”, tinha como pilares a ampliação da participação popular, a nacionalização dos setores estratégicos da economia e o fortalecimento do papel do Estado como agente de planejamento e redistribuição. Assim, o Chile tornou-se laboratório de um modelo que buscava conciliar justiça social, soberania nacional e institucionalidade democrática.

Figura 2: Salvador Allende, presidente do Chile (1970-1973)



Fonte: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo>

A aprovação unânime da lei de nacionalização do cobre no Congresso chileno, considerada a coluna vertebral da economia nacional, representou um dos principais êxitos do governo da Unidade Popular. Contudo, a mesma aceitação não se repetiu quando Allende buscou ampliar o processo de socialização para o setor industrial. Sem dispor de maioria parlamentar, sua administração resgatou um dispositivo jurídico esquecido, mas ainda vigente, promulgado durante a breve República Socialista de 1932. Esse decreto autorizava o Estado a intervir e expropriar empresas classificadas como estratégicas para o desenvolvimento econômico do país (Garretón, 1992). Na prática, as expropriações foram frequentemente acompanhadas pela ocupação das fábricas por seus próprios trabalhadores, o que reforçava a legitimidade social do processo. Além desse recurso, o governo recorreu à aquisição de ações como forma de ampliar seu controle, alcançando cerca de 80% do parque industrial chileno e uma parcela expressiva do sistema financeiro (Winn, 2010).

No campo agrícola, o governo da Unidade Popular deu continuidade e intensidade ao processo de reforma agrária iniciado sob Jorge Alessandri e aprofundado durante a gestão de Eduardo Frei Montalva. Entre 1970 e 1973, mais de 4.400 propriedades rurais foram desapropriadas oficialmente, ao que se somaram mais de 2.000 ocupações realizadas por camponeses organizados, o que transformou de maneira significativa a estrutura fundiária chilena (Kay, 2002).

Na área da saúde, além da modernização da infraestrutura hospitalar, foi criado um programa de nutrição infantil que assegurava a distribuição de meio litro de leite diário para cada criança, medida que buscava enfrentar a desnutrição crônica no país.

No setor educacional, foram estimulados os ensinos pré-escolar, básico e técnico, ao mesmo tempo em que se ampliou o ingresso nas universidades. O projeto mais ambicioso nesse campo foi a *Escuela Nacional Unificada* (ENU)²⁹, que pretendia reformular o sistema educacional com base em princípios de equidade e formação integral.

Na esfera cultural, embora não tenha havido uma política central claramente definida, o Estado apoiou diversas iniciativas, como a fundação da editora Quimantú, responsável por democratizar o acesso a livros e publicações de baixo custo. Além disso, o período foi marcado pelo fortalecimento de expressões artísticas engajadas, como o movimento musical da *Nueva Canción Chilena*³⁰, que se tornou símbolo da efervescência cultural e política do período (Fairley, 1989).

Figura 3: La Nueva Canción Chilena



Fonte: <https://www.emancipacaosocialista.org/2023/o-movimiento-chileno-nueva-cancion-e-a-musica-como-resistencia-as-ditaduras/>

Os elevados investimentos sociais realizados pelo governo da Unidade Popular acabaram gerando um desequilíbrio fiscal progressivo, que se buscou compensar através da emissão de moeda. Tal medida, contudo, intensificou o processo inflacionário, o qual foi

²⁹Fue un proyecto de transformación integral de la educación chilena. Impulsado por el gobierno de Salvador Allende, tras un largo debate durante 1971 que involucró a diversos actores como docentes, estudiantes, padres y organizaciones sociales. El balance que se hizo por entonces era que la educación debería ser permanente (desde el nivel pre-escolar y durante toda la vida), democrática, participativa, pluralista y acorde con las necesidades económicas del país. El documento que se elaboró incluía la creación de amplios mecanismos de participación, la integración de los distintos niveles en un solo sistema y la eliminación de las diferencias entre la enseñanza técnica y humanista. A pesar del empeño puesto por el gobierno, el proyecto generó muchas resistencias al sospecharse que detrás de él existía el propósito de instalar una educación ideologizante de tipo socialista. Disponible em:

[https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3article93514.html#:~:text=La%20Escuela%20Nacional%20Unificada%20\(ENU,apoyo%20pol%C3%ADtico%20de%20la%20oposici%C3%B3n](https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3article93514.html#:~:text=La%20Escuela%20Nacional%20Unificada%20(ENU,apoyo%20pol%C3%ADtico%20de%20la%20oposici%C3%B3n). Acesso em: 11 Set. 2025.

³⁰ Movimiento musico-social chileno que se desarrolló formalmente durante la década de 1960 hasta la primera mitad de la siguiente.

agravado por sérios problemas de abastecimento, práticas de estocagem especulativa e ações de boicote por parte de setores empresariais (Moulian, 2006). Nesse contexto, a administração de Allende passou a enfrentar uma oposição cada vez mais articulada, inicialmente liderada pelo Partido Nacional e, em seguida, fortalecida pela adesão da Democracia Cristã, que havia apoiado a legitimação inicial de seu mandato (Loveman, 2001). A resistência não partiu apenas de partidos políticos, mas também de categorias profissionais estratégicas, como médicos, comerciantes, caminhoneiros e mineiros da companhia *El Teniente*³¹, que protagonizaram paralisações de grande impacto.

No plano interno da coalizão governista, as tensões também se aprofundaram. De um lado, estavam os grupos que defendiam a aceleração da transformação socialista, como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e um setor do Partido Socialista. De outro, encontravam-se as forças que apostavam em consolidar gradualmente as conquistas, como o Partido Comunista, o Partido Radical, o MAPU-Operário-Camponês (MAPU-OC) e a ala socialista liderada pelo próprio Allende. As eleições parlamentares de março de 1973, nas quais a Unidade Popular obteve um resultado superior ao esperado, impediram que a oposição atingisse a maioria necessária para destituir o presidente. No entanto, esse desfecho fortaleceu, em certos setores, a convicção de que apenas uma intervenção militar poderia encerrar o processo político em curso (Winn, 2010).

A tentativa frustrada de golpe em 29 de junho de 1973, conhecida como “Tanquetazo” ou “Tancazo”, deixou evidente para Salvador Allende a crescente fragilidade institucional de seu governo e a necessidade de buscar um respaldo popular ainda mais amplo. O presidente avaliava a possibilidade de convocar um plebiscito como saída democrática para legitimar o projeto da Unidade Popular diante da crise política e econômica (Garcés, 1993). Contudo, tal iniciativa não chegou a se concretizar.

No dia 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas, sob a liderança do general Augusto Pinochet, comandante do Exército, executaram um golpe de Estado que depôs Allende e encerrou de forma abrupta a experiência da chamada *via chilena ao socialismo*. O golpe também significou o colapso definitivo da coalizão da Unidade Popular e abriu caminho para a instauração de uma das ditaduras militares mais longas e repressivas da América Latina (Valenzuela, 1988).

³¹ *El Teniente es el yacimiento de cobre subterráneo, mas grande del planeta. Ubicado en la comuna de Machalí, Región del Libertador Bernardo O'Higgins, a 50 Km de la ciudad de Rancagua. Comenzó a ser explotado en 1905 y ya cuenta con más de 4.500 Km de galerías subterráneas.*

Figura 4: Palácio de la Moneda logo após ser atacado pelas forças armadas



Fonte: <https://www.gob.cl/noticias/golpe-estado-cronologia-11-septiembre-1973-democracia-siempre>

1.2 A FORMULA PARA DERRUBAR ALLENDE

Logo após a vitória eleitoral de Salvador Allende, os setores contrários ao novo governo iniciaram uma ofensiva intensa que rapidamente desencadeou uma profunda crise política, econômica e social. A singularidade de Allende, o primeiro presidente marxista eleito por via democrática em todo o mundo, gerou um ambiente de tensão que foi explorado por seus adversários. Nesse contexto, instalou-se uma corrida bancária, fomentada por ações de desestabilização externas, especialmente ligadas à CIA, e reforçada por discursos internos alarmistas.

No dia de 07 de setembro, no primeiro dia útil logo da eleição de Allende, foram sacados uns 200 milhões de escudo dos clientes dos bancos e outras entidades financeiras. Longas filas eram formadas pelos clientes na frente das instituições financeiras diante da incerteza criada por Washington em relação ao novo governo. A bolsa de valores de Santiago caiu num 60% e ao mesmo tempo, boletos de avião com destino a Europa e outros países da América se esgotavam em poucas horas.

Um dos episódios mais marcantes ocorreu em 23 de setembro de 1970, quando o então ministro da Fazenda e Economia do governo de Eduardo Frei Montalva, José Andrés Rafael Zaldívar Larraín, utilizou uma rede nacional de televisão para anunciar publicamente a possibilidade de uma iminente falência econômica no Chile, ampliando ainda mais o clima de incerteza e instabilidade. Disse ele: (Moniz Bandeira, 2023).

Hasta el 3 de septiembre, la economía chilena se desenvolvía en plena normalidad y las informaciones disponibles señalaban que los ritmos de crecimiento eran satisfactorios. Con posterioridad a esa fecha el proceso económico se ha visto

alterado, poniendo en peligro los resultados esperados y anulando los efectos positivos de las políticas económicas que el gobierno há venido aplicando armónicamente durante los últimos años. (Telegrama 262 51100, confidencial, da Embaixada do Brasil em Santiago, 22,23/10/1970 apud Moniz Bandeira, 2023, p.183)

Segundo Moniz Bandeira (2023) a opinião do presidente Nixon e do seu conselheiro de segurança nacional, Henry Kissinger, era que o governo de Allende seria inadmissível para a Casa Branca. Altos personagens da elite econômica do país, entre eles, o empresário Agustín Edwards, proprietário do diário *El Mercurio*, visitaram o presidente Nixon para adverti-lo do perigo do governo Allendista. Para o dia 15 de setembro, Edwards foi recebido em Washington em companhia de Don Kendall, presidente da Pepsi Cola, empresa cujo representante e distribuidor era o mesmo Agustín Edwards. Em tal reunião, ficou decidido o aporte de 10 milhões de dólares para financiar as *covers and spoiling operations*³², resultando nas missões mais secretas do governo estadunidense desde a segunda guerra mundial.

Assim sendo, pode-se constatar que a queda de Salvador Allende não foi resultado de um único fator, mas sim de uma combinação de estratégias políticas, econômicas e militares articuladas tanto no plano interno quanto no internacional. Diversos estudos apontam que já antes de sua posse havia uma “fórmula” delineada para inviabilizar o governo da Unidade Popular.

Essa fórmula envolvia três eixos principais, segundo Kornbluh (2003), tais ações seriam: Pressão econômica: políticas de boicote, desabastecimento e especulação financeira foram incentivadas por setores empresariais nacionais e apoiadas pelos Estados Unidos. A CIA, sob orientação direta da Casa Branca, financiou operações para gerar instabilidade e fomentar a percepção de caos econômico. Isolamento político: a oposição parlamentar, especialmente o Partido Nacional e, posteriormente, a Democracia Cristã, adotou uma postura de bloqueio sistemático às iniciativas do Executivo, dificultando a governabilidade e acirrando os conflitos institucionais. Preparação militar: paralelamente à crise política, cresceu a articulação das Forças Armadas, que, apoiadas por setores civis conservadores e pela pressão internacional, passaram a ver no golpe a única saída para o impasse. O fracasso do *Tanquetazo* em junho de 1973 demonstrou que o setor militar já estava testando o terreno para uma intervenção definitiva.

³² *Covert United States involvement in Chile in the decade between 1963 and 1973 was extensive and continuous. The Central Intelligence Agency spent three million dollars in an effort to influence the outcome of the 1964 Chilean presidential elections. Eight million dollars was spent, covertly, in the three years between 1970 and the military coup in September 1973, with over three million dollars expended in fiscal year 1972 alone. (COVERT ACTION IN CHILE 1963-1973 STAFF REPORT OF THE SELECT COMMITTEE TO STUDY GOVERNMENTAL OPERATIONS WITH RESPECT TO INTELLIGENCE ACTIVITIES UNITED STATES SENATE. U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE WASHINGTON: 1975, p.1).*

A síntese dessas ações, estariam condensadas dentro do marco do denominado Projeto FUBELT. Esta operação, conhecida também como de *Track II*, representou uma das principais operações clandestinas da CIA no Chile entre 1970 e 1973. Seu propósito central era impedir a posse de Salvador Allende, eleito democraticamente, e criar as condições favoráveis para um golpe militar. Essa iniciativa surgiu após a falha da estratégia anterior, o *Track I*, que buscava, através do presidente Eduardo Frei Montalva, barrar a confirmação de Allende no pleito eleitoral (Kornbluh, 2003; National Security Archive, 1998).

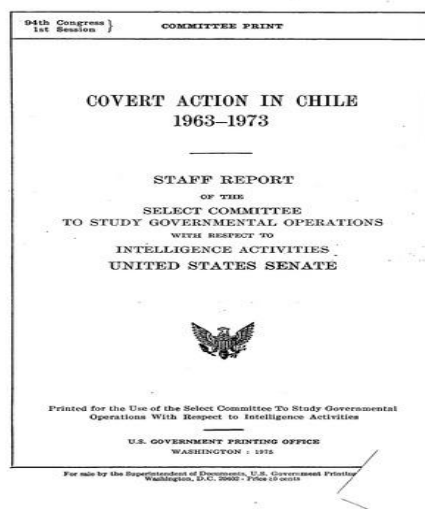
Diante do insucesso da primeira via, o presidente Richard Nixon e seu conselheiro de segurança nacional, Henry Kissinger, autorizaram o *Track II*. Conforme citado anteriormente, foram liberados aproximadamente 10 milhões de dólares para financiar ações de desestabilização no Chile, que incluíram sabotagem econômica, campanhas de manipulação política e intensa guerra psicológica contra o governo eleito (Dinges, 2004).

Um dos episódios mais significativos foi a tentativa de sequestro do general René Schneider, comandante-chefe do Exército chileno e defensor da Constituição. A CIA apoiou grupos de militares dissidentes para executar a operação, que resultou no assassinato do general em outubro de 1970. A morte de Schneider, porém, provocou forte comoção social, reforçando o compromisso da sociedade chilena com a legalidade e contribuindo para a consolidação da vitória de Allende (Kornbluh, 2003).

Com o fracasso dessa ação, o *National Security Council* aprovou o *National Security Decision Memorandum n° 93*³³, em novembro de 1970, que formalizou uma nova fase de intervenção. A partir desse momento, os EUA passaram a investir em um programa mais amplo de guerra não convencional, denominado *Covert Operation Program for Chile*, que englobava o apoio direto a partidos opositores, financiamento da grande imprensa, estímulo a greves e o fortalecimento de setores militares contrários ao governo da Unidade Popular (Dinges, 2004).

³³ O *National Security Decision Memorandum n° 93* (NSDM 93), de 9 de novembro de 1970, foi um documento enviado pelo Conselheiro de Segurança Nacional Henry Kissinger ao Departamento de Estado, ao Departamento de Defesa e à CIA, estabelecendo que a política dos Estados Unidos em relação ao Chile seria baseada na "Opção C" de um documento interdepartamental. Essa política incluía manter uma postura pública correta, mas fria, para não dar apoio ao governo de Salvador Allende, que havia sido eleito presidente no Chile naquele ano.

Figura 5: Documento referente as Cover Action in Chile 1963-1973



Fonte: <https://archive.org/details/Covert-Action-In-Chile-1963-1973>.

As dimensões completas do FUBELT só se tornaram conhecidas em 1998, quando o *National Security Archive* publicou documentos secretos da CIA e do Departamento de Estado. Entre os materiais estavam memorandos internos, relatórios de inteligência e notas manuscritas de Richard Helms³⁴ registrando as ordens de Nixon. O caso voltou a ganhar destaque em 2001, quando a família do general Schneider ingressou com uma ação judicial nos Estados Unidos contra Henry Kissinger, acusando-o de participação indireta na conspiração (National Security Archive, 1998; Kornbluh, 2003).

1.3 O GOLPE DO 11 DE SETEMBRO DE 1973

O golpe militar de 11 de setembro de 1973, que depôs o governo democraticamente eleito de Salvador Allende no Chile, marcou o início de uma feroz ditadura militar liderada por Augusto Pinochet. Este evento não apenas transformou o cenário político chileno, mas também gerou impactos significativos na região, inserindo o Chile em uma rede de regimes autoritários na América Latina, apoiados pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Nos comícios presidenciais de 1970, o médico Salvador Allende Gossens chegou ao poder da mão da *Unidad Popular*, doravante (UP), uma coalizão minoritária de partidos de centro-esquerda, cuja base principal estava contida no Partido Socialista, o Partido Comunista

³⁴ Richard McGarrah Helms foi diretor da CIA de 1966 a 1973. Foi o único diretor da CIA que foi condenado por mentir ao Congresso sobre atividades clandestinas da CIA. Em 1977, foi condenado a pagar uma multa e recebeu uma sentença de dois anos.

e o Partido Radical, assim como de outras agremiações minoritárias. O programa de governo Allendista, buscava impulsionar transformações fundamentais nas estruturas econômicas, políticas e sociais do Chile. Procurava-se, desta forma, a construção da chamada *via chilena al socialismo*, alinhado ao marco constitucional ainda vigente e os direitos fundamentais dos cidadãos, conforme aponta Aggio (2002):

Nascia aí à chamada experiência chilena, expressão cunhada na época por intelectuais e políticos de esquerda, não apenas do Chile, com o claro sentido de indicar a opção e o desafio que se abria diante da esquerda daquele país, cujo presidente eleito e empossado anunciava a intenção de realizar a “transição” ao socialismo em democracia (Aggio, 2002, p.16).

Às vésperas do golpe militar tiveram uma multiplicidade de fatores tanto políticos como econômicos, que aceleraram tais acontecimentos. A economia chilena experimentava graves desequilíbrios macroeconômicos e microeconômicos, expressada numa crescente inflação, especulação de preços e uma política salarial pouco realista, acrescentada da falta de apoio do bloco soviético e escassez de bens de consumo.

A ideia central da "Via Chilena ao Socialismo" era alcançar uma transição para o socialismo por meio de processos democráticos e legais, sem recorrer a uma revolução armada. Essa abordagem diferenciava-se de outras estratégias socialistas na América Latina, que muitas vezes buscavam a transformação socialista através de meios violentos ou insurrecionais. Por outra parte, a situação política transitava na falta de entendimento entre as organizações partidárias dentro da UP e a escassa representação parlamentar que o presidente tinha no congresso.

Contudo, um dos elementos decisivos para a desestabilização do governo de Allende, foi à imensa pressão exercida pelo império norte-americano por meio da CIA; assim como por uma grande parte da burguesia nacional e as multinacionais estadunidenses ITT (International Telephone and Telegraph)³⁵, Anaconda Copper Mining Company³⁶ e a Kennecott Copper Mine³⁷, entre outras, conforme aponta Mattos (2018):

³⁵ *International Telephone and Telegraph Corporation* (ITT) foi uma grande empresa multinacional americana, conhecida por sua influência e operações em várias indústrias, incluindo telecomunicações, eletrônicos e tecnologia. Fundada em 1920, a ITT se destacou não apenas por suas atividades comerciais, mas também por seu envolvimento em questões políticas e econômicas internacionais.

³⁶ *Anaconda Copper Mining Company* foi uma das maiores e mais influentes empresas de mineração de cobre dos Estados Unidos durante grande parte do século 20. Fundada em 1881, a empresa teve um impacto significativo na indústria de mineração e na economia dos Estados Unidos, especialmente na região do Oeste.

³⁷ *Kennecott Copper Mine*, também conhecida como a Mina Kennecott, é uma das maiores e mais produtivas minas de cobre a céu aberto dos Estados Unidos. Localizada em Bingham Canyon, Utah, a mina tem uma longa história e desempenha um papel crucial na indústria de mineração de cobre.

Nos anos que precederam o golpe de Estado no Chile, a CIA, as grandes corporações multinacionais, aliadas à burguesia chilena, aos meios de comunicação e aos militares desencadearam uma série de ações que impediram Allende de governar. Traçada a conspiração desde os anos 1960, os EUA desenvolveram o que Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008) chamou de “fórmula para o caos” e que resultaria, mais tarde, no 11 de setembro de 1973 (Mattos, 2018, p. 2).

Desta forma, ao amanhecer da terça-feira 11 de setembro de 1973, um grupo de militares encabeçados pelos generais Augusto Pinochet Ugarte, Gustavo Leigh Guzmán, César Mendoza Durán e o almirante José Toribio Merino Castro, derrocam ao presidente democraticamente eleito, Salvador Allende. Olhando para o futuro, Allende se preparava para seu último pronunciamento à nação. Seria um discurso breve, mas ao mesmo tempo, o mais emocionado e memorável de sua longa trajetória política. Após acusar os líderes do golpe de traição e deslealdade, Allende fez sua mensagem chegar à principal base de apoio popular, reconhecendo que não conseguiria impedir o golpe, mas também deixando claro que, em um futuro próximo, sua luta continuaria, de acordo com Winn (2010):

[...] Ante estos hechos, sólo me cabe decirle a los trabajadores: Yo no voy a renunciar. Colocado em um tránsito histórico, pagaré con mi vida la lealtad del Pueblo. Tienen la fuerza, podrán avasallarnos. No se detienen los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza. La historia es nuestra y la hacen los pueblos. Tengo fé en Chile y su destino...Mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde camine el hombre libre, para construir una sociedade mejor. Viva Chile! Viva el Pueblo! Vivan los Trabajadores! (Tradução nossa) (Winn, 2010, p. 178).

Durante os chamados “mil dias” do governo da Unidade Popular (UP), os setores médios e altos da sociedade chilena reagiram de forma intensa ao avanço das mudanças econômicas, políticas e sociais propostas pelo programa de Salvador Allende. No Congresso, a oposição organizada pelo Partido Nacional e pela ala conservadora da Democracia Cristã utilizou o espaço parlamentar para dificultar a aprovação de projetos essenciais ao governo. Além disso, associações empresariais, a divisão interna nas Forças Armadas entre “constitucionalistas” e “golpistas” e as tensões entre os partidos aliados da UP agravaram o cenário de instabilidade (Garcés e Milos, 2013). Dentro da própria coalizão, havia diferenças profundas: de um lado, socialistas e membros do MAPU defendiam uma postura revolucionária; de outro, comunistas e radicais buscavam um caminho gradual e institucional. Paralelamente, grupos externos como o MIR defendiam abertamente a luta armada.

A sociedade civil também se mobilizou: trabalhadores ocuparam fábricas, camponeses e moradores tomaram terras, enquanto grupos de direita como *Pátria y Libertad*³⁸ realizavam atentados e enfrentamentos de rua. Para tentar conter o aumento das tensões, tanto o governo quanto a oposição apresentaram alternativas políticas. Allende buscou aproximação com a Democracia Cristã propondo a formação de um gabinete civil-militar, capaz de garantir a estabilidade e afastar o risco de um golpe. Embora o acordo tenha sido firmado, a manutenção de figuras centrais da UP em ministérios estratégicos frustrou os democrata-cristãos e resultou no rompimento.

Já a oposição, principalmente pela via democrata-cristã, avançou com o projeto “Hamilton-Fuentealba³⁹”, que pretendia limitar o avanço do Estado sobre áreas produtivas e restringir ocupações. No mesmo período, o Congresso aprovou a Lei de Controle de Armas, inicialmente com a justificativa de combater “grupos subversivos”, mas que depois seria utilizada para reprimir trabalhadores e camponeses organizados (Sepulveda, 2020). Outro recurso cogitado foi a realização de um plebiscito que decidiria sobre a continuidade do governo: caso Allende fosse derrotado, comprometer-se-ia a renunciar e permitir a formação de um “Governo de Segurança Nacional” (Corvalán, 2004).

Apesar dessas iniciativas, o clima político se deteriorou. Em 29 de junho de 1973, ocorreu o “Tanquetazo”, uma tentativa de levante militar, a qual foi contida por tropas leais ao governo lideradas pelo general Carlos Prats. O episódio, contudo, fortaleceu setores golpistas: Prats renunciou ao comando do Exército e do Ministério da Defesa, sendo substituído por Augusto Pinochet, enquanto a Marinha passou ao comando de José Toribio Merino. A partir daí a ala revolucionária da UP endureceu sua posição contra qualquer negociação, e a conspiração militar ganhou fôlego. Entre 1972 e 1973, a oposição intensificou estratégias para desestabilizar o governo: declarações parlamentares que questionavam a legalidade das medidas da UP, recusa ao diálogo institucional, promoção de escassez econômica e ações terroristas com operações de “bandeira falsa” (Seguel, 2022).

³⁸ “*Patria y Libertad*”, fue un grupo paramilitar chileno de extrema derecha que operó entre 1970 y 1973, fundado para oponerse al gobierno de Salvador Allende. Este grupo fue responsable de acciones violentas y terroristas contra el gobierno de la Unidad Popular, y luego se integró a la dictadura militar de Augusto Pinochet.

³⁹ Se trataba de un proyecto de reforma constitucional presentado por los senadores Juan Hamilton y Renán Fuentealba que proponía modificar el N° 10 del art. 10 (derecho de propiedad) para consagrar las llamadas tres áreas de la economía: la social, la privada y la mixta, y además disponer que la ley debía determinar qué empresas integrarían el área social y el área mixta. El proyecto modificaba también las materias de ley para incorporar la autorización para estatizar empresas.

Figura 6: Carlos Prats, José Tohá e Augusto Pinochet durante o levantamento do Tanquetazo



Fonte: <https://www.izquierdadiario.es/El-alzamiento-que-preparo-la-caida-de-Salvador-Allende-y-la-via-pacifica-al-socialismo>.

A escolha da data do golpe ainda é objeto de debate. Nas memórias de Pinochet, o plano inicial era para 14 de setembro, véspera das festas pátrias, o que facilitaria a mobilização das tropas. Merino, no entanto, pressionou pela antecipação, alegando que a Marinha já estava pronta e contava com apoio logístico dos Estados Unidos e da CIA. Outras versões mencionam que Allende, em 8 e 9 de setembro, discutiu com seu Comitê Político, com Prats, Pinochet e outros oficiais a possibilidade de convocar um plebiscito em 10 de setembro. Ainda assim, prevaleceu a decisão de antecipar o golpe para 11 de setembro, após o alinhamento dos comandantes militares, incluindo Gustavo Leigh (Força Aérea) e César Mendoza (Carabineros) (Moniz Bandeira, 2023). De acordo com esta asseveração, resulta interessante realizar um parêntesis relacionado a veracidade desta data.

Na tarde de 26 de dezembro de 1985, o jornalista Jaime Celedón no seu programa: “*A esta hora se Improvisa*”, realizou uma entrevista semiclandestina ao general Gustavo Leigh, um dos líderes do golpe militar. Tal entrevista se realizou na quadra esportiva do colegio da *Compañía de María* em Santiago de Chile e estava enmarcada dentro da comemoração dos 10 anos de fundação da revista APSI⁴⁰. Para a ocasião, Celedón convidou um painel heterogêneo das forças políticas e ideológicas do Chile naquele momento, entre os que destacavam: Andrés Allamand, Sergio Bittar (ex-ministro do governo Allende), Ricardo Claro, Juan A. Figueroa, Alejandro Foxley e Ricardo Lagos (futuro presidente da nação).

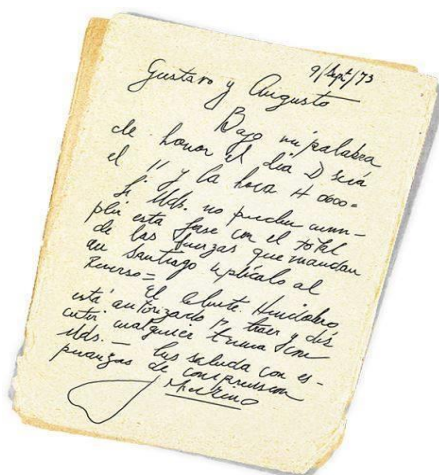
No início da entrevista, o entrevistador apresentou um documento escrito a mão pelo almirante Merino o dia 09 de setembro de 1973, o qual transcrevo textualmente:

⁴⁰ APSI (*abreviación de "Agencia Publicitaria de Servicios Informativos"*) foi uma revista chilena destinada a servir como meio de oposição política à ditadura militar.

Gustavo y Augusto, bajo mi palabra de honor el día D será el 11 y la hora, h 0600. Si ustedes no pueden cumplir esta fase con el total de las fuerzas que mandan en Santiago, explícalo al....(frases ilegíveis). El almirante Huidobro está autorizado para traer y discutir cualquier tema con ustedes. Los saluda con esperanza de comprensión. Merino. Gustavo: es la última oportunidad. J.T; Augusto: usa toda la fuerza desde el primer momento, no minimizes al adversário. Pepe., Conforme: Gustavo Leigh, Augusto Pinochet. (Documento Histórico: La Defensa del General Leigh. Primera Parte. The Lonely Window. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dppSiAef7hk>. Acesso em: 04 Set. 2025).

Confrontado por Celedón com respeito a autenticidade do manuscrito, o general afirmou positivamente, embora negou ter contato com o general Pinochet e demais integrantes da junta militar para a data da emissão do referido documento. Em tal sentido resulta convincente dizer que os acontecimentos do 11 de setembro de 1973 já tinham sido planejados e organizados a partir inicialmente da Marinha e logo distribuídos em ordem e execução com os outros componentes das forças armadas chilenas.

Figura 7: Carta manuscrita do almirante Merino



Fonte: <https://BibliotecaSAG/posts/9-de-septiembre-1973-carta-del-almirante-jos%C3%A9-toribio-merino-a-los-generales-lei/1144943595617473/>

Na madrugada de 11 de setembro, a Marinha iniciou a sublevação em Valparaíso, enquanto Allende seguiu para o *Palácio de La Moneda* por volta das 7h30min., inicialmente protegido por unidades dos Carabineros, o edifício logo foi isolado. Assim, as primeiras horas transcorreram entre pronunciamentos e chamados por parte do presidente a população para se manter em seus postos de trabalho e atender os direcionamentos ditados por ele. Às 08:00 horas da manhã, o presidente realiza sua primeira alocução ao país dando informações dos últimos acontecimentos. Segundo áudios originais daquele dia, Allende se dirigiu ao país como é citado a continuação:

Buenos días, les saluda el presidente de la República desde el palácio de La Moneda. Informaciones confirmadas señalan que un sector de la marinería habría aislado Valparaíso y que la ciudad estaría ocupada, lo cual significa un levantamiento en contra del ejército y en contra del gobierno, del gobierno legítimamente constituido, del gobierno que está amparado por la ley y la voluntad de los ciudadanos. En estas circunstancias llamo sobretodo a los trabajadores, que ocupen sus sitios de trabajo, que concurran a sus fábricas que mantengan calma y serenidad. Hasta este momento en Santiago no se ha producido ningún movimiento extraordinario de tropas y, según me ha informado el jefe de las guarniciones, Santiago estaría acuartelado y normal. En todo caso, yo estoy aquí en el palácio de gobierno y me quedaré aquí defendiendo el gobierno que represento por la voluntad del Pueblo. Lo que deseo fundamentalmente, esencialmente es que, los trabajadores estén atentos, vigilantes, que eviten provocaciones; que como primera etapa tenemos que ver la respuesta, que espero sea positiva de los soldados de la patria que han jurado defender el régimen establecido que es expresión de la voluntad ciudadana y que cumplirán con la doctrina que prestigió a Chile y lo prestigia por el profesionalismo de las fuerzas armadas. En estas circunstancias, tengo la certeza de que los soldados sabrán cumplir con su obligación. De todas maneras, el pueblo y los trabajadores, fundamentalmente deben estar movilizados activamente pero en sus sitios de trabajo escuchando el llamado que pueda hacerles y las instrucciones que les dé el compañero presidente de la república. (Los Audios Originales del Golpe de Estado en Chile. História Chilena. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QefqZMEZEbs>. Acesso em: 04 Set. 2025).

Após o primeiro comunicado dos golpistas, as forças policiais retiraram-se, abrindo caminho para o cerco do Exército. Às 11h, Allende transmitiu seu último discurso por rádios leais ao governo, declarando que não abandonaria o palácio e que permaneceria defendendo sua legitimidade como presidente (Amorós, 2008).

Pouco antes do meio-dia, caças Hawker Hunter da Força Aérea, sob ordens do general Leigh, bombardearam o palácio durante cerca de quinze minutos, destruindo e incendiando o prédio. Em seguida, tropas do Exército tomaram *La Moneda*. Salvador Allende foi encontrado morto no salão principal, tendo cometido suicídio com a arma recebida de presente de Fidel Castro, símbolo de sua decisão de não se render. O que o Chile vivenciaria por longos dezessete anos, seria uma das etapas mais grises da história latino-americana, a qual será abordada no próximo item desta pesquisa.

Figura 8: Cadáver de Salvador Allende



Fonte: <https://fernandolizamamurphy.com/2016/04/21/las-cuatro-muertes-de-salvador-allende/>.

1.4 O REGIME DE PINOCHET

O regime do general Augusto Pinochet Ugarte, que ocorreu em seguida ao golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 no Chile, representou a instauração de uma férrea ditadura militar marcada por flagrante violação dos direitos humanos e um abuso excessivo na utilização da sua autoridade. Seguente ao golpe, Pinochet encabeçou o grupo de comandantes militares que derrubaram o governo democraticamente eleito de Salvador Allende Gossens, estabelecendo um governo ditatorial que se alastrou por longos dezessete anos.

Durante o mandato de Pinochet, desencadeou-se uma contenção aguda contra os opositores políticos do regime, resultando em prisões arbitrárias, tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados de milhares de cidadãos chilenos. O argumento para a execução de tais ações repousava recorrentemente na paranoia ultradireitista da luta contra o comunismo e a salvaguarda dos valores morais e cristãos da sociedade chilena. No entanto isto camuflava a invalidação das liberdades civis e políticas da cidadania.

Com a tomada de poder, a Junta Militar dissolveu o Congresso Nacional, suspendeu a Constituição de 1925 e proibiu partidos de esquerda. O regime instaurou uma lógica autoritária em que o Estado se consolidou como aparato repressivo. Organismos como a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) e a *Central Nacional de Informaciones* (CNI) desempenharam papel central na perseguição a opositores. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação (Comissão Rettig)⁴¹, milhares de pessoas foram assassinadas, desapareceram ou foram vítimas de tortura.

⁴¹ O Relatório Rettig, oficialmente Relatório da Comissão Nacional para a Verdade e Reconciliação, é um relatório de 1991 de uma comissão designada pelo presidente chileno Patricio Aylwin, detalhando abusos de

A repressão interna se articulou ainda com redes transnacionais de coordenação repressiva, como a Operação Condor, elemento chave neste trabalho de investigação, que envolveu regimes militares do Cone Sul na perseguição a exilados e militantes políticos. Essa política de terrorismo de Estado buscava eliminar qualquer resistência ao regime, dentro e fora das fronteiras chilenas (Dinges, 2004).

A ilegitimidade e o abuso do poder do regime Pinochetista mostrava-se clara ante a inexistência de um mandato representado pela vontade popular expressada nas urnas, dado que o aludido ditador não resultou do costume universal do voto popular, mantendo-se no poder advindo de seu controle sobre as forças armadas e a complacência das elites e a burguesia empresarial chilena, sendo esta última a responsável pela marginalização e segregação da classe trabalhadora nacional, principalmente na indústria do cobre, favorecendo a separação entre operários e capitalistas, conforme apontava Marx (2018):

[...] E o mesmo se poderia dizer da infinita diversidade de interesses e posições em que a divisão do trabalho social separa tanto os operários quanto os capitalistas e os proprietários de terras, como, por exemplo, no caso desses últimos, em proprietários de vinhedos, de terras de lavoura, de bosques, de minas, de pesqueiros etc.” (Marx, 2018, p. 101).

Nesta perspectiva, o governo optou por estabelecer um conjunto de medidas econômicas alavancadas na corrente neoliberal da escola de Chicago⁴², as quais tiveram efeitos drásticos sobre os estratos sociais mais frágeis da sociedade. Assim sendo, este modelo econômico visava a privatização de empresas estatais, a desregulamentação do mercado, liberalização do comércio exterior e reforma do sistema previdenciário, que passou a ser baseado na capitalização individual.

Essas transformações produziram efeitos ambíguos. Por um lado, possibilitaram estabilidade macroeconômica e crescimento em determinados períodos, inserindo o Chile como exemplo de laboratório neoliberal. Por outro, geraram desigualdade social, desemprego

direitos humanos resultando em mortes ou desaparecimentos que ocorreram no Chile durante os anos da ditadura militar sob August Pinoche, que começou em 11 de setembro de 1973 e terminou em 11 de março de 1990. O relatório descobriu que mais de 2.000 pessoas foram mortas por razões políticas, e dezenas de militares foram condenados por abusos de direitos humanos. Além disso, muitas reformas foram feitas com base nas recomendações do relatório, incluindo um departamento oficial de reparações.

⁴² A Escola de Chicago refere-se a um grupo de economistas da Universidade de Chicago que defenderam ideias econômicas liberais e monetaristas, e que influenciaram um grupo de economistas chilenos formados na instituição, conhecidos como *Chicago Boys*. Estes economistas foram fundamentais para a implementação de reformas econômicas liberais no Chile durante o governo de Augusto Pinochet, após a crise econômica que o país enfrentou nos anos 70.

estrutural e precarização do trabalho, configurando uma modernização excludente (Ffrench-Davis, 2010).

Outro pilar do regime foi a promulgação da Constituição de 1980⁴³, que consolidou a institucionalidade autoritária. Esse texto estabeleceu mecanismos de tutela militar sobre a política e garantias de continuidade do pinochetismo, mesmo após eventual abertura. Contudo, a crise de legitimidade internacional, a pressão dos movimentos sociais e a derrota de Pinochet no plebiscito de 1988⁴⁴ abriram caminho para a redemocratização.

A transição, formalizada em 1990, foi pactuada e marcada por limites: Pinochet permaneceu como comandante do Exército até 1998 e senador vitalício, além de as Forças Armadas manterem autonomia institucional. Assim, a democracia chilena herdou a marca de uma institucionalidade moldada pela ditadura (Garretón, 1992).

O regime de Pinochet legou ao Chile um duplo legado: por um lado, o aprofundamento das desigualdades sociais e a memória traumática da repressão; por outro, um modelo econômico que, mesmo criticado, continuou a orientar políticas após a redemocratização. A disputa em torno da memória do período revela como o passado autoritário segue presente, tanto na sociedade quanto na política chilena contemporânea.

O estudo do regime pinochetista, portanto, permite compreender não apenas os mecanismos de repressão de uma ditadura militar, mas também o modo como transformações econômicas radicais podem ser implementadas sob regimes autoritários. A herança de Pinochet continua sendo objeto de debate, evidenciando as tensões entre autoritarismo, neoliberalismo e democracia no Chile.

1.5 A CARAVANA DA MORTE

A Caravana da Morte constitui um dos episódios mais emblemáticos e brutais da repressão política instaurada pela ditadura de Augusto Pinochet no Chile. Realizada entre finais de setembro e início de outubro de 1973, semanas após o golpe militar, essa operação teve como objetivo eliminar opositores políticos e consolidar o terror de Estado como instrumento de

⁴³ A Constituição chilena de 1980 foi promulgada durante a ditadura de Augusto Pinochet e aprovada em um controverso plebiscito em 11 de setembro de 1980. O texto, idealizado pelo professor Jaime Guzmán, estabeleceu o modelo de Estado subsidiário com ênfase na iniciativa privada e um sistema eleitoral binominal. Embora tenha sido objeto de importantes reformas durante a transição para a democracia, especialmente em 2005, a constituição original da ditadura permaneceu em vigor até que, após dois processos de elaboração e rejeição de novas propostas (em 2022 e 2023), a população manteve a carta de 1980.

⁴⁴ O plebiscito nacional no Chile de 1988 foi um referendo realizado nesse país na quarta-feira, 5 de outubro de 1988, durante a ditadura militar. Em aplicação das disposições transitórias (27 a 29) da Constituição Política de 1980, este plebiscito decidiu se Augusto Pinochet permaneceria no poder até 11 de março de 1997.

controle social. Liderada por oficiais de alta patente do Exército, a Caravana percorreu diversas cidades do país, executando prisioneiros políticos que já se encontravam sob custódia. O episódio não apenas expôs a violência sistemática do regime, mas também marcou profundamente a memória histórica e a luta por justiça no Chile.

Todo indica que la misión militar encomendada al general Arellano Stark, Oficial Delegado del general Pinochet, conocida como "caravana de la muerte", tenía dos objetivos: instaurar el miedo en el corazón de la población civil e imponer en el Ejército una "línea dura" e implacable. Para alcanzar estas metas no se trepidó en masacrar a prisioneros indefensos y hacer desaparecer sus cadáveres (Verdugo, 1998, p. 2).

Figura 9: Helicóptero Puma, utilizado durante a Caravana da Morte



Fonte: <https://ciudadano.indh.cl/caravana-de-la-muerte/>

Após o golpe que depôs Salvador Allende, o regime militar buscava consolidar rapidamente sua autoridade. Apesar da intensa repressão inicial em Santiago, muitas regiões do país ainda abrigavam prisioneiros políticos vinculados a partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. Nesse contexto, foi criada uma missão militar de “inspeção” que, na prática, se converteu em uma operação de extermínio planejada para eliminar lideranças locais e espalhar o medo entre a população (Constable e Valenzuela, 2013).

Sob o comando do general Sergio Arellano Stark⁴⁵, que agia em nome direto de Pinochet, a Caravana consistia em um grupo de oficiais do Exército, entre eles: os oficiais Marcelo Moren Brito e Armando Fernandez Larios, coroneis Pedro Espinoza Bravo e Sergio Arredondo González, o tenente Juan Chiminelli Fullerton e os dois pilotos do helicóptero Puma (os capitanes Emilio de la Mahotiere y Antonio Palomo). Esta comitiva, visitava prisões nas

⁴⁵ Sergio Arellano Stark foi um general do Exército do Chile, envolvido em uma das fases mais cruéis da repressão política após o golpe militar de 1973.

cidades do interior, onde supostos subversivos e militantes de esquerda estavam detidos. A justificativa oficial era realizar "revisões de processos" para garantir que os julgamentos fossem realizados de acordo com os novos parâmetros estabelecidos pelo regime militar (Verdugo, 1998).

No entanto, na prática, a Caravana executou dezenas de prisioneiros sem qualquer julgamento justo. Em cada cidade visitada, como Antofagasta, La Serena, Copiapó e outras, Arellano e sua equipe retiravam prisioneiros das cadeias e os submetiam a execuções extrajudiciais, de acordo com Verdugo (1998):

[...] el general Arellano y su comitiva asistieron al fusilamiento de uno de los doce condenados: José Gregorio Liendo Vera, 28 años, líder del Movimiento Campesino Revolucionario, conocido como "comandante Pepe". Al día siguiente fueron fusiladas las otras once personas, entre ellas el lisiado Pedro Barría, quien sólo podía movilizarse en silla de ruedas (Verdugo, 1998, p. 11).

Em diversos casos, os corpos foram mutilados, configurando práticas de tortura e desaparecimento forçado. A operação tinha objetivos claros: instaurar um clima de terror, eliminar lideranças locais que poderiam reorganizar a resistência e reforçar a autoridade do regime nos territórios mais distantes da capital. A Caravana da Morte simboliza, assim, a passagem de uma repressão “legalizada” com prisões e tribunais militares para uma repressão sistemática e extrajudicial, que violava frontalmente os direitos humanos mais básicos (Winn, 2010).

Durante décadas, os responsáveis pela Caravana da Morte permaneceram impunes, beneficiados pela Lei de Anistia de 1978⁴⁶ e pela proteção institucional dos militares. Contudo, a partir dos anos 1990, com a redemocratização e a pressão de familiares de vítimas, iniciou-se um processo de responsabilização judicial. O próprio Pinochet foi implicado, ainda que sua morte em 2006 tenha impedido um julgamento final. Oficiais como Sergio Arellano Stark e outros militares foram processados e condenados, representando um avanço significativo na luta contra a impunidade⁴⁷.

⁴⁶ A Lei de Anistia chilena de 1978, mais conhecida como Decreto-Lei 2191, foi promulgada pela ditadura militar de Augusto Pinochet para eximir de responsabilidade penal autores de violações de direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 10 de março de 1978. A lei, que tinha como objetivo proteger os responsáveis por crimes da ditadura, foi declarada incompatível com o direito internacional e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e, na prática, tem sido ineficaz na justiça chilena desde 1998, sendo considerada, em muitos casos, nula perante a prevalência do direito internacional.

⁴⁷ Para saber mais, consultar: <https://anistia.org.br/informe/chile-quarenta-anos-depois-do-golpe-de-pinochet-a-impunidade-deve-ter-fim/>

Figura 10: Gral. Sergio Arellano Stark



Fonte: <https://x.com/latercera/status/707566674548027392>

A memória da Caravana da Morte segue presente na sociedade chilena como símbolo da barbárie estatal. Monumentos, relatórios de verdade e iniciativas de memória buscam manter viva a lembrança das vítimas e alertar para os perigos do autoritarismo.

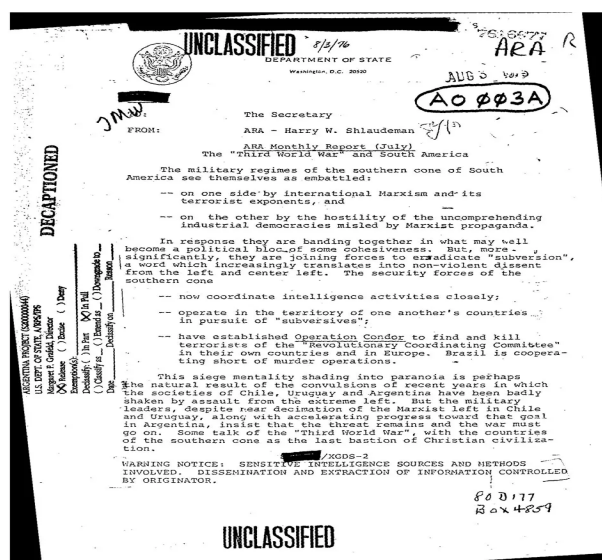
A Caravana da Morte ilustra a lógica da violência institucionalizada no regime de Pinochet e o uso do terror como mecanismo de dominação política. Mais do que uma operação militar, foi um instrumento simbólico de poder e repressão, cujo impacto ultrapassou as vítimas diretas e atingiu toda a sociedade chilena. O estudo desse episódio é fundamental para compreender a dinâmica do terrorismo de Estado na América Latina e para reforçar a importância da memória e da justiça como pilares de sociedades democráticas.

CAPÍTULO 2

2. A OPERAÇÃO CONDOR: A Integração do Terror

A Operação Condor foi uma aliança secreta entre as ditaduras militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, criada oficialmente em 1975. Nas palavras de Dinges (2004), seu objetivo era coordenar a repressão contra grupos de oposição e dissidentes políticos que, muitas vezes, atravessavam fronteiras em busca de refúgio.

Figura 11: Trecho Relatório CIA encaminhado ao Secretário de Estado. Henry Kissinger



Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/departament-of-state-report-to-kissinger/>.

Disponível na íntegra em: <https://nsarchive.gwu.edu/events/operation-condor-1975-1980>

Essa transnacionalidade, conforme sugerem pesquisadores como Patrice Mc Sherry (2005), foi facilitada pela ideologia anticomunista compartilhada e pelo apoio logístico dos Estados Unidos, que forneceu treinamento e recursos para essas ditaduras.

Assim, conforme com a autora previamente citada

La Operación Cóndor tuvo sus Orígenes en las relaciones y programas del hemisfério occidental que se forjaron en la Escuela de las Américas y otros lugares y fue el produto de la doctrina y estratégias de seguridad nacional interamericanas que habían sido disseminadas em el interior del sistema militar continental. Oficiales de América Latina y de los Estados Unidos (y Francia) estudiaron y compartieron métodos para combatir "la subversión" y para combinar sus esfuerzos contrainsurgentes en conferencias militares y de seguridad conducidas por los Estados Unidos. En sus programas de adiestramiento, los oficiales estadounidenses trasladaron técnicas de guerra contrainsurgente y operaciones encubiertas que fueron puestas a punto en Vietnam y otras partes, esparciéndolas luego en toda la

región. También los oficiales de Brasil y Argentina compartieron sus “técnicas” de contrasubversión (Mc Sherry, 2005, p. 34).

Assim sendo, a gênese da Operação Condor, encontra-se no convite realizado pelo então coronel Manuel Contreras⁴⁸, diretor da DINA, a seus pares latino-americanos representantes das ditaduras na região. Para tais efeitos, a cidade de Santiago de Chile, serviu como anfitrião para tal acontecimento, segundo nos aponta Dinges (2004):

O encontro para criar o sistema da Operação Condor foi realizado numa das elegantes mansões decadentes ao longo da avenida mais longa de Santiago, a Alameda. O prédio abrigava a Academia de Guerra do Exército, onde oficiais já em serviço recebiam treinamento avançado em liderança e, mais recentemente, em inteligência. Era final de novembro de 1975, uma estação agradável, quando os dias são quentes e brilhantes na primavera do hemisfério sul (Dinges, 2004, p. 31).

A conferência que marcou a fundação da mencionada operação, contou com a participação de representantes de países como Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil, além do Chile, que sediou o evento.

Durante a conferência, também foi decidido o nome da organização, mediante sugestão do representante uruguaio. O Condor, que é uma das insígnias do brasão do Chile e a maior ave voadora do mundo, foi escolhido por sua habilidade em caçar com astúcia. A ave, conhecida como o abutre dos Andes, que sobrevoa acima das fronteiras, foi considerada o símbolo mais apropriado para uma operação brutal que unificou os serviços de segurança do Cone Sul.

Na reunião realizada em Santiago do Chile, em novembro de 1975, que marcou a institucionalização da chamada Operação Condor, os principais dirigentes dos serviços de inteligência das ditaduras do Cone Sul manifestaram apoio à proposta apresentada pelo governo chileno. O encontro contou com delegações oficiais da Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai, cujos representantes possuíam vínculos diretos com os aparatos militares e de segurança de seus respectivos Estados. Pela Argentina, participou Jorge Casas, capitão da Marinha e chefe da delegação; a Bolívia foi representada por Carlos Mena, major do Exército; o Chile, país anfitrião, esteve sob a liderança do coronel Manuel Contreras Sepúlveda, diretor da Dina, o Uruguai enviou o coronel José A. Fons; e o Paraguai foi representado pelo coronel Benito Guanes Serrano, então chefe do Segundo Departamento do Estado-Maior das Forças Armadas (Padrós, 2005).

⁴⁸ O General Manuel Contreras Sepúlveda (1929-2015) foi uma figura central no regime militar de Augusto Pinochet no Chile, desempenhando um papel fundamental na repressão política e nas operações de inteligência durante o governo militar.

O Brasil, embora não tenha subscrito formalmente a ata de fundação da organização, esteve presente por meio de uma delegação com status de observadora. Nessa condição, compareceram o tenente-coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, ambos oficiais do Exército brasileiro vinculados ao sistema de informações. A participação brasileira como observadora indica uma estratégia de cautela diplomática e institucional, uma vez que o país somente viria a integrar plenamente os mecanismos de cooperação repressiva da Operação Condor no ano de 1976, ainda que já mantivesse, anteriormente, intercâmbios bilaterais de inteligência e segurança com regimes militares vizinhos (Cunha, 2009).

Assim, a "criatura" criada rapidamente alçou seu voo sinistro pelas cordilheiras sul-americanas, logo atravessou o Rio Bravo⁴⁹ e posou na capital do império *yankee*⁵⁰ espalhando terror e morte. O assassinato do ex-chanceler do governo Allende, Orlando Letelier⁵¹, e de sua secretária particular, Ronnie Moffitt⁵², em plena capital estadunidense, demonstrava que a "operação" podia atuar além das fronteiras nacionais, segundo Calloni (2001):

Pero en realidad fue el asesinato de Orlando Letelier en el llamado "barrio de las embajadas" en Washington, en septiembre de 1976, lo que puso en evidencia las piezas de la Operación Cóndor. Una bomba colocada--como se demostraría luego--por un grupo operativo en el que participaban Michael Townly (ex agente de la CIA), enviados especiales de la dictadura chilena y terroristas cubanos anticastro, asesinó a Letelier y su ayudante Ronnie Moffitt. (Calloni, 2001, p. 26).

Antes disso, o Chile já havia perpetrado outros dois atentados internacionais: o assassinato do general Carlos Prats⁵³ e de sua esposa em Buenos Aires, em setembro de 1974, e o ataque que deixou inválido o destacado dirigente político Democrata Cristão Bernardo Leighton⁵⁴ em Roma, em 1975. A grande ave, a partir de agora não teria limites para cravar suas garras onde fora preciso.

⁴⁹ O rio Grande, ou também chamado rio Bravo, é um dos maiores rios da América do Norte. Nasce nas montanhas San Juan, no estado americano do Colorado, banha o estado do Novo México e, a partir de El Paso, no Texas, serve de fronteira natural entre os Estados Unidos e o México, onde é conhecido como *rio Bravo del Norte*.

⁵⁰ Termo histórico para residentes da Nova Inglaterra, uma gíria para americanos em geral, ou um termo para um "forasteiro" no sudeste dos EUA.

⁵¹ Orlando Letelier foi um proeminente político chileno e diplomata que se tornou uma figura importante na oposição ao regime militar de Augusto Pinochet. Sua vida e morte estão profundamente ligadas à história política e aos direitos humanos no Chile.

⁵² Ronni Moffitt foi uma assistente de Orlando Letelier e uma das vítimas do atentado bombista que matou Letelier em Washington, D.C., em 21 de setembro de 1976. Sua morte, junto com a de Letelier, destacou a brutalidade do regime de Augusto Pinochet e teve um impacto significativo na política e nas relações internacionais.

⁵³ Carlos Prats González foi um general do Exército chileno e uma figura proeminente na política militar do Chile antes do golpe do 11 de setembro de 1973. Ele é lembrado por sua posição e papel na política militar chilena, bem como por seu trágico assassinato em 1974.

⁵⁴ Bernardo Leighton foi um destacado político chileno e uma figura importante na política do país durante e após o governo de Salvador Allende. Conhecido por seu papel como líder da oposição e por sua experiência como ministro, Leighton também foi vítima de um atentado político.

Esta corporação do terror, desenvolveu-se em fases sucessivas que ampliaram o grau de coordenação e a escala da repressão. De acordo com relatórios históricos, como o do agente do FBI Robert Scherrer (1976), e investigações posteriores (Dinges, 2004; Calloni, 2010), essas fases podem ser resumidas assim:

A primeira fase se iniciou com a troca de informações e ações de inteligência. O estabelecimento de um banco de dados regional com informações sobre opositores, militantes de esquerda, sindicalistas e exilados, compartilhamento de listas de “subversivos” e coordenação entre serviços secretos (DINA no Chile, SIDE⁵⁵ na Argentina, etc.) e o uso de operações e embaixadas como pontos de espionagem. A segunda fase, chamada de operações conjuntas nos países do Cone Sul, concentrou seus principais objetivos na captura, sequestro e execução de militantes refugiados em países vizinhos, na criação de grupos operacionais transnacionais para eliminar opositores que buscavam asilo fora do país de origem, no uso de métodos comuns de tortura e desaparecimento forçado.

Por fim, a terceira fase, foi direcionada à expansão extrarregional da operação. Estas ações repressivas visavam operações fora da América do Sul, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, cujo objetivo era eliminar opositores exilados em países considerados seguros. Diversas ações na França, Itália e no México, demonstram que a Operação Condor se articulou com outras organizações criminais que perseguiram o mesmo propósito no contexto da luta ideológica presente durante a Guerra Fria.

Em síntese, vigilância e informações, repressão conjunta no Cone Sul e terrorismo de Estado internacionalizado, resume o acionar dos nefastos anos do Condor durante as ditaduras militares na América Latina. A continuação, se apresenta um quadro resume das fases da citada operação.

⁵⁵ *La Secretaría de Inteligencia de Estado (SIDE) es el órgano dependiente del Presidente de la Nación que coordina y dirige el Sistema de Inteligencia Nacional (SIN). Tiene a su cargo la producción de información valiosa y fidedigna para la toma de decisiones estratégicas en materia de posicionamiento y seguridad por parte del Poder Ejecutivo de la Nación.*

Quadro 1: Fases da Operação Condor

FASE	ANO	OBJETIVOS	EVENTOS CHAVE	OPERAÇÕES
Fase I: Inteligência e vigilância.	1975-1976	Criar uma rede de troca de informações entre os serviços secretos das ditaduras.	Listas regionais de subversivos, intercâmbio de informações, criação de banco de dados comum.	Arquivo do Terror (Paraguai, descoberto em 1992), Reuniões secretas em Santiago (1975)
Fase II: Operações conjuntas no Cone Sul.	1976-1980	Neutralizar opositores nos países vizinhos.	Sequestro internacional, tortura conjunta, desaparecimentos forçados, voos da morte.	Sequestro de uruguaios em Porto Alegre (1978), captura de chilenos na Argentina e no Paraguai.
Fase III: Expansão Internacional.	1976-1980	Eliminar opositores no exílio fora da América latina; internacionalizar o terrorismo de Estado.	Execuções seletivas, atentados no exterior, ou clandestinas em embaixadas e consulados.	Assassinato de Orlando Letelier em Washington (1976), Operações contra exilados no México, França e Itália

Fonte: Elaboração Própria (2025)

2.1 ANTECEDENTES DO PACTO DE SANTIAGO

A Operação Condor, formalizada em meados da década de 1970, não surgiu de forma espontânea. Seus antecedentes estão ligados a um contexto internacional marcado pela Guerra Fria, à ascensão de regimes autoritários na América Latina e à crescente articulação entre os serviços de inteligência desses países. Antes mesmo de sua institucionalização, já existiam práticas de cooperação clandestina que indicavam a formação de uma rede repressiva transnacional.

No plano internacional, os Estados Unidos desempenharam papel central. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, Washington considerava a América Latina como parte de sua zona de influência estratégica. O triunfo da Revolução Cubana, em 1959, intensificou os temores norte-americanos acerca da expansão do comunismo no hemisfério. Em resposta, os Estados Unidos fortaleceram políticas de contenção, como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), difundida por meio de programas de treinamento militar na Escola das Américas e em outros centros de instrução (McSherry, 2005). Essa doutrina redefiniu as Forças Armadas latino-americanas como guardiãs internas contra o “inimigo subversivo”, estimulando a vigilância e a repressão política.

No Cone Sul, a década de 1960 assistiu à disseminação de golpes militares que consolidaram regimes autoritários alinhados aos interesses da Guerra Fria: no Brasil (1964), na Bolívia (1971), no Uruguai (1973) no Chile (1973) e na Argentina (1966 e 1976). Esses governos, além de partilhar ideologias anticomunistas, começaram a estabelecer intercâmbios

de informações sobre exilados políticos e organizações revolucionárias que circulavam pelas fronteiras (Dinges, 2004). O Chile de Augusto Pinochet, por exemplo, já articulava operações conjuntas com serviços secretos argentinos e paraguaios antes mesmo da formalização da Operação Condor.

Um antecedente direto da citada Operação foi a criação de mecanismos bilaterais e multilaterais de coordenação repressiva. O Plano Banzer⁵⁶, implementado na Bolívia em 1975, envolveu a colaboração de diversos países para reprimir movimentos de oposição, especialmente religiosos, progressistas e militantes de esquerda segundo Calloni (2010). Além disso, episódios como o “Arquivo do Terror” encontrado no Paraguai em 1992 revelaram que já na primeira metade da década de 1970 havia registros detalhados de trocas de informações entre as polícias secretas regionais.

Em fevereiro de 1974, ocorreu em Buenos Aires uma reunião preliminar que serviu como protótipo para a futura Operação Condor, ainda sem a sua formalização oficial, que se daria em novembro de 1975. Documentos norte-americanos desclassificados, incluindo correspondências do Secretário de Estado Henry Kissinger e registros da CIA, confirmam a realização desse encontro.

Durante essa reunião, os chefes das polícias de cinco países da região concordaram em operar de forma conjunta para combater opositores políticos em qualquer território dos países parceiros. Estavam presentes representantes militares, policiais e agentes de inteligência, configurando uma prática característica da Operação Condor de atuação integrada para estender mecanismos repressivos além das fronteiras nacionais. Um documento da CIA de 1976 reforça essa prática de coordenação transnacional e cooperação entre as agências de segurança dos países envolvidos.

A principios de 1974, oficiales de seguridad de Argentina, Chile, Uruguay, Paraguay y Bolivia, se reunieron en Buenos Aires para preparar acciones coordinadas en contra de objetivos a subversivos.... Desde entonces (LINEAS TACHADAS) los argentinos han conducido operaciones contra subversivos en conjunto con los chilenos y uruguayo (Mc Sherry, 2005, p.39).

Outro elemento fundamental foi a ação de agentes norte-americanos e a influência da CIA na preparação dos serviços de inteligência locais. Documentos desclassificados apontam que Washington forneceu tecnologia de espionagem, treinamento em contra insurgência e apoio

⁵⁶ O Plano Banzer é o nome dado a um plano vazado para desacreditar a Teologia da Libertação e suprimir a dissidência católica romana de esquerda. Endossado por dez governos latino-americanos na década de 1970, o chamado Plano Banzer foi originalmente formulado na Bolívia em 1975. Foi desenvolvido em colaboração com a CIA. O nome vem do presidente Hugo Banzer, então governante da Bolívia.

logístico para operações conjuntas (Harmer, 2011). Essa infraestrutura criou as condições para que, em 1975, durante uma reunião em Santiago do Chile, fosse formalizada a Operação Condor, inaugurando um sistema de coordenação repressiva regional que se expandiria rapidamente.

O dia 29 de outubro de 1975, o governo de Pinochet, convocou a primeira reunião de trabalho de inteligência nacional. Tendo como sede a cidade de Santiago de Chile, os convidados tiveram contato com um oficial da DINA chamado Luis Gutierrez, por meio do telex INSRE.40619-CL e pelo telefone 394.133. Entre as reuniões de trabalho, havia passeios pela cidade turística de *Viña del Mar*, comidas de fraternidade em casinos e saídas a casas noturnas. O documento fundacional expõe os fundamentos para a união entre os países. Aqui um dos principais fragmentos:

La subversión, desde ya hace algunos años, está presente en nuestro continente, amparadas por las concepciones político-económicas que son fundamentalmente contrarias a la historia, a la filosofía, a la religión y a las costumbres de los países de nuestro hemisfério. Esta situación descrita no reconoce fronteras, ni países y la infiltración penetra en todos los niveles de la vida nacional. La subversión ha desarrollado mandos intercontinentales, continentales, regionales y subregionales, centralizados para coordinar las acciones dissociadoras... (Mariano, 2018, p. 16)

O encontro inaugural sugeriu a implementação de um centro de informações regional, com a constituição de uma base de dados abrangente que reunisse nomes de indivíduos, organizações e atividades relacionadas, direta ou indiretamente, a movimentos opositores aos regimes militares. Tal sistema teria funcionalidade semelhante à da INTERPOL⁵⁷ em Paris, porém com foco mais restrito e especializado em questões de caráter subversivo.

O financiamento, a administração e a atualização dessa base seriam de responsabilidade conjunta dos países integrantes do Consórcio Condor. A gestão operacional do banco de dados seria conduzida por uma central moderna e eficiente, equipada com recursos tecnológicos avançados, como telefones com moduladores de voz, sistemas de mensagens criptografadas e telex. Dentre as ferramentas técnicas implementadas, destaca-se a criação de um alfabeto cifrado, concebido para assegurar a confidencialidade das informações e impedir sua captura por agentes de inteligência adversários, segundo refere Mariano (2018):

El código era simple: cada letra del alfabeto (en minúscula) correspondía a una letra diferente (en mayúscula). Ejemplos: “a” significa “D”, “b” era “Q”, “c” valía “Z”,

⁵⁷ Organização policial internacional fundada em 1923, é a maior do mundo, conectando 196 países para combater crimes transnacionais como terrorismo, cibercrimes, tráfico de drogas e pessoas, e corrupção. Ela não atua como uma força policial, mas fornece apoio técnico e operacional, facilita a troca de informações entre as polícias nacionais e coordena a busca por criminosos foragidos por meio de suas notificações, como o "alerta vermelho".

y así sucessivamente. Finalmente, el mensaje se volvía un montón incomprensible de letras. He aquí el código: a-D, b-Q, c-Z, d-Y, e-C, f-R, g-U, h-I, j-X, k-P, l-M, m-A, n-J, o-V, p-G, q-K, r-T, s-F, t-W, u-L, v-N, w-E, x-S, y-H, z-O. Exemplo de mensagem cifrado. Frase original. “Viajaré Mañana”. Usando el código Cóndor quedaba así: NXDBDTCADJJA (Mariano, 2018, p. 17).

Assim, ficou determinada nessa conferencia, o sistema geral de coordenação para organizar o banco de dados e a central de informações. Este sistema de coordenação ficou estruturado em uma direção central, formada por uma secretaria, escritórios pertencentes aos países membros e seguridade; o banco de dados, contaria com setores que se ocupariam dos análises de microfilmes, revisão de antecedentes e uma sala de computação; finalmente o setor administrativo, ocupado por técnicos que seriam encarregados da preparação dos materiais informativos e o manejo dos recursos econômicos.

De acordo com Mariano (2018), não há evidências conclusivas de que todas as ações coordenadas durante esta reunião inicial tenham sido plenamente implementadas. Contudo, a partir desse encontro, os regimes militares começaram a integrar suas operações de forma progressiva. Gradualmente, a influência do Plano Condor expandiu-se por todo o território do Cone Sul.

Nos anos subsequentes, conferências bilaterais envolvendo alguns dos países membros do plano foram efetivadas, com participação do Brasil incluída nesse processo. Assim, entre os dias 3 e 7 de maio de 1976, os exércitos brasileiro e paraguaio realizaram a quarta conferência bilateral, cujo objetivo era alinhar ações voltadas para a “segurança” regional. Posteriormente, em 7 de julho de 1976, o general de divisão Alejandro Fretes Dávalos, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Paraguai, anunciou uma conferência conduzida pelo então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Brasil, general João Batista Figueiredo,⁵⁸ abordando os princípios fundamentais que orientavam o Serviço Nacional de Inteligência.

Essas conferências bilaterais também contaram com a participação de Chile, Uruguai e Argentina, demonstrando que o Plano Condor atuava de maneira ampla e efetiva no continente. Mesmo conflitos fronteiriços antigos, como a crise entre Chile e Argentina em

⁵⁸ Último presidente do regime militar, ingressou na carreira política ao ser nomeado secretário geral do Conselho de Segurança Nacional do governo de Jânio Quadros. Participou do golpe militar de 1964 e, em seguida, passou a chefiar o Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro. Entre 1966 e 1967, comandou a Força Pública de São Paulo e, depois, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas. Ainda em 1969, foi chefe do Estado-maior do 3º Exército.

1978-1979 envolvendo a disputa pelo Canal do *Beagle*,⁵⁹ não foram capazes de interromper a cooperação entre os regimes militares sul-americanos.

Destarte, os antecedentes da Operação Condor devem ser compreendidos como resultado da interseção entre a lógica da Guerra Fria, a difusão da Doutrina de Segurança Nacional e a consolidação de regimes militares que compartilharam práticas de cooperação repressiva antes de sua institucionalização oficial. Esse processo evidencia que a Condor não foi apenas uma aliança circunstancial, mas a culminância de um projeto de segurança transnacional gestado ao longo de duas décadas. A seguir, apresenta-se uma sequência de documentos, decorrentes do ato fundacional da citada operação.

2.2 A DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA NACIONAL (DINA)

A criação de órgãos de inteligência de natureza civil no Chile ocorreu de forma relativamente tardia, estando diretamente associada às mudanças políticas decorrentes do golpe de Estado de setembro de 1973. Foi nesse contexto que surgiu a necessidade de estabelecer estruturas destinadas a fortalecer o regime militar recém-implantado, além de promover a repressão sistemática contra indivíduos e grupos identificados como opositores políticos e sociais.

Nesse âmbito, foi criada a *Secretaría Ejecutiva Nacional de Detenidos (SENDET)*, instituída como o principal instrumento para a neutralização e eliminação dos focos de resistência ao governo autoritário. Em sua estrutura organizacional, destacava-se o Departamento de Inteligência, encarregado da coleta e sistematização de informações, do monitoramento de lideranças políticas e comunitárias, assim como da coordenação de operações repressivas voltadas a militantes e demais agentes considerados ameaças à ordem ditatorial.

Ainda em sua fase inicial, a SENDET representou um marco na configuração do aparato repressivo chileno, funcionando como embrião para a posterior ampliação e fortalecimento das estruturas de vigilância e controle. Dessa forma, consolidou-se como peça estratégica no processo de institucionalização do terrorismo de Estado, fundamentando a lógica de perseguição política e controle social que caracterizou o regime militar.

⁵⁹ O estreito de *Beagle* é um estreito separando as ilhas do arquipélago da Terra do Fogo, no extremo sul da América do Sul. Além de ligar o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, ele separa a Ilha Grande da Terra do Fogo de diversas pequenas ilhas ao sul.

A SENDET, embora tenha desempenhado um papel inicial na consolidação do regime, revelou-se um organismo de caráter provisório. Em menos de um ano de funcionamento, foi substituída por uma estrutura mais centralizada e eficiente: a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA). (Antunes, 2007).

Criada em 14 de julho de 1974 mediante decreto n° 521⁶⁰, a DINA surgiu como o verdadeiro núcleo do aparato repressivo da ditadura chilena. Subordinada diretamente à Junta Militar e, em especial, ao general Augusto Pinochet, ela foi concebida não apenas para coletar informações, mas para planejar e executar operações de repressão política em larga escala. Seu primeiro diretor, o coronel Manuel Contreras, transformou o órgão em uma polícia política com ampla autonomia, atuando acima das próprias Forças Armadas e das instituições civis.

Oficialmente criada em junho de 1974 a partir do Decreto-lei n° 521, a então chamada Direção de Inteligência Nacional, principal instrumento de contenção dos “inimigos internos” durante a ditadura, tornou-se pública. Conforme o decreto-lei considerava-se a necessidade do “Supremo Governo” ter um organismo especializado que lhe garantisse a entrega de informações devidamente processadas, adaptando suas resoluções nos campos da Segurança Nacional e Desenvolvimento (Mattos, 2018, p. 7)

Entre suas atribuições estavam a detenção arbitrária de opositores, a prática sistemática da tortura, os desaparecimentos forçados e a coordenação de ações clandestinas com outros regimes autoritários da região. A DINA também assumiu protagonismo na articulação internacional que desembocaria na Operação Condor, consolidando o Chile como um dos centros de coordenação repressiva do Cone Sul.

Assim, a transição da SENDET para a DINA representou a institucionalização da repressão no Chile de um organismo de caráter temporário, vinculado ao controle imediato pós-golpe, para uma estrutura permanente e altamente profissionalizada, voltada ao extermínio da oposição e à manutenção do poder ditatorial.

A trajetória da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) foi marcada pelo acúmulo de denúncias internacionais e pela crescente pressão externa contra as práticas de terrorismo de Estado implementadas pelo regime de Pinochet. Desde sua criação, a DINA havia se consolidado como a principal ferramenta de repressão, responsável por milhares de detenções arbitrárias, torturas e desaparecimentos forçados. No entanto, operações de grande repercussão, como o atentado em Washington que vitimou Orlando Letelier em 1976, expuseram

⁶⁰ O Decreto-Lei n.º 521, de 14 de junho de 1974, criou a Direção de Inteligência Nacional (DINA), a polícia secreta do regime militar chileno liderado por Augusto Pinochet, que formalizou a atuação da DINA com poderes de detenção e interrogatório sob o pretexto de segurança nacional.

publicamente a natureza criminosa do órgão e colocaram o Chile sob intensa vigilância diplomática (Dinges, 2004).

Figura 12: Escudo símbolo da DINA



Fonte: [https://villagrimaldi.cl/timeline/page/50/#iLightbox\[gallery\]/2](https://villagrimaldi.cl/timeline/page/50/#iLightbox[gallery]/2)

O governo militar, enfrentando dificuldades para manter o apoio político necessário à permanência da DINA, optou por sua extinção em agosto de 1977. Em substituição, foi instituída a *Central Nacional de Informaciones* (CNI), oficialmente apresentada como uma entidade com atribuições de inteligência mais institucionais e com menor caráter repressivo. Entretanto, apesar da tentativa de promover uma imagem de legalidade ampliada, a CNI, em sua operacionalização, incorporou grande parte das atribuições, dos procedimentos e do quadro funcional pertencentes à DINA.

A CNI operou sob o discurso de “modernização” e de alinhamento às normas de segurança do Estado, mas continuou envolvida em operações de vigilância, perseguição e eliminação de opositores. Entre os casos mais conhecidos de sua atuação destacam-se o massacre da Rua Conferência⁶¹ (1976-77, ainda na transição entre DINA e CNI) e os assassinatos seletivos de militantes comunistas e socialistas nos anos 1980, segundo referido por Calloni (2001).

Portanto, a substituição da DINA pela CNI não significou uma ruptura efetiva na política repressiva do regime, mas sim uma estratégia de adaptação institucional frente ao isolamento internacional. A mudança de nomenclatura e de estrutura jurídica buscava ocultar a continuidade das práticas de terrorismo de Estado que caracterizaram toda a ditadura chilena.

⁶¹ O Caso *Calle Conferencia* I e II ("Caso da Rua Conferência") refere-se a duas operações secretas conduzidas pela DINA, com o objetivo de dismantlar a liderança do Partido Comunista do Chile (PCCh) entre maio e novembro-dezembro de 1976. Ambas as operações foram orquestradas pela secreta Brigada Lautaro, cuja existência permaneceu oculta até 2007, apesar das disputas entre Manuel Contreras, o chefe da DINA, e o ex-ditador general Augusto Pinochet.

2.3 OS DETIDOS DESAPARECIDOS

Uma das marcas registradas dos regimes ditatoriais no Cone Sul, foi a prática da tortura contra qualquer cidadão que se plantara adverso as ordens e preceitos emanados da hierarquia castrense. Assim, nos Centros Clandestinos de Detenção (CCD), prisioneiros políticos eram submetidos a métodos brutais de tortura, com o objetivo de extrair informações, punir dissidências e desumanizar os opositores.

Diversos CCDs foram estabelecidos pelos regimes autoritários ao longo de suas geografias. Neste sentido, a *Escuela de Mecánica de La Armada (Argentina)*, *Villa Grimaldi (Chile)* e *Automotores Orletti (Argentina)*, entre muitos outros, destacam entre os mais significativos em função da crueldade e o terror que neles se aplicou. Nesses locais, os prisioneiros eram privados de sua identidade enquanto seres humanos, sendo colocados em uma situação de total abandono e sofrimento, conforme assinala Calveiro (1998):

Desde la llegada a la cuadra en La Perla, a los pabellones en Campo de Mayo, a la capucha en la Escuela de Mecánica, a las celdas en El Atlético o como se llamara al depósito correspondiente, el prisionero perdía su nombre, su más elemental pertenencia, y se le asignaba un número al que debía responder. Comenzaba el proceso de desaparición de la identidad, cuyo punto final serían los NN (Lila Pastoriza: 348; Pilar Calveiro: 362; Osear Alfredo González: X 51). Los números reemplazaban a nombres y apellidos, personas vivientes que ya habían desaparecido del mundo de los vivos y ahora desaparecerían desde dentro de sí mismos, en un proceso de "vaciamiento" que pretendía no dejar la menor huella. Cuerpos sin identidad, muertos sin cadáver ni nombre: desaparecidos. Como en el sueño nazi, supresión de la identidad, hombres que se desvanecen en la noche y la niebla (Calveiro, 1998, p.26-27).

Por outra parte, o tema dos desaparecimentos forçados marca um lugar destacado dentro das práticas de eliminação individual e em massa dos regimes autoritários no Cone Sul. Esta política garantia uma série de utilidades aos regimes, negando a existência dos assassinatos, intensificando o terror na população e contornando o sistema judicial uma vez que evita a incerteza dos juízos realizados e manipulados pelo regime. Os desaparecimentos forçados também foram amplamente usados como uma estratégia para eliminar fisicamente os críticos dos regimes e, ao mesmo tempo, semear o medo na sociedade.

A fuga do desaparecido, estreia no âmbito da ditadura militar argentina de 1976-1983, destacando entre suas características: privação de liberdade, negação de sua ocorrência, tortura e morte. Neste ponto, é necessário fazer uma observação sobre esse elemento (o desaparecido), já que a guerra civil na Guatemala (1960-1996) revela evidências de práticas desumanas cometidas pelos grupos em conflito, como o exército e a guerrilha, antes mesmo da instalação

dos regimes autocráticos no Cone Sul.

Jorge Rafael Videla, chefe da Junta Militar argentina, manteve até o fim de sua vida uma posição firme em defesa das medidas adotadas para enfrentar a ameaça subversiva no país. Ele é identificado como o principal agente na reformulação do conceito de "desaparecido", ao associar esse termo às práticas empregadas pelo governo na repressão aos opositores do regime. Por meio de suas declarações, Videla estabeleceu uma equiparação entre o poder estatal e os grupos armados insurgentes, ampliando a definição de terrorista para além daqueles que utilizam armas ou explosivos, incluindo também indivíduos que disseminam ideias consideradas contrárias aos valores da civilização ocidental e cristã.

Em uma entrevista registrada por Guido Braslavsky e publicada no livro *El dictador: la historia secreta y pública* de Jorge Rafael Videla (2001), de María Seoane e Vicente Muleiro, o ex-presidente expressa de forma clara e direta seu apoio à prática dos desaparecimentos (Fabris, 2017).

Não, não se podia fuzilar. Digamos um número, digamos cinco mil. A sociedade argentina mutável, traiçoeira não teria bancado os fuzilamentos: ontem dois em Buenos Aires, hoje seis em Córdoba, amanhã quatro em Rosário, e assim, até cinco mil, dez mil, trinta mil. Não havia outra maneira. Tínhamos que fazê-los desaparecer. É o que mostravam os manuais da repressão na Argélia, no Vietnã. Estivemos todos de acordo. Dar a conhecer onde estão os restos? Mas, o que podíamos assinalar? O mar, o Rio da Prata, o Riachuelo? Pensou-se, no devido momento, em dar a conhecer as listas. Mas logo se percebeu: se forem reconhecidos como mortos, virão logo as perguntas a que não se pode responder: quem matou? Onde? Como? (Crenzel, 2010, p. 10 *apud* Fabris, 2017).

Da mesma forma, desta vez por meio de uma coletiva de imprensa na Casa Rosada,⁶² datada em 14 de dezembro de 1979, Videla definia de maneira cruenta o termo da seguinte maneira: *Por su condición, el desaparecido es una "incógnita", que no puede merecer un "tratamiento especial". Por no poseer "identidade, él no existe. Ni muerto, ni vivo, está desaparecido"* (Conferencia de prensa de Videla 1979, Parte II).

⁶² A Casa Rosada é a sede da presidência da República Argentina, localizada em Buenos Aires. O edifício histórico e icônico, situado em frente à Plaza de Mayo, é um dos principais símbolos do poder político do país.

Figura 13: Videla explica ante a imprensa o tema dos desaparecidos



Fonte: <https://www.perfil.com/noticias/politica/videla-y-una-explicacion-tenebrosa-ni-muerto-ni-vivo-esta-desaparecido-20130517-0035.phtml>

Em uma definição mais elaborada e conectada a fatos concretos, o político e jornalista uruguaio Manuel Flores Mora afirmava que o desaparecimento:

[...] es el involuntario eufemismo con el cual se resume una frase substantiva más extensa: detenidos sin intervención de la justicia, ni de la ley, ni comprobación de fé de culpa o de inocencia, condenados a torturas salvajes hasta la muerte en la inmensa mayoría de los casos, por agentes no identificados, en lugares desconocidos, y enterrados anonimamente o anonimamente lanzados al mar, sin constatación escrita de nombre, de culpa o de fecha, ni aviso a los familiares ni a nadie [...] (Brecha, 03/03/89, p.3. apud Padrós, 2005, p. 645).

Na Argentina, a ditadura promoveu o desaparecimento de cerca de 30 mil pessoas durante a chamada “Guerra Suja⁶³”, política sistemática de desaparecimento forçado, na qual as vítimas eram sequestradas, torturadas e, em muitos casos, executadas sem deixar rastros. Destarte, na última ditadura militar argentina (1976-1983), também conhecida como Processo de Reorganização Nacional, o regime utilizou métodos cruéis e clandestinos de repressão contra aqueles que eram vistos como subversivos ou opositores políticos. Entre os métodos mais horrendos empregados pelos militares estão os chamados “*Vuelos de La Muerte*”, uma prática de extermínio que simboliza a violência e a brutalidade daquele período.

As vítimas, na maioria das vezes prisioneiros políticos que haviam sido torturados em centros clandestinos de detenção, eram drogados com injeções de *pentotal sódico*⁶⁴ ou outras

⁶³ Período de repressão brutal, sequestros, tortura e assassinatos sistemáticos de opositores políticos, principalmente na Argentina, durante a ditadura militar que governou o país entre 1976 e 1983. Esse período foi caracterizado por uma campanha de terrorismo de Estado conduzida pelas Forças Armadas argentinas contra guerrilheiros, militantes políticos, sindicalistas, intelectuais e qualquer pessoa considerada uma ameaça ao regime militar.

⁶⁴ O tiopental, conhecido também como tiopentato de sódio ou tiopental sódico, é um barbitúrico de ação rápida, depressor do sistema nervoso central, utilizado principalmente em anestesia e hipnose. É também conhecido popularmente como um *soro da verdade*.

substâncias, ficando inconscientes. Depois disso, eram levadas para aviões ou helicópteros militares.

Em março de 1995, o ex-capitão da Marinha Adolfo Scilingo revelou que, entre 1976 e 1978, cerca de 4.000 presos políticos foram lançados ao oceano durante estas operações. Os indivíduos submetidos a essas ações eram, em sua maioria, detidos na Escola de Mecânica da Armada, principal centro de tortura da Argentina. Inicialmente, os prisioneiros eram informados de que seriam transferidos para o sul do país. Posteriormente, eram conduzidos aos aviões em grupos de 15 a 20 pessoas e recebiam doses de um "medicamento" destinado a facilitar o despejo dos corpos no mar.

O jornalista Horacio Verbitsky do jornal *Página 12* de Buenos Aires, realizou uma entrevista ao citado ex-capitão, da qual passo a referir alguns trechos.

H.V. ¿Cómo los oficiales se referían al exterminio de los presos políticos?

A.S. Se hablaba de un vuelo. Era una operación normal de transferencia de prisioneros a otros centros de detención.

H.V. ¿Quién aplicaba el sedativo?

A.S. Un médico naval.

H.V. ¿Cómo define a esos prisioneros políticos hoy?

A.S. Cuando hice lo que hice, estaba convencido de que eran subversivos. Ahora no. Eran seres humanos.

H.V. ¿Quién participaba de los vuelos?

A.S. La mayoría de los oficiales de la marina hizo por lo menos un vuelo.

H.V. ¿Cómo reaccionaban los presos cuando se les informaba de la transferencia y de la vacuna?

A.S. Se ponían contentos.

H.V. ¿No sospechaban de que se trataba?

A.S. De ningún modo. Nadie tenía consciencia de que iba a morir. Cuando el avión decolaba, el médico les aplicaba la segunda dosis, un calmante poderosísimo (Mariano, 2018, p. 32-33).

Em pleno voo sobre o Oceano Atlântico ou o Rio da Prata⁶⁵, os corpos, muitas vezes ainda vivos, eram jogados de grandes alturas, conforme explica Pascual (2004):

No dia 16 de maio de 1976, o jornal argentino *Última Hora*, sob o título “Cadáveres no Uruguai”, publica uma notícia na qual afirma que apareceram oito cadáveres flutuando no rio de *La Plata*, em águas uruguaias. Um dos corpos pertencia a Floreal Edgardo Avellaneda. As fotografias tiradas pela polícia eram absolutamente terríveis. A mãe de Floreal descreve: “Meu filho apareceu com as mãos e as pernas amarradas, esquartejado e com sinais de ter sofrido graves torturas” (*Comisión*, 1986, p. 325. *Apud* Pascual, 2004, p. 88).

⁶⁵ O Rio da Prata é um estuário extenso e importante na América do Sul, que marca a fronteira natural entre a Argentina e o Uruguai. É formado pela confluência dos rios Paraná e Uruguai, e sua bacia hidrográfica é uma das maiores do continente.

Esse método garantia que os cadáveres desaparecessem sem deixar evidências, já que muitos corpos eram consumidos pelo mar ou pela correnteza dos rios. Essa prática permitiu que o regime ocultasse o destino das vítimas, criando uma atmosfera de terror e incerteza entre os familiares dos desaparecidos.

Figura 14: Skyvan PA-51, avião utilizado durante la dictadura cívico militar para los llamados “vuelos de la muerte” de la ESMA



Fonte: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-gobierno-nacional-presento-el-avion-recuperado-que-fue-utilizado-para-los-vuelos-de-la>

O caso chileno apresenta particularidades ainda mais surpreendentes, especialmente pelo envolvimento direto em tais ações cruéis. Depoimentos de testemunhas, como o suboficial reformado Rubén Saldías e do ex-torturador confessado Osvaldo Romo, chegam a um nível quase inacreditável ao relatarem os acontecimentos.

Chile no es un mar para tirar cadáveres, porque es un mar tormentoso...tirarlos en el cráter de un volcán sería mejor. Tu vas volando en un helicóptero, abres las compuertas y todos para abajo. Quién va a ir a buscar a un cráter de un volcán. Nadie, pues (Klein & Gestoso, 2001, apud Solís, 2006 p. 148).

Voltando ao caso argentino, Adolfo Scilingo, citado anteriormente, revelou que “*al comandante en jefe de la Armada le impresionaba ver los cuerpos dormidos preparados para ser lanzados. Creo que era peor que los métodos utilizados por el nazismo*” (Klein & Gestoso, 2001, apud Solís, 2006 p. 148). E acrescenta: “*Todos creían que era un honor participar en tales operaciones, y el alto mando se preocupó de implicar a casi la totalidad de oficiales para garantizar un pacto de silencio*” (Klein & Gestoso, 2001, apud Solís, 2006, p. 148).

O ex-oficial argentino, reconheceu estar ciente do propósito desses voos e jamais considerou imorais as ordens recebidas, tendo em vista que provinham de seus superiores e contavam com a bênção dos capelães dos campos militares. O impacto desses trágicos voos se

reflete nos assustadores números estimados: aproximadamente 4.400 pessoas teriam sido lançadas ao mar na Argentina, e entre 400 e 500 casos semelhantes ocorreriam no Chile, de acordo com Solís (2006).

De tal forma que o desaparecimento político foi praticado amplamente dentro das sociedades do Cone Sul com caráter de terrorismo de Estado. Os exilados que se encontravam do outro lado do *Rio de La Plata*, foram procurados por comandos que atuavam a procura dos inimigos internos. Dentro do contexto da República Oriental do Uruguai, as ações para a detenção e sequestro, envolviam uma alta dose de planejamento, executado por comandos altamente qualificados, os quais detinham de forma deliberada e secreta, em qualquer lugar e horário a suas vítimas.

Configurada a detenção, as pessoas eram levadas a um dos mais de 50 centros de detenção, legais ou clandestinos, identificados pelos depoimentos de sobreviventes. Em todos esses centros, a tortura era parte do tratamento cotidiano imposto ao detido. Era o momento de aplicação dos primeiros interrogatórios e de encaminhamento do prontuário de legalização dos presos junto à Justiça Militar. Era comum que os detidos fossem obrigados a circular em várias dessas unidades de detenção para sofrerem acareação de outros presos (Padrós, 2005, p. 673).

Os chamados Voos da Morte evidenciam a extensão do terrorismo de Estado em sua atuação desenfreada e implacável. As estratégias empregadas para o desaparecimento forçado de indivíduos anteriormente detidos nos Centros Clandestinos de Detenção configuram manifestações claras de uma postura institucional que desvalorizava a vida humana. Contudo, essas ações não eram percebidas como imorais pelos agentes envolvidos, uma vez que as ordens emanavam de autoridades superiores e a responsabilidade era transferida hierarquicamente até alcançar um único responsável final, culminando, em última instância, na atribuição da onipotência divina, responsável pelos supostos milagres.

A impressionante capacidade de articulação entre as burocracias regionais evidencia a existência de um plano coordenado, do qual os governos militares da época certamente tinham conhecimento, e que se caracterizava por práticas marcadas por uma intensa malícia e crueldade. O emprego de hospitais públicos como instrumentos para a eliminação de opositores remete aos períodos mais sombrios da história, evocando, por analogia, o funcionamento das câmaras de gás nos campos de concentração nazistas.

Dessa forma, a macabra revelação de corpos flutuantes nas águas do Rio da Prata e dos oceanos Atlântico e Pacífico representa uma consequência inevitável da resistência da memória histórica, que persiste em emergir das profundezas da impunidade. Essa memória,

apesar das tentativas de silenciamento, mantém-se ativa e capaz de trazer à tona as verdades ocultas por regimes repressivos.

No entanto, este fenômeno encontrou seus detratores ao longo das sociedades organizadas da região. Organizações como as Mães e Avós da Praça de Maio⁶⁶ emergiram como atores fundamentais na denúncia internacional e na luta pela memória e justiça. No Chile, durante a ditadura pinochetista, calcula-se que cerca de 3.000 pessoas foram mortas ou desapareceram, sendo a *Caravana da Morte* (detalhadamente citada no capítulo anterior) um dos episódios mais brutais dessa política.

No Paraguai, embora os números absolutos sejam menores, o desaparecimento forçado também foi central no mecanismo repressivo, frequentemente associado à cooperação interestatal da Operação Condor, resultando crucial a descoberta dos arquivos do terror, o qual colocou em evidência a existência da citada operação, sendo o regime de Stroessner⁶⁷ o único que guardou os documentos incriminatórios deste nefasto ciclo do terror. No Brasil, ainda que a ditadura (1964-1985) tenha recorrido em menor escala à essa prática, a Comissão Nacional da Verdade identificou ao menos 434 mortos e desaparecidos políticos (CNV, 2014).

Assim, o desaparecimento forçado não deve ser compreendido apenas como estatística repressiva, mas como um processo que destrutura comunidades, desumaniza vítimas e impõe às famílias uma violência contínua. O ocultamento deliberado dos corpos buscava eliminar provas e garantir a impunidade, configurando uma estratégia de terror prolongado, segundo Roht-Arriaza (1995). Esse legado permanece aberto nas sociedades do Cone Sul, onde políticas de memória, verdade e justiça continuam a ser debatidas e implementadas como forma de enfrentar o passado autoritário.

Portanto, os detidos-desaparecidos constituem um eixo fundamental para compreender tanto a dinâmica repressiva das ditaduras militares do Cone Sul quanto as lutas contemporâneas por justiça transicional. Eles representam, ao mesmo tempo, a face mais violenta do terrorismo de Estado e o ponto de convergência das resistências sociais em torno da memória e da dignidade humana.

2.4 O CONDOR NA EUROPA

⁶⁶ Movimentos de direitos humanos argentinos, criados durante a ditadura militar (1976-1983), que buscavam notícias e a verdade sobre os desaparecidos políticos.

⁶⁷ Alfredo Stroessner Matiauda foi um militar, político e ditador como Presidente do Paraguai sob um governo autoritário desde 15 de agosto de 1954, até que uma insurreição militar o tirou em 3 de fevereiro de 1989.

Dentro da terceira fase de execução da Operação Condor, a Europa seria um dos espaços onde a grande ave pousaria procurando por suas vítimas. Inicialmente concebida para perseguir opositores políticos considerados “subversivos” em países vizinhos, a rede logo se expandiu, buscando neutralizar exilados latino-americanos que haviam encontrado refúgio no velho continente.

Na Europa, especialmente cidades como Paris, Roma, Madri e Estocolmo, tornaram-se os principais destinos de opositores das ditaduras sul-americanas, que buscavam escapar da violência política em seus países de origem. Esse fluxo migratório, contudo, passou a ser monitorado pelos serviços de inteligência vinculados à Condor, que colaboraram com algumas organizações neofascistas europeias e com a CIA para rastrear, vigiar e, em certos casos, eliminar dissidentes.

Casos representativos ilustram a extensão internacional desse fenômeno. Entre eles, destaca-se o assassinato do ex-presidente boliviano Juan José Torres, ocorrido em Buenos Aires em 1976, após seu exílio na Europa, demonstrando que o continente europeu não oferecia garantia de segurança. Registros indicam também a participação de agentes da Operação Condor em países como França, Portugal e Espanha, atuando em operações de vigilância e intimidação contra exilados políticos. Ademais, documentos recentemente desclassificados revelam que listas de militantes latino-americanos exilados na Europa eram sistematicamente compartilhadas entre os regimes autoritários do Cone Sul e agências de inteligência ocidentais durante o contexto da Guerra Fria (Kornbluh, 2003).

O grupo Condor operava frequentemente por meio da utilização de forças irregulares e esquadrões da morte afiliados para realizar assassinatos em âmbito internacional. No caso de Bernardo Leighton, ex-vice-presidente no governo de Eduardo Frei, agentes da Direção Nacional de Inteligência (DINA) do Chile recorreram a organizações neofascistas italianas, como *Ordine Nuovo* e *Avanguardia Nazionale*, para executar operações de caráter repressivo.

La noche del 6 de octubre, un asesino a sueldo disparó, a bocajarro y por la espalda, una Beretta de nueve milímetros, contra Leighton y su esposa, Anita, cuando volvían de cenar por una callejuela del barrio. Una de las balas alcanzó a Leighton en la parte posterior de la cabeza, encuanto que otra atravesó la columna vertebral de su cónyuge. Ambos sobrevivieron al ataque, aunque él sufrió varias lesiones cerebrales permanentes y ella quedó paralítica (Kornbluh, 2003, p. 116).

De acordo com a acusação formulada pelo promotor italiano Giovanni Salvi, Pierluigi Concutelli foi identificado como o autor material dos disparos, enquanto Giulio Crescenzi, associado à organização de extrema direita italiana *Avanguardia Nazionale*, anteriormente

mencionada, foi acusado de fornecer a arma utilizada no crime. Para embasar o pedido de condenação, o promotor Salvi fundamentou-se no depoimento de Michael Townley, quem intermediou os contatos entre agentes chilenos e grupos de extrema direita italianos responsáveis pela execução do atentado.

Nesta terceira fase, a atuação da Condor não se restringia à América Latina e ao coração da Europa, no entanto, estendeu-se também a países escandinavos. Nesse contexto, a DINA identificou o então primeiro-ministro sueco Olof Palme como um potencial alvo de assassinato. Palme foi assassinado em 1986, e até hoje o caso permanece sem solução definitiva. O governo de Pinochet mantinha uma postura hostil em relação a Palme, devido ao papel desempenhado pelo embaixador sueco no Chile após o golpe de 1973, que auxiliava a saída de detidos chilenos, uruguaios e de outros países, conforme ordens relacionadas ao diplomático sueco.

Além disso, o regime desprezava o primeiro-ministro por suas críticas públicas às ações de repressão implementadas no Chile. Um documento do Departamento de Estado norte-americano, desclassificado e datado de 8 de outubro de 1977, indicava que Palme constava na lista de pessoas condenadas à morte pela DINA, junto com outros alvos como Orlando Letelier, Eduardo Frei, Carlos Altamirano, líder do Partido Socialista Chileno, e Andrés Pascal Allende, liderança do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), todos envolvidos em operações de eliminação promovidas pela Condor (Mc Sherry, 2005).

Em 1977, a Embaixada dos Estados Unidos na Suécia afirmou que, embora Olof Palme não tenha sido diretamente consultado para comentar, Pierre Schori, Secretário de Relações Internacionais do Partido Social-Democrata sueco, confirmou à imprensa que Palme tinha conhecimento desse fato há cerca de seis meses. Schori acrescentou ainda que o governo de Pinochet era amplamente reconhecido por manter agentes na região escandinava, com destaque para a Noruega⁶⁸. Paralelamente, a mídia sueca divulgou que Michael Townley havia admitido ter recebido ordens da DINA para assassinar Palme em Madri, em 1975, durante a reunião da Internacional Socialista.

Apesar de tais relatos terem sido aparentemente contestados pelos promotores envolvidos no interrogatório de Townley, referente ao caso Letelier-Moffitt,⁶⁹ um documento do Departamento de Estado americano datado de 1986 contraria essas negações, indicando que

⁶⁸ *Document from U.S. Embassy, Stockholm to Secretary of State, october, 8, 1977. (Mc Sherry, 2012, p. 41)*

⁶⁹ *Declassified document from Secretary of State, Washington, to U.S. Embassy in Stockholm, "Allegations of DINA Action against Olaf Palme, " February 2, 1979 (Mc Sherry, 2012, p. 42).*

Townley confessou às autoridades dos Estados Unidos ter recebido instruções da DINA para eliminar Palme em duas ocasiões distintas, quando o líder sueco estava fora da Suécia.⁷⁰

Conforme exposto anteriormente, assevera-se que Townley desempenhou um papel central no esquema internacional vinculado à Operação Condor. Desde o início de suas atividades, ele foi incumbido de diversas missões, que incluíram uma imediata viagem pelo ambiente fascista europeu. Durante esse período, Townley estabeleceu contatos com vários grupos e indivíduos, entre eles a recém-criada Internacional Fascista, a Irmandade da Córsega, o notório terrorista francês Albert Spaggiari, conhecido por sua tentativa de assassinato contra Charles de Gaulle,⁷¹ além da *Avanguardia Nazionale*, anteriormente citada, uma organização neofascista italiana liderada por Stefano Della Chiaie,⁷² apelidado de "O Bombardeiro Negro" (Kornbluh, 2003).

Em outra ordem de ideias, a Itália e a França também foram particularmente relevantes no contexto humanitário, tanto pelo número de refugiados quanto pelas redes de solidariedade que se criaram em defesa dos direitos humanos. O assassinato de militantes uruguaios e argentinos em território europeu, assim como as tentativas de sequestro de opositores, mostram como a Condor extrapolava os limites geográficos da América Latina, configurando uma operação transcontinental de terrorismo de Estado.

Por outro lado, o velho continente também foi espaço de resistência. Organizações de direitos humanos, exilados políticos e setores da sociedade civil europeia desempenharam papel fundamental na denúncia internacional dos crimes cometidos pelas ditaduras latino-americanas. Os tribunais europeus, em especial na Espanha e na Itália, passaram a julgar, a partir da década de 1990, militares e agentes envolvidos na repressão transnacional, ampliando o alcance da justiça internacional.

Entre os dias 30 de março e 5 de abril de 1974, realizou-se em Roma a primeira sessão do Tribunal Russell II. Este tribunal de caráter simbólico e de opinião, instituído diante da inexistência de um Tribunal Penal Internacional e em nome da consciência dos povos, teve como propósito analisar e julgar as ditaduras militares instauradas no Chile, na Bolívia e no Uruguai. As discussões abordaram dimensões jurídicas, políticas, econômicas e religiosas,

⁷⁰ *Declassified document from U.S Embassy, London to Secretary of State, June 9, 1986. (Mc Sherry, 2012, p. 42)*

⁷¹ Charles André Joseph Marie de Gaulle foi um general, político e estadista francês que liderou as Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial e presidiu o Governo Provisório da República Francesa de 1944 a 1946, a fim de restabelecer a democracia na França.

⁷² Stefano Della Chiaie foi um ativista neofascista italiano, fundador da *Avanguardia Nazionale* e membro da *Ordine Nuovo*, envolvido entre outras conspirações, com a Operação Condor na América do Sul. Também fez parte da "Aginter Press" de Yves Guérin-Sérac, fundada em 1965 por António Salazar em Portugal.

consolidando um marco de referência para os futuros processos de responsabilização dos regimes autoritários que dominaram o Cone Sul nas décadas de 1970 e 1980.

Este tribunal, inspirado no precedente do Tribunal Russell para o Vietnã, não possuía caráter oficial nem punitivo, mas buscava mobilizar a consciência internacional diante das graves violações perpetradas pelos regimes militares do Cone Sul, sobretudo no Chile, Bolívia e Uruguai, posteriormente incluindo também o Brasil.

O impacto do Tribunal Russell II estendeu-se para além do julgamento simbólico: a ampla divulgação dos testemunhos e dos relatórios contribuíram para dar visibilidade às violações de direitos humanos então silenciadas, sensibilizando a opinião pública internacional. O tribunal ajudou a consolidar práticas de denúncia pública e de escuta das vítimas, tornando-se referência para posteriores movimentos transnacionais em defesa dos direitos humanos e para a construção de futuras iniciativas de justiça transicional. As conclusões do tribunal reafirmaram a responsabilidade dos governos autoritários do Cone Sul por crimes contra a humanidade, fundamento essencial para a evolução do direito internacional e dos debates contemporâneos sobre justiça e reparação histórica.

Contudo, a presença da Operação Condor na Europa revela a amplitude global do aparato repressivo do Cone Sul. O continente europeu foi, ao mesmo tempo, alvo da rede repressiva e palco da luta contra a impunidade. A dimensão internacional do Condor evidencia que o terrorismo de Estado não se restringiu às fronteiras nacionais, mas articulou-se como parte da lógica da Guerra Fria, atravessando oceanos para perseguir opositores em escala global.

CAPÍTULO 3

3. A TRANSNACIONALIDADE DO TERRORISMO DE ESTADO

O conceito de terrorismo de Estado, conforme abordado por diversos teóricos refere-se ao uso da violência e da intimidação por um governo para alcançar seus objetivos políticos, frequentemente direcionado contra sua própria população. Nesse contexto, os regimes de terrorismo de Estado executados pelas ditaduras cívico-militares no Cone Sul da América Latina podem ser compreendidos como

[...] un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión 'legal' (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelara 'métodos no convencionales', a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar a la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada. (Bonasso, apud, Bauer, 2005, p. 4)

Em países como Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, entre outros, o terrorismo de Estado foi especialmente evidente durante as ditaduras militares que dominaram a região entre as décadas de 1960 e 1980.

Tal fenômeno se manifestou por meio de operações repressivas e secretas, coordenadas entre diversas nações. A Operação Condor, citada ao longo deste trabalho, é o exemplo mais marcante de como esses regimes autoritários se uniram para perseguir e eliminar seus opositores. Estes regimes fizeram uso da violência, o controle social e a censura como principais ferramentas para manter o poder.

Estes governos, estabelecidos através de golpes de Estado, programaram políticas de repressão extrema contra opositores políticos, sindicatos, estudantes, intelectuais e qualquer forma de dissidência. A repressão incluía tortura, assassinatos, desaparecimentos forçados e prisões arbitrárias, configurando um padrão sistemático de violação dos direitos humanos.

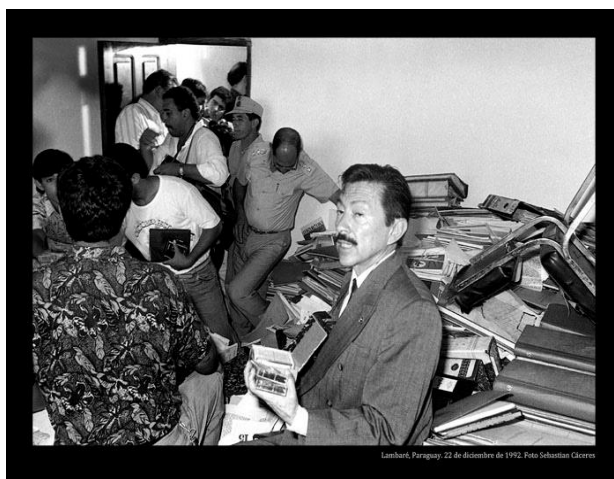
Estima-se que milhares de pessoas tenham sido vítimas diretas da supracitada Operação Condor. Com isto, muitos dos desaparecidos foram sequestrados em um país e transferidos clandestinamente para outro, onde foram interrogados, torturados e, em muitos casos, executados. A operação é vista hoje como um dos capítulos mais sombrios da história latino-americana, refletindo a brutalidade dos regimes militares que buscavam eliminar qualquer ameaça ao seu poder através de métodos de repressão sistemática e internacionalizada.

A repressão política e a Operação Condor deixaram um legado profundo na América Latina, com impactos que ainda reverberam nas sociedades contemporâneas. Não entanto, a

descoberta dos arquivos do terror numa delegacia dos subúrbios da Assunção, (Lambaré)⁷³, no Paraguai, ajudou na comprovação desta maquinaria do terror e as implicações dos responsáveis pelas brutais violações dos direitos humanos e seu posterior julgamento por tais crimes, segundo aponta Quadrat (2008):

Nas pilhas de documentos encontrados estavam fotos, documentos pessoais de mortos e desaparecidos e documentos oficiais da polícia que permitiram compreender a atuação da repressão paraguaia assim como comprovar a existência de um MERCOSUL do terror, a operação condor (Quadrat, 2008, p. 168).

Figura 15: Descoberta dos Arquivos do Terror. Em primeiro plano, Martín Almada, preso e torturado durante a ditadura de Stroessner e principal figura na descoberta dos documentos



Fonte: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/66607/Arquivo%20do%20terror%20-%20Martim%20Almada.png?sequence=1&isAllowed=y>

As investigações e os julgamentos de crimes cometidos durante este período têm sido fundamentais para a busca de justiça e reparação às vítimas e seus familiares, embora o processo de reconciliação ainda enfrente inúmeros desafios.

A Operação Condor representa um fenômeno de internacionalidade, onde o terrorismo de Estado foi exportado e compartilhado entre diferentes nações. Essa transnacionalidade, pode ser identificada no compartilhamento da ideologia anticomunista entre os regimes autocráticos e pelo apoio logístico dos Estados Unidos, que forneceu treinamento e recursos para essas ditaduras. A coordenação de operações repressivas, a troca de informações de inteligência e a captura de opositores em território estrangeiro são exemplos concretos dessa cooperação transnacional.

⁷³ Lambaré faz parte da área metropolitana de Assunção, o que a torna uma cidade próxima e com forte influência da capital. Está situada ao norte de Assunção, separada pelo Rio Paraguai.

Neste sentido, pode-se entender a internacionalização do terror, como a prática pela qual governos autoritários estendem suas ações repressivas além das fronteiras nacionais, coordenando esforços com outros Estados para perseguir, capturar ou eliminar opositores políticos exilados ou refugiados em outros países, conforme cita Padrós (2005), ao se referir ao centro clandestino de detenção “Automotores Orletti”:

O Centro Clandestino de Detenção Automotores Orletti ocupou um espaço relevante dentro da dinâmica e como infraestrutura para a atuação da Operação Condor na Argentina, considerando que foi o local destinado a receber os cidadãos uruguaios, chilenos e paraguaios caçados e sequestrados pelos Grupos de Tarefas locais, que agiam em conjunto com unidades operativas das ditaduras vizinhas, após o golpe de Estado de 1976 (Padrós, 2005, p. 51).

Figura 16: Centro Clandestino de Detenção Automotores Orletti



Fonte: <https://sitiosdememoria.uy/material/3437>

Estes regimes compartilharam informações, realizaram operações conjuntas e até coordenaram assassinatos em massa, cruzando fronteiras internacionais para atingir seus objetivos. A Operação Condor representou a institucionalização da repressão transnacional, onde práticas como tortura, sequestro e assassinato foram coordenadas em nível regional.

Esta intercontinentalidade do terror, também se manifestou em outras regiões e épocas, atuando a disposição de governos para utilizar a violência de maneira sistemática contra adversários em qualquer parte do mundo. Este tipo de repressão não só violou os direitos humanos das vítimas, mas também comprometeu a soberania de Estados que, voluntariamente ou por coerção, permitiram que essas operações ocorressem em seus territórios. No contexto da América Latina, a transnacionalidade do terrorismo de Estado foi facilitada pela ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, que justificava a eliminação de qualquer ameaça comunista ou subversiva, independentemente de sua localização.

Os Estados envolvidos na Operação Condor argumentavam que a segurança nacional estava acima das leis internacionais, criando um ambiente de impunidade para as graves violações de direitos humanos cometidas durante este período. Além disso, o legado dessas operações continua a ser sentido, com esforços contínuos da justiça internacional, incluindo julgamentos de crimes contra a humanidade, investigações históricas e medidas de reparação às vítimas.

3.1 TERRORISMO DE ESTADO E REPRESSÃO POLÍTICA NO CONE SUL

O termo “terror” ganhou um significado marcante no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, ao se referir a um modelo específico de governo. Nesse contexto, a violência política, conduzida pelos tribunais revolucionários, tinha como principal objetivo consolidar a “solidariedade nacional” e reforçar a autoridade do novo regime. Sob a liderança de Robespierre⁷⁴, esse período, conhecido como “*régime de terreur*”⁷⁵, buscava garantir a sobrevivência e a legitimidade do Estado revolucionário, ainda que à custa de medidas extremas e repressivas, justificadas pela necessidade de proteger os ideais da revolução.

Aproximando a semântica do termo ao cenário latino-americano da década de 1960-1970, encontra-se uma marcada similitude no que corresponde aos regimes autoritários que governaram durante o mencionado ciclo. Assim sendo, estes governos, recorreram sistematicamente ao terrorismo de Estado como instrumento de controle social e repressão política. Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil compartilharam experiências repressivas ancoradas na Doutrina de Segurança Nacional, que definia a “subversão interna” como inimigo central a ser eliminado (Dinges, 2004; McSherry, 2005).

A violência institucionalizada extrapolou a perseguição a militantes armados, estendendo-se a setores da sociedade civil, estudantes, sindicalistas, jornalistas e intelectuais. Essa repressão consolidou-se como uma prática sistemática de terrorismo de Estado, caracterizada pelo uso deliberado da violência, da intimidação e do desaparecimento forçado como formas de controle político.

Na visão de Agger e Jensen (1996), O terrorismo de Estado pode ser definido como o uso sistemático da violência por parte de estruturas estatais para semear medo e paralisar

⁷⁴ Maximilien François Marie Isidore de Robespierre foi um advogado e político francês e uma das personalidades mais importantes da Revolução Francesa.

⁷⁵ O *Régime de terreur*, ou “Período do Terror”, foi um período da Revolução Francesa (1789-1799) marcado por violência, perseguições, guerras civis e execuções públicas.

resistências sociais e políticas. No Cone Sul, essa prática assumiu formas específicas: sequestros clandestinos, tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e censura. O objetivo era duplo: eliminar fisicamente os opositores e instaurar um clima de medo generalizado na população.

Assim sendo, a sociedade viu se imersa numa situação de indiferença e confusão perante os excessos cometidos pelos regimes. O medo dentro da população configurou dois tipos de comportamento social básico, conforme explica Pascual (2004):

A negação da realidade e a paralisia. [...] por meio da negação da realidade tentava se apagar da memória desagradáveis situações vividas [...] Por sua vez, a paralisia social perante o terror implantado criava os seres adocicados e acríticos, silenciosos, que interessavam ao regime (PASCUAL, 2004, p. 90-91).

Um dos aspectos centrais do terrorismo de Estado no Cone Sul foi sua dimensão transnacional. A Operação Condor, ponto central deste trabalho, criou uma rede de cooperação entre os serviços de inteligência das ditaduras da região. Essa aliança permitiu a troca de informações, a realização de sequestros além das fronteiras e a eliminação de opositores no exílio (McSherry, 2005).

Por meio da Condor, desaparecidos políticos foram perseguidos em países vizinhos e até mesmo na Europa. Esse sistema evidenciou a articulação das ditaduras como parte de um projeto geopolítico alinhado com a lógica da Guerra Fria, no qual a repressão se transformou em um mecanismo de coordenação internacional (Calloni, 2001).

O terrorismo de Estado no Cone Sul não apenas destruiu vidas humanas, mas também produziu marcas profundas nas sociedades. O medo, a fragmentação das redes sociais e a desarticulação de movimentos populares foram alguns de seus efeitos imediatos. A violência estatal, ao eliminar lideranças políticas e sociais, buscava garantir a permanência de regimes autoritários e implementar políticas econômicas de corte neoliberal sem resistência organizada (O'Donnell, 1988).

Além disso, a estratégia do desaparecimento forçado, ocultando corpos e negando informações às famílias, configurou um método de repressão prolongada, transformando a ausência em uma violência permanente. A luta das Mães e Avós da Praça de Maio, no caso argentino, e dos familiares de desaparecidos no Chile, Brasil e Uruguai, exemplifica como a sociedade civil resistiu a essa política de aniquilamento.

Figura 17: Ronda de las Madres de Plaza de Mayo



Fonte: <https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/en/lugar-de-memoria/ronda-de-las-madres-de-plaza-de-mayo/>

Estas ações repressivas provocaram a iminente consecução de violações aos direitos humanos, expressadas em detenções arbitrárias, tortura, execuções sem julgamento e desaparecimentos forçados. No Chile, o governo de Pinochet foi responsável por submeter milhares de prisioneiros políticos a torturas e por silenciar dissidentes. Essas violações causaram feridas profundas nas vítimas e em seus familiares, alimentando um persistente sentimento de injustiça que ainda ressoa nos dias atuais.

Por outra parte, o medo, a violência e a repressão sistemática provocaram um efeito psicológico profundamente negativo. A sociedade permaneceu imersa em uma atmosfera contínua de temor, onde a liberdade de expressão e a vida diária foram drasticamente limitadas. Aqueles que sobreviveram à tortura e os parentes dos desaparecidos vivem com traumas que se estendem por gerações, resultando em um sofrimento perpetuado.

A maioria dos sobreviventes, em reação, após a libertação tenta negar sua experiência no campo, fingindo que tudo aquilo não aconteceu. Uma vez que essas pessoas não podem esquecer o acontecido, o mais próximo que podem chegar da negação de sua existência é não permitir que sua forma de vida ou sua personalidade mudem (Bettelheim, 1989, p.41 *apud* Pascual, 2005, p. 93).

Ademais, o silêncio coercitivo imposto pelos regimes autoritários complicou o processo de luto e a superação do trauma, intensificando as dores emocionais e sociais. As distintas sociedades imersas neste capítulo triste da história política do sul do continente, fragmentaram-se defronte a repressão exercida desde o Estado. A opressão afetou diversos

segmentos da população, frequentemente gerando divisões entre amigos, familiares e comunidades.

A polarização política, que separa apoiadores e opositores das ditaduras, continua a ecoar nas sociedades atuais, mantendo vivos conflitos e obstáculos para a reconciliação nacional. Em diversas situações, a desconfiança nas instituições e nas Forças Armadas persiste, dificultando a efetivação de uma verdadeira unidade social.

Com tudo, a exoneração jurídica dos altos hierarcas desse período se constitui como uma das consequências marcantes do terrorismo de Estado. Durante anos, muitos deles, responsáveis pelos crimes cometidos conseguiram evitar julgamento, seja por leis de anistia, seja pela falta de investigação. Embora avanços tenham sido feitos nas últimas décadas, com o julgamento e condenação de muitos ex-militares e agentes de repressão, a sensação de justiça incompleta ainda prevalece, principalmente para os familiares das vítimas que nunca tiveram respostas sobre os desaparecidos.

O terrorismo de Estado e a repressão política no Cone Sul constituem um capítulo central da história latino-americana do século XX. Esses regimes instauraram sistemas repressivos que operaram dentro e fora das fronteiras nacionais, articulando-se em uma lógica transnacional de perseguição.

Se por um lado o terrorismo de Estado visava eliminar a dissidência política e instaurar o medo, por outro, provocou o surgimento de movimentos sociais e redes de resistência que até hoje lutam pela memória, verdade e justiça. O legado dessa violência permanece vivo nas demandas por julgamentos de responsáveis, na abertura de arquivos militares e na construção de políticas de memória que enfrentam as heranças autoritárias.

3.2 OS CENTROS CLANDESTINOS DE DETENÇÃO

As ditaduras militares que se instalaram no Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980 implementaram um sofisticado aparato repressivo destinado à perseguição, neutralização e eliminação de opositores políticos. Entre os instrumentos mais brutais empregados pelos regimes autoritários, destacaram-se os Centros Clandestinos de Detenção (CCDs), espaços concebidos para operar fora do sistema legal, garantindo o sequestro, a tortura e, em muitos casos, o desaparecimento forçado de milhares de pessoas.

Esses locais não podem ser compreendidos de maneira isolada. Eles faziam parte de uma rede articulada de repressão interna e transnacional, consolidada sobretudo com a

Operação Condor. Nesse contexto, os centros clandestinos tornaram-se símbolos da prática sistemática do terrorismo de Estado e evidenciam a dimensão regional da violência política.

Os CCDs foram projetados para negar qualquer visibilidade à repressão. Diferentemente das prisões formais, esses espaços não possuíam registros oficiais dos detidos, o que possibilitava sua eliminação física e a negação posterior de responsabilidade estatal. Segundo Calveiro (1998), esses locais funcionaram como "campos de concentração" adaptados à realidade latino-americana, operando como instrumentos de destruição física e simbólica.

Além de instrumentos de aniquilação, cumpriam também uma função pedagógica do terror. Ao instaurar a incerteza quanto ao paradeiro dos desaparecidos, os regimes buscavam paralisar a sociedade civil por meio do medo difuso, atingindo tanto militantes políticos quanto suas famílias e comunidades.

Após o golpe militar de 11 de setembro de 1973, o regime de Augusto Pinochet estruturou uma rede de centros clandestinos de detenção controlada pela Direção de Inteligência Nacional (DINA). Lugares como *Villa Grimaldi*, *Londres 38* e *Tres Álamos* se tornaram conhecidos pela prática sistemática de tortura, desaparecimento e execução de opositores. O objetivo era neutralizar o movimento de esquerda e consolidar o regime por meio do extermínio de lideranças políticas e sociais.

Figura 18. Entrada principal de Villa Grimaldi



Fonte: <https://www.registromuseoschile.cl/663/w3-article-53427.html>

A Argentina construiu a mais extensa rede de repressão clandestina do Cone Sul. De acordo com Crenzel (2010), estima-se a existência de aproximadamente 600 centros clandestinos de detenção durante a ditadura (1976-1983), sendo a Escola de Mecânica da Armada (ESMA) um dos mais emblemáticos. Nesses locais, os prisioneiros eram submetidos a torturas físicas e psicológicas, sequestros prolongados e, em muitos casos, transferidos para os

chamados "voos da morte". Esse modelo representou a institucionalização do desaparecimento forçado como prática sistemática, configurando o que o Relatório *Nunca Más*⁷⁶ posteriormente definiu como um plano de aniquilamento clandestino.

Figura 19. Escola de Mecânica da Armada (ESMA)



Fonte: <https://www.argentina.gob.ar/capitalhumano/cultura/monumentos/escuela-de-mecanica-de-la-armada>

No Uruguai, os centros clandestinos funcionaram de maneira centralizada em unidades militares, como o *Batallón de Infantería N.º 13*, onde opositores, em especial integrantes do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, eram torturados e desaparecidos (Marchesi, 2017).

No Paraguai, sob a ditadura de Alfredo Stroessner, o *Departamento de Investigaciones de la Policía de Asunción (DIPA)* foi um dos principais locais de detenção ilegal. Esse centro esteve diretamente integrado à Operação Condor, servindo de ponto de apoio para o intercâmbio de informações e prisioneiros entre os países da região.

A partir de 1975, a Operação Condor estabeleceu uma rede de colaboração repressiva que expandiu o alcance dos centros clandestinos para além das fronteiras nacionais. Por meio dela, prisioneiros políticos eram sequestrados em um país e transferidos clandestinamente para outro, onde eram interrogados, torturados ou eliminados (Dinges, 2004). Assim, os centros clandestinos tornaram-se pontos nodais de um sistema continental de perseguição política.

Os Centros Clandestinos de Detenção constituíram a espinha dorsal da política de terrorismo de Estado no Cone Sul. Eles materializavam o caráter clandestino da repressão, permitindo que os regimes negassem a existência de prisioneiros políticos e legitimassem o desaparecimento forçado como estratégia de controle social.

⁷⁶ *Nunca Más* é o relatório emitido pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) da Argentina. É também conhecido como relatório Sábado, tendo recebido o nome do escritor Ernesto Sabato, que presidiu a comissão.

O estudo desses espaços é crucial não apenas para compreender a lógica repressiva das ditaduras, mas também para fortalecer as políticas de memória, verdade e justiça que buscam responsabilizar os agentes envolvidos e reparar, ainda que simbolicamente, as vítimas e seus familiares. A memória dos centros clandestinos, hoje transformados em muitos casos em lugares de memória, constitui uma ferramenta fundamental contra a repetição da violência política e um pilar na construção da democracia na América Latina.

Seguidamente, se apresenta um quadro comparativo, referente a alguns destes nefastos centros de detenção e morte.

Quadro 2: Comparativo de alguns Centros Clandestinos de Detenção

País	Período da Ditadura	Centros Clandestinos Identificados	Desaparecidos/ Mortos Estimados	Particularidades
Argentina	1976-1983	~600 (incluindo ESMA, El Olimpo, La Perla)	~30.000 desaparecidos (Crenzel, 2008)	Maior rede repressiva do Cone Sul; prática dos "voos da morte".
Chile	1973-1990	~80 (ex.: Villa Grimaldi, Londres 38)	~3.200 mortos/desaparecidos (Aguilar, 2019)	Uso intensivo da DINA; início da articulação Condor.
Uruguai	1973-1985	~30 (ex.: Batallón de Infantería N.º 13)	~200 desaparecidos (Marchesi, 2017)	Alta taxa de presos políticos em relação à população.
Paraguai	1954-1989	~20 (ex.: Departamento de Investigaciones)	~400 desaparecidos (Franco, 2018)	Forte cooperação com Condor; "Arquivos do Terror" revelaram dados da repressão.
Brasil	1964-1985	~40 (ex.: DOI-CODI, Casa da Morte)	~434 mortos/desaparecidos (Relatório CNV, 2014)	Apesar do menor número relativo, integrou a Condor em operações específicas.

Fonte: A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. 1964-1985. História e Memória. Conexão Repressiva e Operação Condor. Volume 3. Assembleia Legislativa do Estado de Rio Grande do Sul. Mesa, 2010. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-1/VOLUME3_revista_e_ampliada.pdf](https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-1/VOLUME3_revista_e_ampliada.pdf).

3.3 AS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS E A VIOLAÇÃO DA SOBERANIA DOS ESTADOS

Os regimes militares que se consolidaram no Cone Sul da América Latina entre as décadas de 1960 e 1980 não se limitaram a instaurar sistemas de repressão dentro de seus territórios nacionais. A lógica da perseguição política ultrapassou fronteiras, revelando uma prática sistemática de cooperação repressiva que desafiava a noção tradicional de soberania estatal. Essa prática se consolidou especialmente a partir da Operação Condor. A análise da violação das fronteiras internacionais nesse período permite compreender como os regimes autoritários transformaram o espaço regional em um verdadeiro território unificado de perseguição política, onde as noções clássicas de soberania e proteção diplomática foram relativizadas em nome da repressão.

As fronteiras dos países que conformam o Cone Sul, historicamente concebidas como barreiras que delimitavam a soberania dos Estados, foram resinificadas durante as ditaduras militares. Em vez de funcionarem como limites protetores, tornaram-se áreas de vigilância e de cooperação repressiva transnacional. O deslocamento de opositores entre países, muitas vezes motivado pela busca de asilo, foi monitorado por redes de inteligência que compartilhavam informações e coordenavam operações conjuntas (Dinges, 2004).

Durante o período das ditaduras militares na América Latina, estabeleceu-se um complexo sistema de colaboração entre esses regimes autoritários, que abrangeu diversas formas de cooperação. Essa cooperação incluiu desde a capacitação e o treinamento das forças de segurança, até o apoio direto aos golpes civis-militares que se sucederam na região. Além disso, os aparatos repressivos desses regimes atuaram de forma conjunta, coordenando a vigilância, a perseguição e a repressão contra cidadãos considerados inimigos, incluindo aqueles que estavam exilados, em situação clandestina ou fora do país, especialmente no contexto da Operação Condor.

Este conjunto de ações repressivas encontrou respaldo na flexibilidade do conceito de “inimigo interno”, que foi redefinido e reposicionado geopoliticamente após a Revolução Cubana de 1959, situando-se agora internamente na esfera de influência dos Estados Unidos na América Latina. As fronteiras ideológicas que caracterizavam os opositores passaram a exercer um papel crucial nas décadas de 1960, 1970 e 1980, sendo instrumentalizadas como estratégias políticas pelos regimes para justificar ações repressivas. Exemplos dessa estratégia incluem a

designação, pela ditadura civil-militar brasileira, de “zonas de segurança nacional”⁷⁷ nos municípios fronteiriços, com nomeação de prefeitos alinhados e reforço militar nestas áreas, bem como o acordo bilateral de 1965 entre Argentina e Brasil para intervenção militar conjunta caso houvesse aumento da atividade sindical no Uruguai (Bauer, 2012).

Figura 20: Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo. Importante artéria vial sobre o rio Uruguai. Ubicado entre as cidades de Uruguaina (BR) e Paso de Los Libres (AR) serviu com via de trânsito para aqueles que fugiam da ditadura em ambos países



Fonte: <https://institucional.planalto.com.br/blog/conheca-uruguiana/>

No contexto da ditadura civil-militar brasileira, foram diversos os órgãos responsáveis pelo controle e monitoramento de cidadãos brasileiros que se encontravam no exterior. Destaca-se, contudo, a criação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx),⁷⁸ órgão específico vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, concebido para essa finalidade repressiva. O CIEEx tinha como atribuições principais acompanhar as atividades dos brasileiros exilados, infiltrar agentes em grupos de oposição, violar correspondências, intercambiar informações com outros órgãos de inteligência, inclusive com agências estrangeiras, e realizar vigilância contínua sobre indivíduos considerados de interesse para o regime.

A origem do CIEEx relaciona-se à experiência do Ministério das Relações Exteriores no monitoramento das atividades de militantes do Partido Comunista Brasileiro e do movimento comunista internacional, especialmente a partir do período pós-Segunda Guerra

⁷⁷ As zonas de segurança nacional durante a ditadura militar no Brasil foram áreas consideradas estratégicas para a manutenção da ordem e da segurança pelo regime autoritário. Essas regiões incluíam municípios nas fronteiras, estâncias hidrominerais e capitais, onde os prefeitos não eram eleitos pela população, mas indicados pelo governador do estado e aprovados pela autoridade máxima da República. Tal medida foi instituída, por exemplo, pela Lei nº 5449, de 1968, que determinou que em áreas denominadas de "Segurança Nacional" as eleições municipais ocorreriam apenas para vereadores, garantindo o controle autoritário das administrações locais. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/municipios-considerados-area-de-seguranca-nacional-pedem-eleicao-para-prefeito/>. Acesso em: 30 Out. 2025.

⁷⁸ O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) foi um órgão de inteligência subordinado ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e integrado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Mundial e da eclosão da Guerra Fria. O CIEEx operava em estreita coordenação com o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os centros de informações das três forças armadas brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica), tais como CISA, CIE e CENIMAR (Bauer, 2012).

Na América do Sul, de acordo com Bauer (2012), a atuação do CIEEx foi mais intensa em cidades como Montevidéu e Buenos Aires, considerados polos de atividades comunistas e abrigando expressivo número de exilados brasileiros. Além destes, o órgão mantinha presença em outras capitais estrangeiras, como Santiago, Paris, Praga, Moscou e Lisboa, onde havia um acompanhamento rigoroso, especialmente no Leste Europeu, devido à suspeita ideológica atribuída a brasileiros residentes ou estudantes nestes países. Entre os alvos prioritários da vigilância estavam figuras políticas de destaque, como o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Leonel Brizola, além de militantes políticos, intelectuais, estudantes, militares expulsos e cidadãos comuns em situação de exílio ou clandestinidade.

O monitoramento realizado pelo CIEEx também se estendia à movimentação de estrangeiros em território brasileiro, como evidenciado pelo constante controle das fronteiras e pela vigilância sobre a entrada de indivíduos provenientes da Argentina. Documentos oficiais, como relatórios da Coordenação de Informações e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e registros da Agência Central do SNI, atestam a presença de informantes brasileiros residentes na Argentina, assim como o deslocamento de agentes para atividades específicas de coleta de informações naquele país.

A movimentação de cidadãos argentinos em solo brasileiro despertava atenção constante dos órgãos de inteligência e segurança do Brasil durante o período em análise. As fronteiras, estrategicamente monitoradas, eram alvo de vigilância contínua a fim de identificar e controlar possíveis infiltrações consideradas subversivas. Relatórios internos, como o Informe nº 38/75, datado de 12 de março de 1975 e emitido pelo Centro de Informações do Exército (CIE)⁷⁹, circulavam entre diversas instituições de informação e repressão, destacando a entrada irregular de indivíduos considerados subversivos provenientes da Argentina.

Consta que elementos subversivos argentinos estariam ingressando no Brasil, com a finalidade de descansar ou de se ocultar por algum tempo das autoridades argentinas. O ingresso seria feito através de Uruguaiana/RS, na qualidade de turistas, utilizando-se de carros particulares ou de ônibus das empresas Pluma – Conforto e Turismo e Expresso Americano, que fazem a linha Buenos Aires – Rio de Janeiro (50-E-16 documento *(sic)* 175 p. 55. Dossiês DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, Brasil *apud* Bauer, 2012, p. 106).

⁷⁹ O Centro de Inteligência do Exército (CIE ou CiEx) foi a principal unidade militar responsável pelos serviços de inteligência do Exército Brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985). Criado oficialmente em 1967, seu papel incluiu tanto a coleta de informações quanto ações de repressão contra opositores do regime.

O Pedido de Busca nº 132/76/DBCI/DOPS/RS,⁸⁰ datado de 28 de abril de 1976, mencionava o deslocamento de cinco cidadãos argentinos em direção ao estado de Santa Catarina, Brasil, por via rodoviária ou aérea. Diferentemente de outros documentos típicos da época, que frequentemente requisitavam a prisão dos indivíduos considerados suspeitos ou subversivos, esse pedido tinha uma orientação específica: após a localização das pessoas, deveria ser permitido que seguissem seus destinos, concedendo apenas o monitoramento periódico de suas posições e o reporte dessas informações às autoridades competentes. Tal procedimento indica uma estratégia de vigilância discreta e acompanhamento constante, evidenciando a preocupação das autoridades em manter controle e monitoramento de possíveis agentes considerados subversivos sem desencadear intervenções imediatas, o que sugere uma tática de observação para coleta de informações ao longo do trajeto. Esse enfoque reflete as complexas práticas de inteligência e repressão adotadas durante a ditadura militar brasileira, combinando repressão direta com estratégias de controle e monitoramento seletivo dos movimentos dos adversários do regime.

Esses documentos refletem o clima de insegurança e cautela que permeava as relações fronteiriças naquele momento, inseridas em um contexto de cooperação repressiva regional e preocupações mútuas com movimentos dissidentes. Esse monitoramento rigoroso enfatizava a importância atribuída pela segurança brasileira ao controle das fronteiras, numa tentativa de conter a suposta infiltração de agentes desestabilizadores e proteger a ordem interna diante dos desafios políticos da época.

Em outro relatório, o Pedido de Busca nº 168/77/DCBI/DOPS/RS,⁸¹ de 30 de maio de 1977, o diretor do boletim “*Paz y Justicia*”, Adolfo Pérez Esquivel,⁸² referido como “subversivo argentino de alta periculosidade”, era apontado como integrante do movimento “Ação Libertadora Nacional”,⁸³ descrito como uma organização que pretendia alcançar o poder por

⁸⁰ Os documentos provenientes do DOPS/RS encontram-se no Acervo da Luta contra a Ditadura, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil (Bauer, 2012, p. 106).

⁸¹ *Idem*.

⁸² Adolfo Pérez Esquivel é um ativista argentino dos direitos humanos, artista, escritor e escultor, que se destacou por sua oposição às ditaduras militares na América Latina, especialmente durante os anos 1970 e 1980. Reconhecido internacionalmente, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1980 por seu trabalho em defesa da paz e dos direitos humanos.

⁸³ A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização guerrilheira urbana de orientação marxista-leninista que atuou no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985). Fundada em agosto de 1968, a ALN surgiu como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), adotando a luta armada como método para derrubar o regime militar e instaurar um governo popular revolucionário. Sob o comando de Carlos Marighella, o grupo protagonizou ações radicais que incluíam assaltos a bancos para financiar a guerrilha, sequestros de figuras públicas para troca por presos políticos e ataques contra colaboradores da repressão, como o assassinato do empresário Henning Boilesen.

meio da implantação do socialismo, reforçando a preocupação da segurança brasileira com lideranças dissidentes estrangeiras.

Além disso, o Informe nº 15/76, de 3 de novembro de 1976, proveniente do Estado-Maior do Exército, encaminhado às Delegacias Regionais de Polícia do interior do Rio Grande do Sul, destacava que membros das organizações ERP⁸⁴ e *Montoneros*⁸⁵ haviam recebido instruções para buscar refúgio no Brasil, pressionados pela intensificação da repressão sistemática nas forças armadas argentinas. O documento enfatizava que a ofensiva repressiva provocava um recuo generalizado das organizações consideradas terroristas, o que aumentava o fluxo desses militantes para o território brasileiro. Dessa forma, o conjunto desses registros revela uma política de controle e vigilância seletiva, articulada para enfrentar os desafios políticos transnacionais no contexto do Cone Sul durante a década de 1970.

A Operação Condor representou o ponto culminante da violação das soberanias nacionais no Cone Sul. Sob o pretexto de combater o “inimigo interno”, representado por militantes de esquerda, sindicalistas, estudantes e opositores em geral, os Estados autoritários criaram uma rede de inteligência que possibilitava o sequestro, a tortura e até a execução de indivíduos em território estrangeiro.

Essa prática violava diretamente princípios do direito internacional, como a não intervenção e a proteção diplomática. Casos emblemáticos, como o sequestro e assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letelier em Washington, em 1976, demonstram como o alcance da Condor ultrapassava até mesmo o continente, evidenciando um aparato repressivo com projeção global (McSherry, 2005).

Outro elemento central da violação das soberanias foi a instrumentalização e, em alguns casos, a conivência de representações diplomáticas. Muitos opositores buscavam refúgio em embaixadas estrangeiras, mas a pressão dos regimes autoritários dificultava a concessão efetiva de proteção. Em diversos casos, diplomatas foram coagidos a entregar informações sobre exilados, o que evidencia a fragilidade das normas de asilo e refúgio naquele contexto (Sznajder e Roniger, 2009).

⁸⁴ O Exército Revolucionário do Povo (ERP) foi uma proeminente organização guerrilheira argentina de extrema-esquerda, fundada em 1970 por Mario Roberto Santucho como braço armado do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

⁸⁵ Os *Montoneros* foram uma organização político-militar argentina de esquerda radical que atuou como guerrilha urbana, tendo como objetivo principal a derrubada das ditaduras militares na Argentina e o estabelecimento de um Estado socialista. Surgiram no contexto da resistência contra a "Revolução Argentina", uma série de governos militares que vigoraram entre 1966 e 1973, e também buscaram promover o retorno de Juan Domingo Perón ao poder.

A atuação transnacional dos regimes autoritários demonstrou que, durante o período, a soberania estatal não era concebida como barreira, mas como recurso a ser negociado entre ditaduras aliadas. A cooperação repressiva configurou uma “soberania da repressão”, na qual os Estados abriam mão de seus limites territoriais em prol de uma agenda comum de eliminação dos opositores. Como observa Marchesi (2017), essa integração demonstra a profunda dimensão geopolítica da Guerra Fria na América Latina, em que a defesa da ordem interna justificava a suspensão de princípios internacionais.

A violação das soberanias e a instrumentalização das fronteiras internacionais no Cone Sul evidenciam como os regimes militares transformaram a região em um espaço repressivo unificado. Ao relativizar a noção clássica de soberania em nome da “segurança nacional”, os governos autoritários legitimaram a perseguição além-fronteiras, fragilizando mecanismos de proteção internacional e desestabilizando tradições como o asilo político.

A análise desse processo revela que a violência das ditaduras não pode ser compreendida apenas em escala nacional, mas sim como um fenômeno transnacional, articulado e legitimado por uma rede de cooperação repressiva que reconfigurou o espaço geopolítico do Cone Sul. O resgate dessa memória é fundamental para compreender a profundidade da violação de direitos humanos e reforçar a importância da soberania como instrumento de proteção, e não de supressão da cidadania.

CAPITULO 4

4.1 OS ASSASSINATOS DE PRATS E LETELIER

Neste último capítulo, se abordará, em perspectiva comparada, o caso das mortes dos ilustres Carlos Prats González e de Orlando Letelier del Solar, como eixos principais na busca por desvendar a pergunta problema deste trabalho de investigação, isto é, a relação entre estes assassinatos e sua motivação ao despeito de estas figuras de grande peso político no exílio defronte a estabilidade e permanência de Pinochet como chefe do governo chileno.

Figura 21: Orlando Letelier e Carlos Prats



Fonte: cronicasdechile.com

Os assassinatos do general Carlos Prats, em 1974, e do ex-chanceler Orlando Letelier, em 1976, configuram-se como dois dos episódios mais emblemáticos da repressão política transnacional empreendida pela ditadura Chilena. Ambos os crimes, exemplificam a estratégia de eliminação de opositores políticos para além das fronteiras nacionais, articulando-se à lógica mais ampla da Operação Condor.

O general Prats, antecessor de Pinochet no comando do Exército chileno, havia sido uma figura central na defesa da institucionalidade democrática durante o governo da Unidade Popular. Após o golpe militar de 1973, exilou-se em Buenos Aires com sua esposa, Sofía Cuthbert, passando a levar uma vida discreta na capital argentina. No entanto, continuou de uma maneira restrita, exercendo pressão contra o governo ditatorial chileno. Em 30 de setembro de 1974, ambos foram assassinados por meio de um carro-bomba, atentado organizado pela DINA em colaboração com serviços de inteligência argentinos. O ataque tinha o objetivo de

eliminar uma possível liderança militar que pudesse articular resistência ao regime chileno no exterior.

De forma semelhante, o assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa de Allende, ocorreu dois anos depois, em 1976, em Washington, D.C. Letelier, então destacado militante contra a ditadura pinochetista, tornou-se alvo prioritário da DINA, que coordenou a operação em parceria com exilados cubanos anticastristas. A explosão do carro em que viajava, que também vitimou a cidadã norte-americana Ronni Moffitt, demonstrou o alcance internacional da repressão chilena e provocou forte reação diplomática dos Estados Unidos, até então apoiadores do regime de Pinochet (Dinges, 2005).

Do ponto de vista histórico e jurídico, estes assassinatos, configuram crimes de lesa-humanidade, já que foram atos sistemáticos contra civis no marco de um aparato repressivo estatal. Sua memória persiste como símbolo da violência ditatorial e como exemplo da necessidade de justiça transnacional frente a crimes cometidos por regimes autoritários. A responsabilização tardia de agentes da DINA, como Manuel Contreras, Pedro Espinoza, Fernández Larios e outros, demonstra que, embora lenta, a luta por memória, verdade e justiça permanece central para compreender e reparar os efeitos da repressão no Cone Sul.

4.1 CARLOS PRATS: UM GENERAL CONSTITUCIONALISTA

Carlos Prats González, nasceu em Talcahuano (*província de Concepción, Chile*) no dia 2 de fevereiro de 1915. Aos 16 anos ingressou na academia militar destacando-se rapidamente como aluno exemplar. Na oficialidade do exército chileno destacou como um defensor da doutrina de “legalismo militar”, que afirmava a subordinação das Forças Armadas à autoridade civil e constitucional (Verdugo, 1998). Durante o governo de Salvador Allende, ocupou cargos de alta responsabilidade, incluindo o comando do Exército e o Ministério da Defesa. Sua postura moderada e constitucionalista contrastava com a crescente radicalização de setores militares e civis contrários ao governo socialista.

Em junho de 1973, reprimiu rapidamente uma tentativa de golpe, conhecida como “Tanquetazo”, orquestrada por oficiais subalternos e pelo grupo paramilitar extremista *Patria y Libertad*. No final de agosto de 1973, porém, protestos contra seu apoio contínuo ao governo Allende o forçaram a renunciar. Prats recomendou pessoalmente o general Augusto Pinochet para substituí-lo como comandante-em-chefe, acreditando erroneamente que ele apoiaria a ordem constitucional contra os oficiais pró-golpe.

A renúncia de Prats como comandante em chefe em agosto de 1973 tinha preservado a unidade nas forças armadas e removido o último obstáculo à investida dos conspiradores do golpe contra Allende. Pouco depois do golpe, ele aceitou uma oferta de apoio e proteção do presidente da Argentina, Juan Domingo Perón. Prats e sua esposa Sofia, estabeleceram residência num apartamento confortável, no distrito abastado de Palermo. Oficiais militares argentinos e chilenos eram visitantes frequentes. O discreto ex-general não dava declarações públicas, mas a seus visitantes não fazia segredo da sua aversão à brutalidade e ao caráter antidemocrático do regime de Pinochet (Dinges, 2004, p. 117).

Desta forma, o afastamento de Prats não apenas abriu caminho para a consolidação da ditadura militar, mas também o transformou em um símbolo moral da lealdade à democracia. Essa posição tornou-o alvo prioritário da repressão pinochetista, que via em sua figura um risco político e simbólico à legitimidade do novo regime (Constable e Valenzuela, 1991).

Morando em Buenos Aires, o general deu início a escrita de suas memórias ao longo de sua carreira militar, projetadas como uma apologia da subordinação militar à constituição, princípio orientador desenvolvido pelo seu predecessor também assassinado, o general René Schneider,⁸⁶ e repudiado por Pinochet. Prats levou seus documentos particulares consigo quando partiu para o exílio na capital bonaerense, usando-os na maneira de reconstrução diária ao respeito dos acontecimentos entre os militares que deflagraram o golpe. Para o 20 de setembro de 1974, o general já tinha terminado o referido manuscrito, contendo de mais de 100 mil palavras. No mesmo dia, fez a redação do prólogo de maneira manuscrita de umas quinze páginas aproximadamente, com o título de “Carta a meus Colegas cidadãos”, na qual expressa o seguinte:

Sinto que é meu dever tornar público o “Meu testemunho”.
 Porque o destino me colocou inexoravelmente num momento crítico da história [...] Porque teve a oportunidade de conhecer segredos de Estado que não foram, divulgados e que devem se tornar parte da história do Chile.
 Porque fui testemunha de nobres atitudes por parte de personalidades de alto nível[...] que desapareceram prematuramente desta existência terrena; assim como [fui testemunha] de atitudes desprezíveis por parte de outras, também em altas posições, que na sua ansiedade gostariam de manter suas ações ocultas para sempre (Prats, Carlos, *Memorias: Testimonios de um Soldado*. Santiago: Pehuén, 1985, 2da edición. *apud* Dinges, 2004, p. 118).

Seu exílio em Buenos Aires lhe fez acreditar que encontraria um refúgio seguro, sob a proteção de Perón. Nessa época, a Argentina transitava por um momento delicado: o retorno de

⁸⁶ O General René Schneider Chereau foi o Comandante-em Chefe das Forças Armadas chilenas no período da eleição de Salvador Allende à presidência do Chile, durante o qual foi assassinado numa tentativa desastrosa de sequestro, atribuída ao Projeto Fubelt.

Juan Domingo Perón⁸⁷ ao poder, em 1973, e, após sua morte, a ascensão de Isabel Martínez de Perón⁸⁸ ao governo, marcada pelo fortalecimento de grupos paramilitares de extrema direita, como a Aliança Anticomunista Argentina (AAA)⁸⁹ entre outros. De tal forma que o clima político argentino entre 1973 e 1974 era de extrema polarização e violência. A presença de exilados políticos chilenos, uruguaios e brasileiros, muitos deles militantes de esquerda, começou a preocupar tanto o governo argentino quanto as agências de inteligência estrangeiras, em especial a DINA, que passou a operar clandestinamente em território argentino (Dinges, 2004; McSherry, 2005).

Contudo, o ex-general se manteve firme no seu posicionamento ao respeito do regime chileno, a expensas de cumprir com seu dever patriótico e de lealdade aos princípios constitucionais. Sabendo ser alvo de possíveis ataques contra sua vida e, previamente informado disto, não optou por sair da Argentina para outro país, mesmo tendo passaporte diplomático, preferiu aguardar pela emissão de um documento de viagem emitido pela representação diplomática chilena na Argentina, sem saber que tal fato era boicotado com a intenção de que este permanecera o maior tempo possível em Buenos Aires.

De acordo com Dinges (2004), informações precisas sobre a conspiração foram captadas na metade de agosto pelas agências de Inteligência na França e na Alemanha Oriental.

Em Berlim Oriental, o líder exilado Carlos Altamirano, recebeu a visita de Markus Wolf, chefe da Inteligência internacional para a Stasi, o serviço de Inteligência da Alemanha Oriental. [...] Ele revelou a Altamirano que tinha informações fidedignas sobre um contrato da DINA para matar Prats em Buenos Aires. O assassinato era iminente. “Eles vão matar Prats, tal vez seja uma questão de horas”, disse Wolf, segundo Altamirano. “Você tem de tira-lo da Argentina” (Dinges, 2004, p. 121).

Com o agravamento da situação e o aumento das ameaças contra Prats, o ex-secretário-geral do Partido Socialista, Carlos Altamirano, e o militante Markus Wolf elaboraram um plano de resgate para tentar garantir a segurança do general e de sua esposa. Wolf providenciou um passaporte chileno falso, confeccionado com alto grau de perfeição, em nome de Prats, além de

⁸⁷ Juan Domingo Perón foi um militar e político argentino, e presidente da Argentina por três mandatos: de 1946 a 1952, de 1952 a 1955 e de 1973 a 1974.

⁸⁸ María Estela Martínez de Perón conhecida como Isabelita Perón, é uma ex-política e dançarina argentina, ela serviu como a 39.º Presidente da Argentina de 1974 a 1976, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo. Ela foi a terceira esposa do presidente Juan Domingo Perón.

⁸⁹ A Aliança Anticomunista Argentina (Alianza Anticomunista Argentina em espanhol, mais conhecida como Triple A ou AAA) foi um esquadrão da morte de extrema direita que esteve em atividade na Argentina ligado à loja anticomunista Propaganda Due, que matou artistas, intelectuais, políticos de esquerda, estudantes, historiadores e sindicalistas, além de fazer ameaças, executar execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados durante as presidências de Juan Perón e Isabel Perón entre 1973 e 1976. Posteriormente, a AAA teve forte apoio da junta militar liderada por Jorge Rafael Videla que chegou à presidência da Argentina após o golpe de estado de 1976.

uma quantia significativa em dinheiro destinada a viabilizar a viagem e a instalação do casal em outro país. “Ele precisa deixar de ser ingênuo”, teria comentado Wolf, demonstrando preocupação com a relutância de Prats em abandonar Buenos Aires (Dinges, 2004).

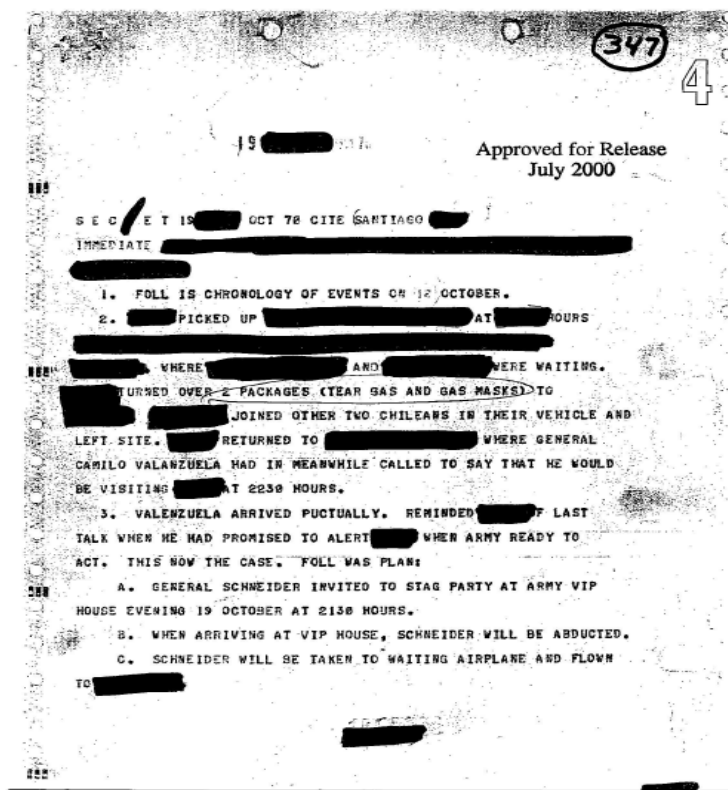
Paralelamente, Altamirano encarregou o jovem militante socialista Waldo Fortín, pessoa de sua total confiança, de viajar com urgência a Caracas, onde se encontrava Orlando Letelier, outro alvo da repressão chilena, e posteriormente seguir para Buenos Aires. Na capital venezuelana, Fortín embarcou no primeiro voo disponível para a Argentina, levando consigo o passaporte falsificado, o dinheiro e a proposta de asilo na Europa. Contudo, ao chegar a Buenos Aires, foi surpreendido pela notícia de que Carlos Prats e sua esposa, Sofía Cuthbert, haviam sido assassinados poucas horas antes. Sua missão de resgate chegara, tragicamente, tarde demais. Os fatos sobre tais acontecimentos, passam a ser referidos no próximo item.

4.2 MORTE NA RUA MALABIA 3315

O primeiro atentado de caráter internacional perpetrado pelo regime de Augusto Pinochet não teve como alvo um destacado dirigente socialista ou militante de esquerda, como poderia ser logicamente imaginado, mas sim o próprio antecessor de Pinochet no comando do Exército chileno: o general Carlos Prats González. Fiel defensor da legalidade constitucional, Prats assumiu a Chefia do Exército em outubro de 1970, após o assassinato de seu predecessor, o general René Schneider. Este último fora vítima de uma conspiração articulada por setores militares e civis chilenos, com apoio da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), cujo objetivo era impedir a posse do presidente democraticamente eleito, Salvador Allende.⁹⁰

⁹⁰ Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/23597-cia-cable-santiago-station-report-plan-kidnap-gen-rene-schneider-and-initiate>.

Figura 22: Documento CIA sobre planos de assassinato de Schneider



Fonte: <https://nsarchive.gwu.edu/document/23597-cia-cable-santiago-station-report-plan-kidnap-gen-rene-schneider-and-initiate>.

O assassinato do general Prats e de sua esposa Sofia, ocorrido na Rua Malabia 3315, bairro de Palermo em Buenos Aires, constitui um dos episódios mais significativos da história política recente da América Latina. Mais do que um atentado isolado, o crime expressa a lógica transnacional da repressão política que se consolidou no contexto da Guerra Fria e, particularmente, no âmbito da Operação Condor (McSherry, 2005).

Na noite de 29 de setembro de 1974, um sábado, o general Prats e sua esposa, passaram o final da tarde e à noite em companhia do ex-embaixador chileno na Argentina, Ramón Huidobro. Próximo à meia-noite, o casal retornava de automóvel à residência. Ao aproximar-se do edifício onde moravam, Prats manobrou o veículo, vindo pela *Avenida del Libertador*, e dobrou à esquerda para percorrer os poucos metros restantes até a entrada da garagem. Nesse momento, passou por um automóvel Renault estacionado na esquina, com as luzes apagadas, no interior do qual encontravam-se um homem e uma mulher, os agentes responsáveis pela vigilância e execução do atentado que ocorreria instantes depois. A bomba colocada sob o automóvel particular do general explodiu em frente ao edifício. A explosão foi tão potente que destruiu o veículo e matou instantaneamente ambos (Dinges, 2004).

Figura 23: O carro Fiat 125 do casal Prats logo a explosão da bomba



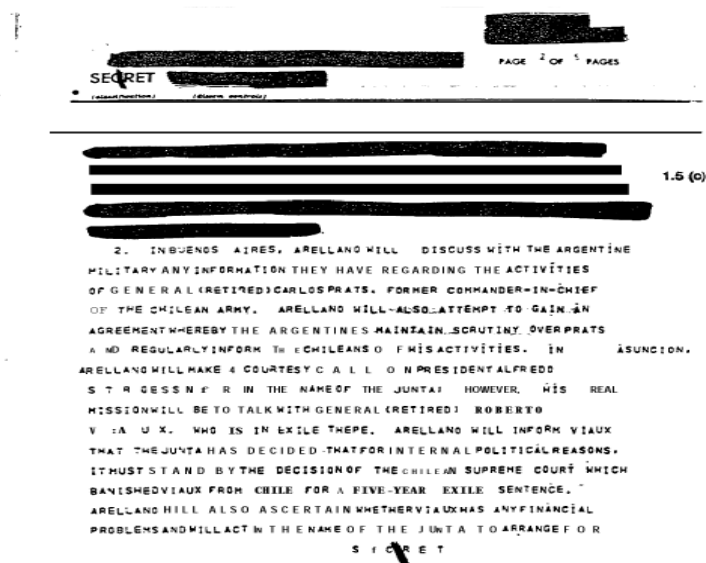
Fonte: <https://www.ciperchile.cl/2024/10/03/se-cumplen-50-anos-del-asesinato-del-general-carlos-prats-y-sofia-cuthbert/>

As investigações iniciais conduzidas pela Polícia Federal Argentina apontaram rapidamente a natureza política do atentado, mas as circunstâncias políticas do país, já sob forte infiltração de grupos de extrema direita e de serviços de inteligência estrangeiros, dificultaram o esclarecimento imediato do caso.

Pode se intuir que o general Pinochet percebia em Carlos Prats uma ameaça significativa à consolidação de seu poder político e militar. Apenas seis semanas após o golpe de Estado, Pinochet enviou um de seus colaboradores mais próximos, o general Sergio Arellano Stark, a Buenos Aires, com a missão de estabelecer contatos reservados com as Forças Armadas argentinas. De acordo com documentos e relatos de fontes vinculadas à Agência Central de Inteligência (CIA), o principal objetivo de Arellano era “obter informações sobre as atividades do general aposentado e negociar com os militares argentinos um acordo de cooperação para sua vigilância e monitoramento sistemático”.

Pinochet sabia que Prats estava escrevendo suas memórias e se negava a aceitar os alertas para desistir. Ele descreveu Prats como “um homem perigoso para o Chile”. As palavras de Pinochet eram o mandado de que Contreras precisava. Ele passou a tarefa de eliminar Prats a seu chefe de operações, o coronel Pedro Espinoza, e ao chefe do recém-criado Departamento Exterior da Dina, o coronel Raúl Iturriaga Neumann (Dinges, 2004, p. 120).

Figura 24: Documento Missão Arellano Stark na Argentina



Fonte: <https://plancondor.org/archivos>

Em meados de 1974, Pinochet teria se reunido com o coronel Manuel Contreras, determinando-lhe a execução de Prats. A tarefa foi inicialmente confiada ao chefe da estação da DINA em Buenos Aires, Enrique Arancibia Clavel, encarregado de recrutar grupos paramilitares argentinos para a realização do atentado. Diante do insucesso dessa primeira tentativa, o vice-diretor da DINA, coronel Pedro Espinoza, incumbiu da operação o recém-integrado agente Michael Townley, cidadão norte-americano expatriado e especialista em eletrônica, que anteriormente colaborara com o movimento ultradireitista “*Patria y Libertad*” em ações de desestabilização contra o governo de Salvador Allende.

Em 1999 num depoimento confidencial num tribunal federal de Alexandria, na Virginia, Estados Unidos, e na presença da juíza argentina Maria Servini de Cubría, Michael Townley relatou que o coronel Pedro Espinoza o havia informado sobre o risco representado por Carlos Prats, considerado um possível articulador de um governo chileno no exílio. Segundo Townley, Espinoza lhe perguntou se poderia “fazer algo” em relação ao general, sugerindo a necessidade de sua eliminação. O ex-agente afirmou ter entendido a ordem como uma missão “patriótica”, destinada, em suas palavras, “ao bem do país”, motivo pelo qual decidiu executá-la⁹¹.

Townley realizou duas viagens a Buenos Aires com o objetivo de concretizar o atentado. Na primeira tentativa, não conseguiu localizar o paradeiro de Prats. Retornou, então,

⁹¹ Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefingbook/chile/2024101/pinochetregime>. Acesso em: 06 Nov. 2025.

em 10 de setembro de 1974, acompanhado de sua esposa, Mariana Callejas, também integrante da DINA, permanecendo na capital argentina por várias semanas enquanto planejava detalhadamente a operação. Em determinado momento, chegou a seguir Prats até um parque, cogitando assassiná-lo a tiros em via pública, mas desistiu devido à presença de transeuntes.

Optou, em seguida, pela utilização de um artefato explosivo. Utilizando dois cartuchos de C4,⁹² Townley construiu uma bomba de controle remoto, método que se tornaria sua marca característica em ações posteriores de terrorismo de Estado. Na noite de 29 de setembro de 1974, conseguiu acesso à garagem do edifício onde Prats residia e instalou o dispositivo sob o chassi do automóvel do general, um Fiat 125. Townley e Callejas permaneceram nas proximidades, aguardando o retorno do casal Prats. Pouco depois da meia-noite de 30 de setembro, Callejas tentou acionar o detonador sem sucesso; em seguida, Townley assumiu o controle e, ao apertar o dispositivo, provocou a explosão que resultou na morte instantânea de Carlos Prats e de sua esposa, Sofía Cuthbert (Dinges, 2004).

Após a execução do atentado, Michael e Mariana Townley retornaram ao Hotel Vitória, localizado na *Calle Florida*, uma das principais áreas comerciais de Buenos Aires. Na manhã seguinte, embarcaram em um voo com destino a Montevidéu, de onde seguiram para Santiago do Chile ainda no mesmo dia. Coincidentemente, Enrique Arancibia Clavel também regressou à capital chilena naquela data, hospedando-se na residência de sua mãe. Segundo testemunho de uma amiga da família, enquanto conversava por telefone com a mãe de Arancibia sobre o assassinato de Carlos Prats e Sofía Cuthbert, ouviu o próprio Arancibia, ao fundo, gritar exaltado: “*¡Así mueren los traidores!*” (Dinges, 2004).

Como assinalado anteriormente, a operação que acabou com a vida de Prats e Cuthbert, exprime o início do Chile em trabalhos de cunho terrorista fora de suas fronteiras. Lastimosamente considerada uma ação exitosa, devemos fazer um parentesis no referenciamento das ações tomadas pelas agências de informações que receberam os vazamentos. Enquanto os serviços de Inteligência franceses e alemães (RDA), rapidamente tomaram as medidas para impedir os assassinatos, contrasta paradoxalmente com a atitude expressa pela CIA, uma vez conhecido do plano terrorista. Nada foi feito, nem uma demonstração discreta, nada visível, de interesse de apoio a Prats. Da igual maneira, esta mesma política do silêncio e de não incumbência, repetiria-se previa ao assassinato de Orlando Letelier. Coincidência? Resulta difícil poder acreditar nisso. Ante estes nefastos exemplos, cabe revisitar

⁹² O C-4 ou "Composition C-4", literalmente "composição 4" é uma variedade comum de explosivo plástico de uso bélico que usa RDX como agente explosivo. O termo "composition" é usado em inglês para qualquer explosivo estável, e a "composition A" e a "composition B" são outras variantes conhecidas.

a persistente dúvida que pairava no ambiente internacional daquela época: poderiam ter sido evitados estas massacres? Claro que sim, mas resultaria contraproducente deixarem vivos quem representavam uma ameaça ao Condor maior.

Figura 25: Michael e Mariana Townley



Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/internacional/1428013207_417163.html

4.3 ORLANDO LETELIER, O PRIMEIRO DETIDO DA DITADURA CHILENA

A figura de Orlando Letelier del Solar, ocupa um lugar central na história política do Chile e da América Latina contemporânea. Diplomata, economista e militante socialista, Letelier representou uma das faces mais visíveis do governo da Unidade Popular e do projeto reformista de Salvador Allende. Seu destino trágico, desde sua prisão imediata após o golpe militar até seu assassinato em Washington, D.C., sintetiza o alcance e a natureza transnacional do terrorismo de Estado instaurado pela ditadura de Augusto Pinochet.

Como “primeiro detido” do novo regime, Letelier tornou-se símbolo da repressão política sistemática e do colapso das garantias democráticas no Chile. Sua trajetória, da prisão na Escola Militar e posterior envio ao Campo de Concentração na ilha Dawson,⁹³ até o exílio e a militância internacional contra a ditadura, permite compreender a dimensão humana e geopolítica do autoritarismo chileno em seus primeiros anos (Verdugo, 2000).

Antes do golpe de Estado, Orlando Letelier foi uma das principais figuras do governo da Unidade Popular. Formado em Economia pela Universidade do Chile (UC), desempenhou funções diplomáticas e ministeriais, destacando-se como embaixador em Washington (1971–

⁹³ A Ilha Dawson é uma ilha do Chile situada no arquipélago da Terra do Fogo. Possui uma superfície de 129 mil hectares. Está situada a 100 quilômetros ao sul de Punta Arenas, na Magalhães e Antártica Chilena e é administrada pela Armada do Chile.

1973), ministro das Relações Exteriores, ministro da Defesa Nacional e, por fim, ministro do Interior, poucos meses antes da derrubada de Allende. Letelier era considerado um intelectual orgânico do socialismo chileno, defensor da via democrática para o socialismo e crítico das pressões externas, especialmente da política de isolamento e sabotagem econômica promovida pelos Estados Unidos contra o governo Allende. Sua visão reformista conciliava o ideal de justiça social com a preservação da institucionalidade democrática, o que o tornou um interlocutor importante com setores moderados da sociedade chilena e internacional (Kornbluh, 2003).

Contudo, sua proximidade com o presidente Allende e sua liderança política o transformaram em alvo prioritário da repressão logo após o golpe militar. Na manhã de 11 de setembro de 1973, enquanto o *Palácio de La Moneda* era bombardeado pelas Forças Armadas, Letelier foi preso em sua residência por ordem direta da Junta Militar. Seu caso é emblemático: ele foi o primeiro civil de alta hierarquia do governo deposto a ser detido oficialmente, em um ato que simbolizou o rompimento absoluto com o Estado de Direito e o início de um regime de exceção permanente (Verdugo, 1998).

Inicialmente, foi levado para a Escola Militar, como citado anteriormente, onde sofreu interrogatórios e maus-tratos físicos e psicológicos. Posteriormente, foi transferido para o Campo de Concentração na ilha Dawson, localizado no extremo sul do Chile, próximo à Terra do Fogo, local onde também estiveram presos outros altos funcionários do governo Allende, como José Tohá⁹⁴ e Clodomiro Almeyda.⁹⁵

O testemunho de Letelier sobre sua experiência em Dawson, registrado posteriormente em cartas e entrevistas, revela a brutalidade da repressão inicial do regime. O campo simbolizava o esforço da ditadura em desumanizar e isolar seus inimigos políticos, utilizando o encarceramento como forma de neutralização política e exemplaridade social, segundo Constable & Valenzuela (2013).

⁹⁴ José Tohá González (Chillán, 6 de febrero de 1927-Santiago, 15 de marzo de 1974) fue un periodista y político chileno, reconocido militante del Partido Socialista (PS). Se desempeñó como ministro del Interior y de Defensa Nacional durante la presidencia de Salvador Allende (1970-1973). Falleció a comienzos de la dictadura militar encabezada por el dictador Augusto Pinochet, luego de haber sido detenido y torturado por militares de dicho régimen

⁹⁵ José Clodomiro Almeyda Medina (11 de fevereiro de 1923 – 25 de agosto de 1997) foi um advogado, professor e político chileno. Membro destacado do Partido Socialista do Chile, foi Ministro das Relações Exteriores de 1970 a 1973, durante a presidência de Salvador Allende.

Figura 26: Prisioneiros Políticos na Ilha Dawson



Fonte: <https://50.cultura.gob.cl/fotografias/12/>

Após quase um ano de prisão, e graças à intervenção diplomática de organizações internacionais e governos estrangeiros, notadamente dos Países Baixos e dos Estados Unidos, Letelier foi libertado em setembro de 1974 e forçado ao exílio. Inicialmente, residiu em Caracas, Venezuela e, em seguida, nos Estados Unidos, onde passou a trabalhar como pesquisador sênior no *Institute for Policy Studies (IPS)*,⁹⁶ em Washington, D.C.

Estando no exílio, o ex-chanceler tornou-se uma das vozes mais influentes contra o regime de Pinochet, articulando redes de solidariedade internacional e denunciando as violações sistemáticas de direitos humanos no seu país. Suas conferências e artigos, publicados em jornais e revistas de grande circulação, buscavam desmontar o discurso de “salvação nacional” promovido pela ditadura, enfatizando o caráter neoliberal e autoritário de seu projeto. Letelier foi, portanto, um dos primeiros intelectuais latino-americanos a denunciar publicamente a dimensão econômica e ideológica da repressão, ao vincular o terrorismo de Estado à implementação do modelo neoliberal inspirado nos “Chicago Boys” (Harvey, 2008).

Cerca de três semanas antes de seu assassinato, Orlando Letelier publicou um de seus últimos textos, intitulado “*The Chicago Boys in Chile: Economic Freedom’s Awful Toll*”, no qual denunciava a contradição intrínseca entre o discurso da liberdade econômica e a realidade do autoritarismo político instaurado no Chile pós-golpe. Nesse artigo, Letelier expôs o que considerava uma afinidade paradoxal entre o modelo neoliberal e o terror de Estado, evidenciando como ambos podiam coexistir de forma funcional e complementar. O autor também teceu críticas de ordem ética às concepções defendidas por Milton Friedman e seus seguidores, apontando que as reformas econômicas implementadas sob a ditadura militar não

⁹⁶ O Instituto de Estudos Políticos (IPS) é um think tank progressista americano, formado em 1963 e sediado em Washington, DC. Foi dirigido por John Cavanagh de 1998 a 2021. Em 2021, Tope Folarin assumiu o cargo de diretor executivo. O IPS concentra-se na política externa dos EUA, política interna, direitos humanos, economia internacional e segurança nacional.

apenas desmantelavam direitos sociais, mas eram sustentadas pela repressão e pela violência institucionalizada. Para Letelier (1976), resultava

[...] curioso que o homem (Friedman) que escreveu um livro, *Capitalismo e Liberdade* (1962), para divulgar o argumento que somente o liberalismo econômico clássico pode sustentar a democracia política possa agora tão facilmente desvincular a economia da política, quando as teorias econômicas que ele apoia coincidem com uma absoluta restrição de todo tipo de liberdades democráticas. (Letelier, 1976, *apud* Domínguez, 2017, p. 4).

Em 21 de setembro de 1976, Orlando Letelier foi assassinado em Washington, D.C., quando uma bomba colocada sob seu automóvel explodiu na *Sheridan Circle*,⁹⁷ próximo à Embaixada do Chile. O atentado também vitimou sua colega Ronni Moffitt. As investigações conduzidas pelo FBI revelaram que o atentado havia sido planejado e executado pela DINA, em cooperação com agentes da Operação Condor (McSherry, 2005). O ataque em território norte-americano expôs a dimensão global do terrorismo de Estado chileno e a complacência das autoridades dos Estados Unidos com seus aliados autoritários durante a Guerra Fria.

O agente Michael Townley, responsável técnico pela fabricação da bomba, confessou sua participação no crime e cooperou com as investigações, confirmando a responsabilidade direta de Manuel Contreras, chefe da DINA. O atentado contra Letelier foi o primeiro ato de terrorismo estatal internacional cometido em solo norte-americano, e teve profundo impacto diplomático. A partir desse episódio, os Estados Unidos foram obrigados a reavaliar seu apoio tácito ao regime de Pinochet, ainda que de forma tardia e limitada (Kornbluh, 2003).

A Justiça norte-americana condenou Michael Townley em 1978, enquanto o Chile somente em 1995 reconheceria oficialmente a participação de Contreras e outros agentes da DINA no crime. A persistência de impunidades e o longo processo de reconstrução da memória histórica mostram as dificuldades estruturais de lidar com os legados autoritários na região (Paredes 2010). Hoje, o nome de Orlando Letelier está associado à defesa dos direitos humanos e da democracia. O *Institute for Policy Studies*, onde trabalhou, criou o Prêmio Letelier-Moffitt, concedido anualmente a defensores dos direitos humanos, como forma de perpetuar sua memória e seu compromisso ético-político.

⁹⁷ A rotatória Sheridan Circle é um parque localizado no bairro de Sheridan-Kalorama, em Washington, D.C. A rotatória, uma das duas existentes no bairro, fica no cruzamento da 23rd Street NW, da Massachusetts Avenue NW e da R Street NW. Os edifícios ao longo deste trecho da Massachusetts Avenue NW fazem parte da Embassy Row, que se estende da Scott Circle até a Observatory Circle. A Sheridan Circle contribui para o Distrito Histórico da Massachusetts Avenue e para o Distrito Histórico de Sheridan-Kalorama, ambos listados no Registro Nacional de Lugares Históricos (NRHP).

Figura 27: Letelier's Memorial. Sheridan Circle, Washington DC



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Orlando_Letelier_%26_Ronni_K_Moffitt_Memorial_28375046.jpg

4.4 EXÍLIO E PERDA DA NACIONALIDADE

O exílio de Orlando Letelier constitui um dos episódios mais emblemáticos do autoritarismo chileno e da repressão política instaurada após o golpe de Estado. A trajetória de Letelier no exílio, marcada pela perda arbitrária da nacionalidade chilena, revela o alcance e a violência simbólica do terrorismo de Estado implementado pelo novo regime. A decisão de destituí-lo de sua cidadania não se limitou a um ato jurídico, mas expressou uma tentativa de aniquilamento político e moral de um dos principais representantes da tradição democrática chilena. Sua saída de território Chileno não foi voluntária, mas imposta: ele foi expulso do país e proibido de retornar, sob pena de nova prisão. Assim, o exílio assumiu a forma de uma extensão da pena política, mecanismo utilizado pela ditadura para afastar lideranças com potencial de articulação oposicionista (Constable e Valenzuela, 2013).

Poucos meses após sua libertação e exílio, o governo de Pinochet emitiu um decreto de cassação da nacionalidade chilena contra o ex-chanceler, com base no decreto Lei nº 81 de 1973,⁹⁸ que conferia à Junta Militar o poder de revogar unilateralmente a cidadania de pessoas consideradas “inimigas da pátria” ou “traidoras do Chile”. A medida foi publicada no *Diario Oficial de la República de Chile* em 10 de setembro de 1974, e incluiu também outros ex-integrantes do governo da Unidade Popular, como Clodomiro Almeyda, José Tohá e Aniceto Rodríguez (Dinges, 2004). Essa decisão, tomada sem processo judicial ou direito à defesa,

⁹⁸ *Establece sanciones para quienes desobedezcan el llamamiento público de presentarse ante las autoridades que, por razones de seguridad del Estado, formule el Gobierno y para las que reingresen al país infringiendo las dispociones que señala.*

representou uma grave violação dos princípios básicos do direito internacional dos direitos humanos, ao privar cidadãos de sua nacionalidade por motivos puramente políticos.

A perda da nacionalidade teve, além de um efeito jurídico, uma forte dimensão simbólica e identitária. No caso de Letelier, o ato buscava apagar sua legitimidade como ex-ministro e desqualificar sua atuação no exterior, privando-o de qualquer vínculo formal com o Chile que pudesse conferir autoridade moral às suas denúncias. Tal prática inseria-se na estratégia mais ampla da ditadura de “desnacionalizar o inimigo interno”, transformando o dissidente em estrangeiro de sua própria nação, um mecanismo de exclusão política e existencial, na visão de McSherry (2005). No entanto sua atuação no exterior buscava não apenas defender o governo deposto, mas reconstruir a imagem do Chile democrático perante a comunidade internacional.

O exílio, portanto, converteu-se em um espaço de resistência política, onde a palavra e a memória tornaram-se armas contra o esquecimento e a impunidade. Letelier encarnava o papel do “intelectual exilado”, que, mesmo despojado da cidadania formal, mantinha viva a identidade nacional como prática ética e política (Said, 2000).

A perda da nacionalidade deste notável personagem não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte de um sistema repressivo transnacional. A ditadura chilena buscou não apenas eliminar fisicamente seus opositores, mas também apagá-los simbolicamente da comunidade política nacional. O banimento, nesse sentido, equivalia a uma morte civil, antecedendo muitas vezes a eliminação física, como se verificaria posteriormente com seu assassinato em Washington, D.C., em 1976 (Kornbluh 2003).

A restauração da democracia no Chile, em 1990, abriu espaço para o reconhecimento das injustiças cometidas durante o regime militar. Em 1991, o governo do presidente Patricio Aylwin⁹⁹ promulgou uma resolução que restaurou postumamente a nacionalidade de Orlando Letelier, declarando nulo o decreto de 1974 que o havia destituído da cidadania. Esse gesto simbólico de reparação foi acompanhado pela incorporação de sua memória às políticas de verdade e justiça promovidas pelas comissões investigativas do pós-ditadura. Sua trajetória demonstra que o exílio e a perda da nacionalidade, longe de o silenciar, transformaram-no em uma das principais vozes internacionais contra o terrorismo de Estado na América Latina.

4.5 ASSASSINATO NA CAPITAL DO IMPÉRIO

⁹⁹ Patricio Aylwin Azócar foi um advogado, escritor, professor e político chileno. Ele foi o primeiro presidente do Chile depois do ditador Augusto Pinochet, e sua eleição marcou a transição chilena para a democracia em 1990.

O assassinato de Orlando Letelier del Solar representa um dos episódios mais emblemáticos do terrorismo de Estado transnacional praticado pelas ditaduras militares do Cone Sul durante as décadas de 1970 e 1980. Ex-ministro do governo de Salvador Allende e reconhecido opositor do regime de Augusto Pinochet, Letelier foi morto em um atentado à bomba na capital dos Estados Unidos da América, no coração político e simbólico daquele país, num ato que revelou a amplitude das redes repressivas coordenadas sob a Operação Condor e a extensão extraterritorial da violência estatal chilena, conforme viemos citando ao longo do capítulo.

Figura 28: Foto do auto Chevrolet Chevelle de Letelier



Fonte: <https://plancondor.org/en/node/1306>

Compreender o assassinato do diplomático chileno, passa pelo crivo da análise da situação política e social dos Estados Unidos durante esse período. Assim, na segunda metade da década de 1970, a nação americana vivenciava um profundo cenário de instabilidade política e polarização social, marcado pelas consequências da Guerra de Vietnã,¹⁰⁰ do escândalo de Watergate¹⁰¹ e da subsequente crise institucional que levou à renúncia do presidente Richard

¹⁰⁰ A Guerra do Vietnã, também conhecida como Segunda Guerra da Indochina, chamada no Vietnã de Guerra de Resistência contra a América, ou simplesmente Guerra Americana, foi um grande conflito armado que aconteceu no Vietnã, Laos e Camboja de 1 de novembro de 1955 até a queda de Saigon em 30 de abril de 1975. Foi a segunda das Guerras da Indochina e foi oficialmente travada entre o Vietnã do Norte e o governo do Vietnã do Sul. O exército norte-vietnamita era apoiado pela União Soviética, China e outros aliados comunistas, enquanto os sul-vietnamitas eram apoiados pelos Estados Unidos, Coreia do Sul, Austrália, Tailândia, e outras nações anticomunistas pelo Mundo.

¹⁰¹ O caso Watergate foi um grande escândalo político nos Estados Unidos envolvendo a administração do presidente Richard Nixon, que começou em 1972 e finalmente levou à renúncia de Nixon em 1974. Girou em torno de membros de um grupo associado à campanha de reeleição de Nixon, em 1972, invadirem a sede do Comitê Nacional Democrata e instalarem dispositivos de escuta, no Complexo Watergate, Washington, DC, em 17 de junho de 1972, e as tentativas posteriores de Nixon de esconder seu envolvimento no escândalo.

Nixon. Simultaneamente, as investigações conduzidas pela Comissão Church,¹⁰² no Senado, e pelo Comitê Pike,¹⁰³ na Câmara dos Representantes, revelaram à opinião pública uma série de operações clandestinas e práticas ilegais realizadas pelos serviços de inteligência norte-americanos, tanto em território nacional quanto no exterior.

Essas revelações tiveram impactos significativos sobre a percepção pública do papel do Estado e de seus aparatos de segurança, fomentando um debate crítico acerca dos limites da ação estatal, da transparência democrática e da responsabilização das instituições de inteligência. Nesse contexto, o atentado que vitimou Letelier adquiriu um duplo significado: por um lado, simbolizou a continuidade das práticas autoritárias e repressivas que transcendiam fronteiras nacionais; por outro, evidenciou a contradição entre o discurso democrático norte-americano e a tolerância, ou mesmo conivência, com regimes autoritários aliados no contexto da Guerra Fria.

A esse respeito, é relevante destacar, e não se trata de um aspecto secundário, que o fato de Orlando Letelier ter se tornado uma das principais vozes internacionais de denúncia e oposição ao regime de Augusto Pinochet despertou profundas inimizades no interior da ditadura chilena. Sua atuação política e intelectual no exílio, marcada por uma crítica contundente ao governo dos Estados Unidos e, em especial, ao papel desempenhado pela CIA antes, durante e após o golpe de Estado de setembro de 1973, ampliou o alcance de sua influência e o transformou em uma figura incômoda para diferentes setores do poder.

De modo particular, suas denúncias públicas sobre a responsabilidade norte-americana na desestabilização do governo da Unidade Popular e suas críticas diretas à atuação de Henry Kissinger, então Secretário de Estado, provocaram apreensão em segmentos do *establishment*¹⁰⁴ político e diplomático da Casa Branca. Letelier passou a ser percebido não

¹⁰² A Comissão Church, foi uma comissão de inquérito criada no âmbito do Senado dos Estados Unidos em 1975, sob a presidência do senador Frank Church, com o objetivo de investigar atividades ilegais da *Central Intelligence Agency (CIA)*, da Agência de Segurança Nacional (NSA) e do Agência Federal de Investigação (FBI), depois que algumas dessas atividades foram reveladas pelo escândalo Watergate. Dentre os temas investigados pela comissão, incluem-se: experiências em seres humanos, violações de domicílios e interceptações de comunicações sem autorização judicial e assassinatos.

¹⁰³ O Comitê Pike é o nome comum dado ao Comitê Permanente Seletivo de Inteligência da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos durante o período em que foi presidido pelo Deputado Democrata Otis G. Pike, de Nova York. Sob a presidência de Pike, o comitê investigou atividades ilegais da Agência Central de Inteligência (CIA), do Departamento Federal de Investigação (FBI) e da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA.

¹⁰⁴ O "establishment político" refere-se ao grupo de elite que detém o poder e a influência nas instituições de um sistema político, incluindo políticos, juízes, altos funcionários e líderes de partidos tradicionais. Esses grupos são associados à manutenção do status quo e à tomada de decisões que garantem estabilidade, mas que também podem gerar resistência à inovação e à manutenção de privilégios. O termo é frequentemente usado em um contexto pejorativo, como uma crítica a um sistema visto como fechado e resistente a mudanças, e o sentimento "anti-establishment" tem sido usado por novas lideranças para desafiar o poder convencional.

apenas como um opositor do regime chileno, mas também como um crítico capaz de comprometer a imagem e os interesses estratégicos dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Essa percepção contribuiu para a intensificação da vigilância sobre suas atividades e para a construção de sua figura como uma ameaça potencial à política externa norte-americana.

Segundo Dinges (2004), Michael Townly recebeu ordens para matar Letelier no final de junho de 1976, provavelmente duas semanas depois que Kissinger teve uma conversa sobre direitos humanos com Pinochet, e uma semana depois o encontro do Condor que deu sinal verde para a Fase Três, isto é, cometer assassinatos em terceiros países. Isto evidencia que a ordem partiu do chefe de estado chileno, uma vez que o órgão repressor, entenda-se, DINA, respondia diretamente a Pinochet e era este quem ordenava as ações a serem realizadas.

Quatro dos principais atores, Townley, Contreras, Espinoza e Fernández Larios, tem declarado direta ou indiretamente que Pinochet autorizou pessoalmente o assassinato. Numa declaração no tribunal depois de sua condenação, Contreras não deixou dúvidas de que estava obedecendo a ordens: “No meu papel como representante do presidente e diretor executivo da Dina, executei estritamente o que me mandaram fazer [...] Não agi por conta própria, e qualquer missão que tivesse de ser executada tinha de vir, como sempre veio, do presidente da República” (Dinges, 2004, p. 262).

Nesse contexto, o coronel Pedro Espinoza Bravo, então chefe de operações da DINA, incumbiu Michael Townley da coordenação do assassinato do líder chileno. Seguindo as orientações de Espinoza, Townley foi instruído a recrutar militantes cubanos anticastristas radicados nos Estados Unidos, com o objetivo de executar a ação de forma a dificultar o rastreamento direto até o regime de Pinochet. Para a execução do plano, Townley contou com o apoio de Armando Fernández Larios, oficial do Exército chileno e também integrante da DINA. A operação foi articulada com base nos mecanismos de cooperação interestatal estabelecidos no âmbito da Operação Condor, que facilitavam o trânsito de agentes, informações e recursos entre as ditaduras do Cone Sul. Com o intuito de assegurar a entrada em território norte-americano, Espinoza determinou que Townley e Fernández Larios viajassem ao Paraguai para obter passaportes e vistos paraguaios falsificados, a serem emitidos na embaixada dos Estados Unidos em Assunção (Dinges, e Landau, 1981).

Para isso, os agentes da DINA deveriam entrar em contato com o coronel Benito Guanes, responsável pela Inteligência Militar do Paraguai e representante oficial do país durante a reunião que marcou a fundação da Operação Condor. Em 17 de julho, o gabinete de Guanes recebeu um telex criptografado, transmitido por meio do sistema de comunicações conhecido como Condortel. A mensagem, redigida em linguagem codificada e de caráter

sigiloso, trazia instruções diretas vinculadas à coordenação das atividades conjuntas de segurança entre os regimes do Cone Sul.

Para: GERMAN (D-2)

De: GUILLERMO (Subdiretor de Inteligência Estrangeira)

NÚMERO SERIAL V/500

X-S GH171950JULIO76

De: CHILE

TEXTO: Para avisar que amanhã, 18 ou 19 de julho, estará chegando de Buenos Aires a esse país Alejandro Riva Deneira com um companheiro. O número do voo será enviado por Condor um. Eu gostaria de ter assistência na execução da missão de acordo com o pedido a ser feito pela pessoa acima citada (Dinges, 2004, p. 266).

Para viabilizar o processo, o diretor da DINA, Manuel Contreras Sepúlveda, enviou uma comunicação a Conrado Pappalardo, assessor próximo do ditador Alfredo Stroessner, informando que a missão possuía suposta autorização do vice-diretor da CIA, Vernon Walters. Com base nessa alegação, Pappalardo intercedeu junto ao embaixador norte-americano em Assunção, George Landau, solicitando a emissão dos vistos e indicando que a operação contava com o conhecimento e o aval de Walters. Posteriormente, ficou comprovado que essa suposta aprovação da CIA jamais existiu, evidenciando o uso de canais diplomáticos e de falsificações oficiais como parte das estratégias clandestinas da Operação Condor (Artaza e Matus, 1996).

Finalmente, em 19 de julho de 1976, Michael Townley e Armando Fernández Larios viajaram para Assunção, no Paraguai, onde obtiveram dois passaportes falsificados emitidos sob os nomes de Juan Williams Rose e Alejandro Romeral Jara. Os documentos foram utilizados para solicitar vistos norte-americanos junto à embaixada dos Estados Unidos, os quais foram concedidos pelo embaixador George Landau. No entanto, Landau, desconfiando da natureza da missão, fotocopiou os passaportes e encaminhou um telegrama ao vice-diretor da CIA, Vernon Walters, solicitando confirmação sobre a suposta operação.

Em resposta, Walters afirmou desconhecer completamente a missão e informou estar em processo de aposentadoria, motivo pelo qual encaminhou a questão ao então diretor da CIA, George H. W. Bush. Este, por sua vez, transmitiu as informações ao Secretário de Estado, Henry Kissinger, revelando o rápido alcance institucional da comunicação e o grau de sensibilidade política que o episódio assumiu nos altos escalões do governo norte-americano. A partir dessas trocas, Landau solicitou oficialmente a devolução dos passaportes paraguaios e revogou os vistos concedidos.

Entretanto, quando as medidas foram implementadas, a DINA já havia despachado outros dois agentes, Rolando Mosqueira Jarpa e René Riveros Valderrama, para Washington, D.C., utilizando passaportes chilenos falsos, mas novamente sob os mesmos nomes de Juan Williams Rose e Alejandro Romeral Jara. O adido militar chileno em Washington, general Nilo

Alfredo Floody Buxton, comunicou a Vernon Walters sobre a presença desses agentes em território norte-americano. Todavia, verificou-se que Mosqueira e Riveros serviam apenas como cobertura, funcionando como uma manobra de distração destinada a desviar a atenção das autoridades norte-americanas enquanto a DINA prosseguia com os preparativos do atentado contra Letelier.

Verifica-se que, já em julho de 1976, a CIA tinha conhecimento da presença de agentes da DINA em território norte-americano, empenhados na execução de uma missão clandestina em Washington, D.C. A esse dado soma-se o fato amplamente documentado de que tanto a CIA quanto o Departamento de Estado dos Estados Unidos estavam plenamente informados sobre as atividades da Operação Condor e sobre sua capacidade operacional para realizar ações extraterritoriais, como haviam demonstrado o assassinato de Carlos Prats, em Buenos Aires (1974), e o atentado a Bernardo Leighton, em Roma (1975).

Na quarta-feira, 18 de agosto, Kissinger assinou a redação final de um documento de alerta com respeito as ações que estariam sendo planejadas pelos componentes do Condor e que poderiam constituir missões de assassinatos; em tal sentido medidas deveriam ser tomadas com caráter de urgência a fim de evitar atos terroristas na capital dos Estados Unidos. Este documento de quatro páginas, intitulado “Operação Condor”, seria encaminhado para ação imediata aos embaixadores norte-americanos em Buenos Aires, Montevideu, Santiago, La Paz, Brasília e Assunção.

Assunto: Operação Condor

Vocês estão cientes de uma série de relatórios (da CIA) sobre a “Operação Condor”. A coordenação para a segurança e informação de Inteligência é provavelmente compreensível. Entretanto, assassinatos planejados e conduzidos pelo governo dentro e fora do território dos membros do Condor têm implicações muito serias que devemos enfrentar com firmeza e rapidez. [...]

Para Buenos Aires, Montevideu e Santiago: Vocês deveriam procurar marcar um encontro o mais cedo possível com o funcionário apropriado de nível mais elevado, de preferência o chefe de Estado, para fazer considerações ao respeito dos seguintes pontos:

A). O governo dos Estados Unidos está ciente por várias fontes, inclusive altos funcionários do governo, que há um grau de informação, intercâmbio e coordenação entre vários países do cone sul a respeito de atividades subversivas dentro da área. Isso consideramos útil.

B). Além disso, entretanto, há rumores que essa cooperação pode se estender além da troca de informações e incluir planos para o assassinato de subversivos, políticos e figuras preeminentes tanto dentro das fronteiras nacionais de certos países do Cone Sul como do exterior.

C). Embora não possamos comprovar os rumores de assassinato, nós nos sentimos impelidos a chamar sua atenção para a nossa profunda preocupação. Se esses rumores tivessem algum fundo de verdade, criariam um problema político e moral muito sério (Dinges, 2004, p. 271-272).

Apesar disso, nenhum órgão do governo norte-americano adotou medidas preventivas, seja para advertir Orlando Letelier sobre a presença de agentes da DINA em Washington, seja para interromper a operação em curso, revelando um grau de complacência e omissão política diante das ações das ditaduras aliadas no Cone Sul (Ganso, 2022).

Posteriormente ao falho da primeira tentativa no Paraguai, Townley e Fernández Larios obtiveram novos passaportes chilenos falsificados, sob as identidades de Hans Petersen Silva e Armando Faúndez Lyon, respectivamente, além de vistos legítimos concedidos pela embaixada norte-americana em Santiago. Em 26 de agosto de 1976, Fernández Larios viajou para Washington, D.C., via Nova York, acompanhado por Luisa Mónica Lagos Aguirre, também agente da DINA, que utilizava a identidade falsa de Liliana Walker Martínez. Ambos se apresentavam como funcionários do Ministério de Obras Públicas do Chile, a fim de disfarçar suas verdadeiras funções.

A missão atribuída a Lagos Aguirre consistia em aproximar-se de Orlando Letelier e conquistar sua confiança, facilitando o trabalho de vigilância e infiltração. No entanto, Fernández Larios considerou-a inadequada para a tarefa e optou por excluí-la das etapas centrais da operação. Quatro dias após sua chegada à capital norte-americana, sem conseguir localizar Letelier nas dependências do *Institute for Policy Studies*, o agente decidiu telefonar diretamente à instituição, obtendo assim o endereço residencial do seu objetivo. A partir desse momento, iniciou um período de vigilância contínua, que se estendeu por aproximadamente dez dias, ao final dos quais retornou a Nova York para prosseguir com a coordenação das etapas seguintes do atentado.

Em 8 de setembro de 1976, o coronel Pedro Espinoza Bravo, determinou que Michael Townley viajasse aos Estados Unidos com a missão de executar o assassinato de Letelier. Espinoza instruiu Townley a coordenar a ação com militantes cubanos anticastristas e a deixar o território norte-americano imediatamente após a conclusão do atentado, a fim de evitar qualquer possibilidade de detecção ou vinculação direta com o regime chileno.

No dia seguinte, Townley e Armando Fernández Larios se encontraram no Aeroporto John F. Kennedy, em Nova York, ocasião em que trocaram informações operacionais essenciais: o endereço residencial e o local de trabalho de Letelier, os dados de identificação de seu veículo, e um mapa detalhado da área onde a vigilância e o ataque seriam conduzidos. Após esse encontro, Townley estabeleceu contato com Virgílio Paz Romero e Guillermo Novo Sampol, figuras de destaque entre os exilados cubanos anticastristas nos Estados Unidos, através dos quais conseguiu recrutar outros três membros do *Movimiento Nacionalista Cubano*

(MNC)¹⁰⁵: José Dionisio Suárez Esquivel, Alvin Ross Díaz e Ignacio Novo Sampol. Parte desse grupo possuía treinamento militar fornecido pela CIA e havia participado da invasão de *Bahía de Cochinos*,¹⁰⁶ em 1961, episódio que marcou a cooperação entre a agência norte-americana e os exilados cubanos.

Contudo, as negociações entre Townley e os militantes cubanos não ocorreram sem tensões. Os integrantes do MNC demonstraram ressentimento em relação ao regime de Pinochet, criticando o tratamento dispensado aos líderes anticastristas Orlando Bosch e Rolando Otero, além de expressarem descontentamento com a recusa do governo chileno em apoiar a proposta de formação de um governo cubano no exílio estabelecido em Santiago. Essas divergências revelam o caráter instrumental e circunstancial da aliança entre a DINA e os grupos anticastristas, unidos mais pela convergência de interesses políticos e anticomunistas do que por afinidades ideológicas consistentes.

Em 15 de setembro de 1976, Townley, com o apoio dos cubanos, adquiriu quatro dispositivos de controle remoto de fabricação caseira e aproximadamente 250 gramas de TNT,¹⁰⁷ materiais que seriam utilizados na preparação do artefato explosivo destinado ao assassinato. No dia seguinte, 16 de setembro, Townley e Virgílio Paz Romero, seguindo o mapa elaborado por Fernández Larios, deslocaram-se até a residência de Letelier, em Washington, D.C., iniciando uma fase de monitoramento sistemático de seus deslocamentos. (Ganso, 2022).

Durante o dia 17 de setembro, a vigilância foi intensificada, e alguns dos companheiros de Letelier, como Waldo Fortín, militante socialista e colaborador próximo, suspeitaram da presença de indivíduos estranhos nas proximidades. Apesar disso, o próprio Letelier minimizou os indícios de perigo, recusando-se a adotar medidas de precaução.

No dia 18, Townley e Paz procederam à montagem do artefato explosivo. Naquela mesma noite, Virgílio Paz instalou a bomba no automóvel de Letelier, que estava estacionado na via pública em frente à sua residência. A detonação havia sido planejada para ocorrer na segunda-feira, 20 de setembro, de modo a coincidir com a rotina habitual de deslocamento da vítima até o *Institute for Policy Studies*.

¹⁰⁵ A Associação Nacionalista Cubana (ANC) foi uma organização de exilados anticastristas que mais tarde mudou seu nome para *Movimiento Nacionalista Cubano* (MNC). Tornou-se conhecida por suas atividades militantes e terroristas contra o regime de Fidel Castro.

¹⁰⁶ A Invasão da Baía dos Porcos foi uma tentativa frustrada de invadir a costa sudoeste de Cuba empreendida em abril de 1961 por um grupo paramilitar de exilados cubanos anticastristas. O grupo fora treinado e dirigido pela CIA, com apoio das Forças Armadas dos Estados Unidos.

¹⁰⁷ O TNT foi sintetizado pela primeira vez em 1863 pelo químico alemão Julius Wilbrand e foi originalmente usado como um corante amarelo. Seu potencial como explosivo não foi reconhecido por três décadas, principalmente porque era muito menos sensível do que outros explosivos conhecidos na época.

Entretanto, problemas técnicos no mecanismo de acionamento impediram a execução do plano na data prevista. Diante da falha, os operativos cubanos removeram o dispositivo, procederam à reparação e reconfiguração da bomba, e a reinstalaram no veículo na noite seguinte. Assim, o atentado foi finalmente consumado em 21 de setembro de 1976, culminando na morte de Orlando Letelier e de sua colega de trabalho Ronni Karpen Moffitt.

Em 19 de setembro de 1976, Michael Townley deslocou-se para Nova York, onde, no aeroporto, realizou uma manobra destinada a criar um álibi documental. Utilizando um balcão da companhia aérea ibérica, ele preencheu um formulário de imigração em nome de Hans Petersen Silva, identidade falsa que possuía, registrando oficialmente sua suposta saída dos Estados Unidos naquele mesmo dia, ou seja, dois dias antes da execução do atentado. No entanto, Townley não embarcou em nenhum voo, permanecendo em solo norte-americano até a conclusão da operação. Somente em 22 de setembro, um dia após o atentado, ele embarcou com destino a Santiago do Chile, desta vez utilizando a identidade de Kenneth Enyart, assegurando, assim, sua retirada segura do país.

O atentado ocorreu na manhã de 21 de setembro de 1976, às 9h35, na região diplomática conhecida como *Embassy Row*, em Washington, D.C. O artefato explosivo, instalado sob o automóvel da vítima, foi detonado por controle remoto, causando uma forte explosão com as consequências já conhecidas. Este ato de barbárie, executado em pleno centro político da capital dos Estados Unidos, representou um marco no caráter transnacional da repressão promovida pelas ditaduras do Cone Sul, evidenciando o alcance global das operações clandestinas da DINA e a conivência tácita de estruturas estatais que, embora informadas sobre a presença de agentes estrangeiros em seu território, não adotaram medidas eficazes de prevenção.

Segundo Robert Scherrer, adido jurídico do FBI em Buenos Aires, este relata sobre a reflexão do funcionário da CIA Charles Bertram Dickens, chefe do órgão no Paraguai até 1973. Dickens, trabalhando em anos posteriores na sede da CIA em Langley, Virginia, discutiu a troca de cabogramas sobre o Condor e os passaportes paraguaios. Dickens tinha examinado a troca de cabogramas das semanas anteriores ao assassinato e ficou apavorado com a maneira que estes foram tratados. A CIA deveria ter entrado em ação, mas não o fez. “Devíamos ter chamado a atenção dos chilenos a esse respeito e dito: Olhem, se qualquer coisa acontecer a qualquer um com [conexões] no Chile, consideraremos vocês responsáveis (Dinges, 2004).

Numa entrevista em 1988, alguns anos antes de sua morte, Hewson Ryan, na época, segundo conselheiro de Harry Shlaudman, chefe da América Latina do Departamento de

Estado, fez o seguinte comentário, ao respeito das deficiências de Departamento de Estado quanto aos direitos humanos.

Acho que fomos negligentes em alguns aspectos. Sei de um caso, que nunca chegou ao público, sobre o fato de que sabíamos desde bem cedo que os governos dos países do Cone Sul estavam planejando, ou ao menos discutindo, alguns assassinatos no exterior durante o verão de 1976. Eu era o secretário assistente substituto à época e tentei fazer chegar um cabograma ao sétimo andar, instruindo nossos embaixadores a entrar em contato com os chefes de estado ou com o nível mais alto possível da hierarquia nesses governos, para que soubessem que tínhamos conhecimento dessas conversas e para avisá-los de que isso era uma violação dos fundamentos básicos da sociedade civilizada. Infelizmente esse cabograma nunca foi passado e cerca de um mês mais tarde o ex-embaixador chileno Letelier foi assassinado nas ruas de Washington. Se havia ou não uma relação direta, não sei. Se podíamos ter evitado isso, caso tivéssemos interferido, não sei. Mas não interferimos. Fomos extremamente reticentes quanto a adotar uma atitude pública forte e ativa, e até uma atitude privada em certos casos, como o do assassinato chileno (Dinges, 2004, p. 292-293).

Contudo, e conforme exposto neste item, sabe-se que o cabograma foi sim, enviado, embora as instruções contidas no mesmo não foram executadas. Assim sendo, a omissão diante deste fato revela a estreita relação entre a administração americana e o regime chileno, ambos os governos se beneficiariam da eliminação do ex-diplomático chileno, haja vista os incômodos que este lhes-causava. Por uma parte, seu triunfo no congresso americano por meio de um corte de ajuda ao regime chileno, conhecido como Emenda Kennedy, o qual previa a interrupção de ajuda militar ao Chile, impactando nos lucros das empresas fornecedoras de material bélico. Com relação ao regime de Pinochet, Letelier, tinha conseguido que investimentos holandeses no Chile foram cancelados. Com isto, o ditador chileno entrou em desesperação e furia, quando por meio de informes de inteligência, ficou sabendo que Letelier estaria conspirando com outros líderes no exílio para a formação de um governo chileno fora do país. Mesmo essa conspiração não ser verdadeira, o nome de Letelier irrupia como uma figura poderosa e unificadora na política chilena.

Em consequência, diante destas séries de incômodos que o ex-chanceler apresentava, não cabe dúvidas que sua desapareição física seria a melhor opção para acabar de uma vez com suas pretensões de conciliação, denuncia e volta da democracia no Chile. A continuação, se apresenta um quadro descritivo, incluindo aos implicados, sua função e cargo durante o assassinato do diplomata chileno.

Quadro 3: Organograma dos Implicados no Atentado contra Orlando Letelier

IMPLICADOS	CARGO	FUNÇÃO
Augusto Pinochet	Chefe da Junta Militar.	Da a ordem a Manuel Contreras.
Manuel Contreras	Chefe da DINA e ativo da CIA.	Recebe a ordem de Pinochet e encaminha-a para Pedro Espinoza.
Pedro Espinoza	Chefe de Operações da DINA.	Recebe a ordem de Contreras e encaminha-a Michael Townley e Armando Fernández Larios.
Armando Fernández Larios (Armando Faúndez Lyon)	Agente da DINA.	Recebe a ordem de Pedro Espinoza de fazer o seguimento à Letelier em Washington D.C.
Luisa Mónica Lagos Aguirre (Liliana Walker Martínez)	Agente da DINA.	Acompanha à Fernández Larios porém, não participa.
Michael Townley (Hans Petersen Silva e Kenneth Enyart)	Agente da DINA e possível ativo de la CIA.	Organiza o atentado juntamente com membros do <i>Movimiento Nacionalista Cubano</i> (MNC) e coloca a bomba no automóvil de Letelier.
Virgílio Paz Romero	Membro do MNC.	Coloca a bomba no automóvil de Letelier e a faz explodir.
Guillermo Novo, José Dionisio Suárez Equivel, Alvin Ross Díaz, Ignacio Novo.	Membros do MNC.	Participam na elaboração do atentado.
Rolando Mosquiera Jarpa (Juan Williams Ross), René Riveros Valderrama (Alejandro Romeral Jara)	Membros da DINA.	Viajam a Washington D.C. como Isca e não tem nenhuma participação no atentado.

Fonte: GANSO G., Manuel, 2022. ANEXO II. Organograma dos implicados no atentado contra Orlando Letelier. In: O assassinato de Orlando Letelier no contexto da Doctrina de Segurança Nacional no Chile de Pinochet. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Cantábria, Espanha, 2022. (Tradução nossa).

4.6 CONDENAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E REPARAÇÃO AOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS

Ao longo deste capítulo, pode se observar o emblemático dos assassinatos destas dois proeminentes figuras da política chilena dos anos setenta. Inserida dentro da política do terrorismo de Estado transnacional praticado pelas ditaduras do Cone Sul durante a década de 1970; ambos foram executados pela DINA, principal órgão repressivo do regime de Augusto Pinochet, como parte de uma política sistemática de perseguição, eliminação de opositores políticos dentro e fora do Chile.

Esses crimes, ocorridos respectivamente em Buenos Aires e em Washington, D.C., revelam o caráter transfronteiriço da Operação Condor. O reconhecimento judicial e histórico desses assassinatos, bem como os processos de condenação e reparação às famílias das vítimas,

constitui marcos fundamentais na luta pela memória, verdade e justiça na América Latina pós-ditaduras (McSherry, 2005).

O general Carlos Prats, ex-comandante em chefe do Exército chileno e leal colaborador do presidente Salvador Allende, foi um dos primeiros alvos do aparato repressivo Pinochet. O duplo homicídio foi interpretado por historiadores e juristas como um ato político de vingança e dissuasão, destinado a eliminar uma figura militar que simbolizava a fidelidade à legalidade constitucional (Huneeus, 2000). A explosão do veículo de Prats e de sua esposa não apenas visava silenciar uma liderança, mas também enviar um sinal a eventuais dissidentes dentro das Forças Armadas chilenas.

Durante mais de três décadas, os familiares do general Carlos Prats dedicaram-se incansavelmente à busca por justiça, empenhando-se em identificar e responsabilizar os autores de seu assassinato. Em 1983, suas filhas, Sofia e Angélica Prats, deslocaram-se a Washington, D.C., com o intuito de colaborar com advogados argentinos na solicitação de extradição de Michael Townley, então protegido pelo programa de testemunhas do governo dos Estados Unidos. As autoridades norte-americanas, contudo, rejeitaram o pedido, sob a justificativa de que o acordo de delação firmado por Townley no processo Letelier-Moffitt impedia sua extradição. Paralelamente, o Judiciário chileno recusou o pleito argentino de transferir Mariana Callejas, cúmplice e esposa de Townley, de Santiago para Buenos Aires, onde deveria ser julgada.

Ao longo da década de 1980, as irmãs Prats intensificaram seus esforços diplomáticos, buscando apoio jurídico junto à Embaixada dos Estados Unidos em Santiago, na tentativa de reabrir o caso e garantir cooperação internacional. Somente anos depois, em 1999, tais iniciativas resultaram em um avanço significativo: a juíza argentina María Servini de Cubría deslocou-se a Washington para tomar o depoimento formal de Michael Townley. O testemunho, classificado como confidencial, permaneceu em sigilo por vários anos, simbolizando tanto o alcance transnacional das redes de repressão da Operação Condor quanto a persistente luta das vítimas e seus familiares pela verdade e pela responsabilização judicial dos envolvidos.

“Instintivamente, compreendíamos que a busca por justiça seria uma travessia longa e dolorosa”, relatam Sofia, Angélica e Cecilia Prats em sua recente publicação, ao refletirem sobre o percurso empreendido pela família desde o assassinato de seus pais. “Tínhamos consciência de que o caminho seria árduo, iniciado por um luto que se prolongaria por tempo indefinido.” A percepção expressa pelas filhas de Prats traduz o sentimento de persistência diante da lentidão dos processos judiciais e das barreiras políticas que marcaram as tentativas de responsabilização dos autores do crime. No decorrer das investigações conduzidas na

Argentina, as autoridades locais detiveram Enrique Arancibia Clavel, agente da DINA, inicialmente sob a acusação de espionagem e, posteriormente, de cumplicidade no duplo homicídio de Prats e sua esposa, Sofía Cuthbert. Arancibia Clavel permaneceu preso em território argentino por quase vinte anos, representando um dos poucos casos em que um colaborador direto da DINA foi efetivamente julgado fora do Chile.¹⁰⁸

Todavia, o avanço da justiça chilena ocorreu a partir dos anos 2000, após a recuperação de documentos e depoimentos de ex-agentes. Em 2008, o juiz Alejandro Solís condenou o general Manuel Contreras e outros nove oficiais da DINA a penas de prisão por homicídio qualificado e associação ilícita (Huneus, 2000).

Somente em junho de 2010, mais de três décadas e meia após os assassinatos e duas décadas após o fim formal da ditadura de Pinochet, o Poder Judiciário chileno proferiu sentença definitiva contra os principais responsáveis. O ex-diretor da DINA, Manuel Contreras, e seu subordinado imediato, Pedro Espinoza Bravo, foram condenados, juntamente com outros agentes envolvidos na operação, pelo assassinato de Carlos Prats e Sofía Cuthbert. Ambos foram conduzidos a prisão especial de *Punta Peuco*, nas proximidades de Santiago. Contreras faleceu em 7 de agosto de 2015, por complicações relacionadas a problemas renais após sua hospitalização. Espinoza continua recluso sob cadeia perpetua. A decisão judicial simbolizou um marco na lenta reconstrução da memória e da justiça transicional no Chile, reafirmando a gravidade dos crimes cometidos sob a lógica repressiva da Operação Condor.

Figura 29: General Contreras saindo do julgamento à caminho da prisão



Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150801_contreras

¹⁰⁸ Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/chile/2024-10-01/pinochet-regime-50-assassination-general-carlos-prats-and-sofia>. Acessado em: 11 de novembro de 2025

A reparação à família de Carlos Prats assumiu múltiplas dimensões, jurídicas, simbólicas e históricas. Nessa instância, o Estado chileno reconheceu oficialmente sua responsabilidade em 2003, quando o então presidente Ricardo Lagos ofereceu um pedido formal de desculpas à família. O corpo de Prats foi transferido para o *Cementerio General de Santiago* com honras militares e declarado herói da legalidade democrática (Huneeus, 2000).

Em contraste, Augusto Pinochet jamais foi formalmente julgado pelo assassinato do general Carlos Prats e de sua esposa, Sofía, tampouco pelos demais atos de terrorismo de Estado perpetrados sob seu comando. Sua morte, ocorrida em 10 de dezembro de 2006, ironicamente coincidindo com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, encerrou simbolicamente uma era de impunidade marcada pela ausência de responsabilização plena das autoridades máximas do regime. Em um gesto de reverência institucional, as Forças Armadas chilenas organizaram uma cerimônia pública de despedida, permitindo que admiradores se aproximassem do caixão aberto do ex-ditador para prestar-lhe homenagens.

Figura 30: Corpo do general Pinochet no velatório na Escola Militar em Santiago



Fonte: https://www.elmundo.es/especiales/2006/12/resumen_2006/2006/12/18/seccion_13/1166457333.html

Durante esse evento, um episódio emblemático de contestação à memória oficial ocorreu quando Francisco Cuadrado Prats, neto de Carlos e Sofía Prats, posicionou-se na fila ao lado de centenas de simpatizantes pinochetistas. Ao aproximar-se do corpo, em um ato de indignação moral e memória familiar, cuspiu no vidro que cobria o rosto de Pinochet. Posteriormente, o jovem relatou que o gesto foi uma reação espontânea de repulsa diante do homem que ordenara o assassinato de seus avós. O episódio resultou em agressões físicas por parte de apoiadores do ex-ditador e na sua detenção temporária, revelando as persistentes tensões entre as narrativas de memória, justiça e reconciliação no Chile pós-ditadura.

Pelo assassinato de Orlando Letelier, os primeiros condenados foram Michael Townley e Armando Fernández Larios, processados nos Estados Unidos na década de 1970. Townley cooperou com o FBI, revelando a estrutura da DINA e implicando Contreras e Pinochet. Nesse sentido, o governo dos Estados Unidos, após as conclusões do relatório do FBI, admitiu que o atentado fora obra de um serviço estrangeiro e reconheceu a responsabilidade do regime de Pinochet. O governo chileno, por sua vez, restaurou postumamente a nacionalidade de Letelier em 1991, anulando o decreto de banimento de 1974. Além disso, o Chile criou programas de reparação moral e indenização para familiares de vítimas do terrorismo de Estado, previstos na *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (Comissão Rettig).

Em ambos os casos, a luta das famílias Prats, e Letelier, foi essencial para manter viva a memória e impulsionar os processos de justiça transicional. Os assassinatos de Carlos Prats e Orlando Letelier demonstram que o terrorismo de Estado chileno, longe de ser um fenômeno isolado, integrou uma rede transnacional de repressão coordenada entre as ditaduras do Cone Sul. Suas mortes, revelaram que o alcance da Operação Condor ultrapassou as fronteiras nacionais, atingindo inclusive o território da principal potência mundial.

A condenação judicial dos responsáveis e as medidas de reparação às famílias das vítimas representam avanços significativos no campo da justiça transicional, consolidando o princípio de que os crimes de lesa humanidade são imprescritíveis. Ao reconhecer oficialmente essas mortes e punir seus autores, o Chile não apenas recuperou parte de sua dignidade institucional, mas também reafirmou o compromisso ético com a memória e os direitos humanos. A persistência das famílias e da sociedade civil foi decisiva para que a verdade histórica triunfasse sobre o esquecimento e a impunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um pouco mais de cinquenta anos tem se passado desde aquela fatídica terça-feira de 11 de setembro de 1973 em Santiago de Chile. O que parecia ser um dia normal de trabalho para o presidente Salvador Allende, acabou se transformando no ultimo dia de sua existencia fisica e com isso, seu passo rumo à uma posição de preeminencia no imaginario coletivo a escala global, acabou conferindo-lhe um lugar na história moderna ao lado de grandes figuras do seculo XX, como Nelson Mandela e Martin Luther King, só por citar alguns. A entrega de sua propria vida no *Palácio de La Moneda* negando-se a entregar o poder recebido pela vontade popular, constitui um ato de patriotismo e defesa dos valores democraticos e de sua própria convicção como revolucionario e lutador social, palavras que ele mesmo usava para definir-se.

Durante décadas, o tema do golpe militar chileno tem sido revisitado, tanto no ambito internacional, assim como tambem dentro do cenário nacional chileno, haja vista os distintos governos de esquerda alternados no poder logo após o periodo da transição encabeçada por Patricio Aylwin como primeiro presidente eleito democraticamente em dессessete anos. Cabe mencionar especificamente, os governos da Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), uma vez que tanto ela como seu pai, o general da força aérea Alberto Bachelet, foram vitimas da ditadura de Pinochet e por coincidencia, foi durante o segundo mandato da presidente Bachelet que o general veio falecer, correspondendo-lhe a esta, como executiva do Estado chileno, lidar com todo o protocolo e demais exigencias feitas tanto pela familia como por um setor da sociedade relacionadas as honras funebres do aludido ditador.

Revisitar os fatos e saber das consequências decorrentes daquela empreitada do 11 de setembro chileno, me fez compreender e constatar ao mesmo tempo aquilo que no seculo XIX já a Doutrina Monroe deixava claro para todo um continente: a América é dos Estados Unidos e qualquer um que tentara contradizer aquela afirmação teria que assumir as consequências dessa desobediencia. Exemplos comuns ao caso chileno, inundam as páginas da história de nossa América.

Neste sentido, ao desenvolver este trabalho de investigação, tomando como ponto de partida o cinquentenário do golpe militar no Chile, seguem-se outros elementos que se desprendem de tal acontecimento, isto é, a tristemente bem sucedida Operação Condor e sua articulação entre os distintos órgãos de inteligência e repressão dos países membros, levando-a representar a face visível do terrorismo de Estado a escala regional e transnacional.

Dita escalada de violência, estava direcionada a todo e qualquer um que representara um obstaculo aos planos e linhamentos dos governos autoritários do Cone Sul, caçando e

exterminando inimigos em qualquer latitude. Entre tantos objetivos a serem eliminados via Condor, o regime chileno, particularmente, tinha dois nomes que resultavam-lhe extremamente incômodos: Carlos Prats e Orlando Letelier. A partir daqui, este trabalho, procurou analisar em perspectiva comparada, a consumação deste duplo homicídio, embora em datas e lugares diferentes, mais articulados e executados sob a encomenda de Augusto Pinochet e a execução de Michael Townley, previamente filtrada por meio do principal órgão de inteligência chilena, a DINA e seus mais próximos dirigentes e colaboradores, isto é, Manuel Contreras, Pedro Espinoza Bravo, Armando Fernández Larios e Enrique Arancibia Clavel, entre as principais figuras participantes destes macabros fatos.

No entanto, o trabalho aqui apresentado, fez um percorrido pelo breve governo de Salvador Allende e a Unidade Popular, como projeto político que buscava a implantação do socialismo pela via democrática. Contudo, a chegada de Pinochet ao poder, acabou com as pretensões da proposta Allendista, inserindo ao Chile num longo regime totalitário onde o medo, a censura e a morte estavam à ordem do dia.

Conforme a proposição de analisar os assassinatos de Prats e Letelier, e em consequência, identificar os riscos políticos que ambos os dois apresentavam para a ditadura chilena, podemos concluir que realmente estas duas figuras de grande peso político tanto no cenário local como no contexto internacional, representavam sim um incômodo muito importante para o regime pinochetista, haja vista o prestígio moral que tinham dentro da sociedade chilena e dentro da oficialidade castrense compromissada com a defesa dos valores democráticos e da preservação do estado de direito. Na esfera internacional, pode-se observar que o ex-chanceler Letelier gozava de um alto prestígio, movimentando-se de forma eficiente nas altas esferas da diplomacia mundial onde denunciava e combatia veementemente ao regime chileno.

Com respeito ao general Prats, sua imagem de soldado leal, apegado à ordem constitucional, garantiam-lhe o devido respeito tanto nos mandos inferiores como na alta oficialidade do exército chileno. Embora os boatos criados nos primeiros dias após o golpe, onde supostamente Prats estaria organizando uma resistência ao governo que invadiria o país entrando pela fronteira argentina careciam de qualquer fundamento de veracidade; não há dúvidas que Pinochet precisava quanto antes tirar do caminho ao general Prats, como finalmente ficou evidenciado.

Em conclusão, o que a América Latina vivenciou na década dos anos setenta do século passado, não foi apenas os salpicados da Guerra Fria com todos os elementos presentes dentro de uma ordem geopolítica elaborada para nosso continente mais sim o colorário de um

complexo padrão de atuação das ditaduras civico-militares que cercaram o Cone Sul, infringindo toda e qualquer norma do direito internacional, eliminando uma geração, majoritariamente jovens, cujo unico delito era propor uma mirada distinta de convivencia pacifica e de justiça social.

Hoje, quando assistimos as diferentes mudanças que se suscitam no âmbito da geopolítica a escala global, é nosso dever fazer uma profunda reflexão da história de nosso continente, marcada por invasões, saques, terror e morte. Contudo, as vítimas e vitimários da nefasta Operação Condor, cada um deles ocupam um lugar específico dentro da história e a memória coletiva nacionais. Consignas como *“Nunca Mas”* e *“Prohibido Olvidar”*, não devem ser compreendidas como simples referências de uma época, longe disso, precisamos estar comprometidos e sobre tudo alertas ante as investidas de novas formas de dominação e implantação de regimes totalitários sem necessariamente apresentarem a tradicional farda de outrora.

Ao momento de escrever estas linhas, o coloso do norte se lança em mais uma aventura imperialista. Desta vez, a Venezuela poderia estar as portas de uma iminente invasão militar. O que outrora era apenas uma luta por extirpar o câncer marxista (nas palavras do general golpista Gustavo Leigh) e acabar com o inimigo interno, hoje direciona sua mirada aos imensos recursos energeticos não só da Venezuela assim como de toda América Latina. Não desfalecer na busca pela reparação da dignidade humana de todo um continente, criar consciência ante as novas formas de dominação e evitar o retrocesso a tempos já superados devem ser o norte de nosso sul. Se estas premissas conseguem ecoar no mais profundo da sociedade latino-americana, então este humilde trabalho e o sacrifício do general Prats e de Orlando Letelier terão cumprido o seu objetivo.

REFERÊNCIAS

AGGER, Inger; JENSEN, Søren B. *Trauma and healing under state terrorism*. London; Atlantic Highlands, NJ: Zed Books, 1996.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

AMORÓS, Mario. *Salvador Allende ante el mundo*. Panamá: CELA – Centro de Estudios Latinoamericanos Justo Arosemena; CLACSO, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 399–417, jul. /dez. 2007.

ARANHA, Carlos. Três anos de conspiração: renúncia de Jânio e veto a Jango alimentam as ambições militares que levam ao golpe de 1964. In: *50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil*. São Paulo: abril, 2014.

ARTAZA, Francisco; MATUS, Alejandra. *Crimen con castigo*. Santiago: Ediciones B, 1996.

BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura civil-militar brasileira (1964–1988). In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina, 2005.

BAUER, Caroline Silveira. O controle sobre argentinos no Brasil e brasileiros na Argentina: vigilância e repressão extraterritoriais. *Dossier: Coordinaciones Represivas en el Cono Sur*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, 2012.

BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivência e outros estudos*. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOESNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina: breve historia*. 5. ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: pacto criminal*. 2. ed. rev. e ampl. Ciudad de México: La Jornada Ediciones, 2001.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 1998.

CHILE. Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. *Informe Rettig*. Santiago: Ministerio del Interior, 1991.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). *Nunca más*. 14. ed. Buenos Aires: Eudeba, 1986.

CONSTABLE, Pamela; VALENZUELA, Arturo. *Una nación de enemigos: Chile bajo Pinochet*. Santiago: Universidad Diego Portales, 2013.

CORVALÁN, Luis. *El gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2004.

CRENZEL, Emilio. La víctima inocente: de la lucha antidictatorial al relato del Nunca Más. In: CRENZEL, Emilio (org.). *Los desaparecidos en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2010. p. 65–83.

CUNHA, Luiz Cláudio. *O sequestro dos uruguaios*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

DE SOUZA, Fabiano F. Operação Condor: terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, 2011.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DINGES, John; LANDAU, Saul. *Assassination on Embassy Row*. Londres: McGraw-Hill, 1981.

DOMÍNGUEZ, Carlos F. O caso Letelier quarenta anos depois (1976–2016). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, 2017.

FABRIS, Annateresa. Memória dos desaparecidos: algumas estratégias visuais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 261–278, 2017.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Travesía por el desierto y reencuentro con la geografía: la economía chilena 1973–2010*. Santiago: LOM, 2003.

GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta, 1993.

GARCÉS, Mario; MILOS, Pedro. *El golpe en la academia*. Santiago: LOM, 2013.

GARRETÓN, Manuel Antonio. A redemocratização no Chile. *Lua Nova*, São Paulo, n. 27, 1992.

HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the inter-American Cold War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

HARVEY, David. *Breve história do neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000.

KORNBLUH, Peter. *Pinochet: los archivos secretos*. Barcelona: Crítica, 2003.

LETELIER, Orlando. The Chicago Boys in Chile: economic freedom's awful toll. *The Nation*, Washington, 28 ago. 1976.

MARIANO, Nilson. Operación Cóndor: Terrorismo de Estado em el Cono Sur. Buenos Aires: LHOLÉ-LUMEN, 2018.

McSHERRY, Patrice. *Predatory states: Operation Condor and covert war in Latin America*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

O'DONNELL, Guillermo. *Autoritarismo burocrático*. Berkeley: University of California Press, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay....* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUADRAT, Samantha. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 2002.

ROBIN, Marie-Monique. *Escadrons de la mort: l'école française*. Paris: La Découverte, 2004.

SZNAJDER, M; RONIGER, L. *The Politics of Exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VERDUGO, Patricia. *La caravana de la muerte*. Santiago: Sudamericana, 1998.

WINN, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: UNESP, 2010.

DOCUMENTOS E MATERIAIS AUDIOVISUAIS

ANISTIA INTERNACIONAL (BRASIL). *Chile: quarenta anos depois do golpe de Pinochet, a impunidade deve ter fim*. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/chile-quarenta-anos-depois-do-golpe-de-pinochet-a-impunidade-deve-ter-fim/>. Acesso em: _02 sep. 2025.

ARCHIVE.ORG. *Covert action in Chile, 1963–1973*. Disponível em: <https://archive.org/details/Covert-Action-In-Chile-1963-1973>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BBC BRASIL. *Perfil de Manuel Contreras*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150801_contreras. Acesso em: _10 dez. 2025.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE. *Documento histórico (arquivo digital)*. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo>. Acesso em: _21 nov. 2025.

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. *La Escuela Nacional Unificada (ENU)*. Memoria chilena. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3article93514.html>. Acesso em: 11 set. 2025.

BIBLIOTECA SAG. *Carta del almirante José Toribio Merino a los generales (9 de septiembre de 1973)*. Disponível em: <https://BibliotecaSAG/posts/9-de-septiembre-1973-carta-del-almirante-jos%C3%A9-toribio-merino-a-los-generales-lei/1144943595617473/>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. *Conheça Uruguaiana*. Disponível em: <https://institucional.planalto.com.br/blog/conheca-uruguaiana/>. Acesso em: 03 dez. 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *Brazil's role in Operation Condor*. Excerpt. Washington, 12 ago. 1976. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/news/20010306/condortel.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2025.

CENTRO DE INVESTIGACIÓN PERIODÍSTICA (CIPER). *Papeles de la dictadura*. Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/papeles-de-la-dictadura/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Los 50 años del golpe de Estado, en el mundo*. Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/noticias-anteriores/los-50-anos-del-golpe-de-estado-en-elmundo>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CICLO 50 años golpe de Estado. *Allende y la Unidad Popular: una conversación abierta*. YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w71nmqihbFc>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CIPDH. *Ronda de las Madres de Plaza de Mayo*. Disponível em: <https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/en/lugar-de-memoria/ronda-de-las-madres-de-plaza-de-mayo/>. Acesso em: _08 dez. 2025.

CIPER CHILE. *Se cumplen 50 años del asesinato del general Carlos Prats y Sofía Cuthbert*. Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/2024/10/03/se-cumplen-50-anos-del-asesinato-del-general-carlos-prats-y-sofia-cuthbert/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

CRÓNICAS DE CHILE. *Site institucional*. Disponível em: <https://cronicasdechile.com>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DEUTSCHE WELLE (DW). *O que foi a Operação Brother Sam*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-foi-a-opera%C3%A7%C3%A3o-brother-sam-apoio-dos-eua-ao-golpe-de-64/a-68692686>. Acesso em: 4 jan. 2025.

DINGES, John. *Los documentos secretos del archivo “Cóndor”*. Disponível em: <http://www.johndinges.com/condor/documents/index.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

EL PAÍS. *Washington conocía la complicidad de la CIA en los crímenes del general*. Madrid, 9 out. 1999. Disponível em: https://elpais.com/diario/1999/10/09/internacional/939420009_850215.html. Acesso em: 30 nov. 2024.

EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA. *O movimento chileno Nueva Canción e a música como resistência às ditaduras*. Disponível em: <https://www.emancipacaosocialista.org/2023/o-movimento-chileno-nueva-cancion-e-a-musica-como-resistencia-as-ditaduras/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

ESTADOS UNIDOS. National Security Archive. *Kissinger informou Nixon sobre o plano fracassado da CIA para bloquear a presidência de Allende (1970)*. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu>. Acesso em: 4 jan. 2025.

GOBIERNO DE CHILE. *Golpe de Estado: cronologia – 11 de setembro de 1973*. Disponível em: <https://www.gob.cl/noticias/golpe-estado-cronologia-11-septiembre-1973-democracia-siempre>. Acesso em: 07 ago. 2025.

GUZMÁN, Patricio (Dir.). *A batalha do Chile*. Santiago, 1979. Documentário em três partes. Disponível em: <https://www.youtube.com>.

HISTORIA CHILENA. *Los audios originales del Golpe de Estado en Chile*. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QefqZMEZEbs>. Acesso em: 4 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS (CHILE). *Caravana de la Muerte*. Disponível em: <https://ciudadano.indh.cl/caravana-de-la-muerte/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

IZQUIERDA DIARIO (ES). *El alzamiento que preparó la caída de Salvador Allende y la vía pacífica al socialismo*. Disponível em: <https://www.izquierdadiario.es/El-alzamiento-que-preparo-la-caida-de-Salvador-Allende-y-la-via-pacifica-al-socialismo>. Acesso em: 12 de nov. 2025.

LA CAÍDA: así operaron los represores de la DINA y la CNI. *Informe Especial*. TVN Chile. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r212pMwyeqM>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LA IZQUIERDA DIARIO. *Fake news y montajes en dictadura: memorias para el periodismo*. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.cl/Fake-news-y-montajes-en-dictadura-Memorias-para-el-periodismo>. Acesso em: _28 mai. 2025.

LA TERCERA. *Publicação em rede social X (Twitter)*. Disponível em: <https://x.com/latercera/status/707566674548027392>. Acesso em: _11 de abr. 2025.

LIZAMA MURPHY, Fernando. *Las cuatro muertes de Salvador Allende*. Disponível em: <https://fernandolizamamurphy.com/2016/04/21/las-cuatro-muertes-de-salvador-allende/>. Acesso em: _01 dez. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Department of State report to Kissinger*. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/fotografia/departament-of-state-report-to-kissinger/>. Acesso em: 06 out. 2025.

MINISTERIO DE LAS CULTURAS (CHILE). *Archivo fotográfico – 50 años*. Disponível em: <https://50.cultura.gob.cl/fotografias/12/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. *CIA cable: plan to kidnap General René Schneider*. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/23597>. Acesso em: 18 ago. 2025.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. *Operation Condor, 1975–1980*. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/events/operation-condor-1975-1980>. Acesso em: _07 jul. 2025.
O DIA que durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. Produção: Pequi Filmes. Brasil, 2014. Documentário (1h17min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ltawI64zBEo>.

OPERACIÓN CÓNDOR. Discovery Channel. Documentário (1h27min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HhTjM1dj4e8>. Acesso em: 3 nov. 2024.

REGISTRO DE MUSEOS DE CHILE. *Sitio de memoria*. Disponível em: <https://www.registromuseoschile.cl/663/w3-article-53427.html>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SITIOS DE MEMORIA (URUGUAI). *Material documental*. Disponível em: <https://sitiosdememoria.uy/material/3437>. Acesso em: 18 nov. 2025.

THE LONELY WINDOW. *Documento histórico: La defensa del general Leigh (Primeira parte)*. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dppSiAef7hk>. Acesso em: 4 set. 2025.

TODOS son mis hijos. *Madres de Plaza de Mayo*. Documentário (1h27min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1QUmcswORJc>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Arquivo do Terror – Martim Almada*. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/66607/Arquivo%20do%20terror%20-%20Martim%20Almada.png>. Acesso em: _19 out. 2025.

VALENTE, Rubens. *Dossiê lista brasileiros sumidos na era Condor*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 dez. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2912200711.htm>. Acesso em: 1 mar. 2025.

VIDELA, Jorge Rafael. *Conferência de imprensa (1979)*. Parte II. Disponível em: http://www.dailymotion.com/video/x6ndgzconferencia-de-prensa-de-videla197_news. Acesso em: 28 nov. 2024.

VILLA GRIMALDI. *Timeline – Sitio de memoria*. Disponível em: <https://villagrimaldi.cl/timeline/page/50/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

WIKIMEDIA COMMONS. *Orlando Letelier & Ronni K. Moffitt Memorial*. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Orlando_Letelier_%26_Ronni_K_Moffitt_Memorial_28375046.jpg. Acesso em: 12 dez. 2025.